

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
CENTRO DE POLÍTICAS PÚBLICAS E AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO PROFISSIONAL EM GESTÃO E
AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO PÚBLICA

CÉLIA KLEIN

POR QUE MUDAR? RESISTÊNCIAS NO CICLO DE UMA POLÍTICA PÚBLICA
EDUCACIONAL PARA O ENSINO MÉDIO DO ESTADO DE RONDÔNIA

Juiz de fora
2018

CÉLIA KLEIN

**POR QUE MUDAR? RESISTÊNCIAS NO CICLO DE UMA POLÍTICA PÚBLICA
EDUCACIONAL PARA O ENSINO MÉDIO DO ESTADO DE RONDÔNIA**

Dissertação apresentada como requisito parcial para conclusão do Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública, da Faculdade de Educação, Universidade Federal de Juiz de Fora, para obtenção do título de Mestre em Gestão e Avaliação da Educação Pública.

Orientador: Prof. Dr. André Bocchetti

Juiz de Fora

2018

Ficha catalográfica elaborada através do programa de geração automática da Biblioteca Universitária da UFJF, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Klein, Célia.

Por que mudar? Resistências no ciclo de uma política pública educacional para o ensino médio do estado de Rondônia / Célia Klein. -- 2018.

138 f. : il.

Orientador: André Bocchetti

Dissertação (mestrado profissional) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Educação/CAEd. Programa de Pós Graduação em Gestão e Avaliação da Educação Pública, 2018.

1. Políticas Públicas Educacionais. 2. Ensino Médio no Campo. 3. Ensino mediado por tecnologia. 4. Rondônia. I. Bocchetti, André, orient. II. Título.

CÉLIA KLEIN

**POR QUE MUDAR? RESISTÊNCIAS NO CICLO DE UMA POLÍTICA PÚBLICA
EDUCACIONAL PARA O ENSINO MÉDIO DO ESTADO DE RONDÔNIA**

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Gestão e Avaliação da Educação Pública.

Prof. Dr. André Bocchetti
Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)
Orientador

Prof. Dr. Eduardo Magrone
Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF)
Membro avaliador interno

Prof^ª. Dr^ª. Juliana de Carvalho Barros
Secretaria de Estado da Educação de Minas Gerais (SEEMG)
Membro avaliador externo

Dedico esta dissertação aos meus familiares que sempre acreditaram e sonharam comigo a possibilidade de alcançar o título de Mestre, em especial, meu esposo Naoto Kaiser Hosoe.

Aos Professores Dr. André Bocchetti e Dr. Vítor Fonseca Figueiredo que me orientaram na realização deste trabalho e com os quais partilho a satisfação do dever cumprido.

RESUMO

A presente dissertação foi desenvolvida no âmbito do Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação (PPGP) do Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora (CAEd/UFJF). O caso de gestão estudado discutiu as dificuldades de implementação do Projeto Ensino Médio com Mediação Tecnológica (EMMT) nas escolas jurisdicionadas à Coordenadoria Regional de Educação de Cacoal, Rondônia. Iniciado em 2016 com estudantes do 1º ano do ensino médio, e com previsão de ampliação gradual aos demais anos escolares, o EMMT tem enfrentado problemas e/ou resistências de professores, sindicatos, pais e estudantes em seu processo de implementação. Surge então a questão: quais fatores têm levado à resistência das comunidades escolares no processo de implementação do Projeto de Ensino Médio Mediado por Tecnologia em Cacoal? O objetivo geral foi investigar as resistências que dificultam a implementação do Projeto EMMT na CRE de Cacoal, para então, propor ações que minimizem essas resistências ao Projeto. Para tanto, foram definidos os seguintes objetivos específicos: i) descrever os fatores que têm dificultado a implementação do Projeto EMMT na CRE/Cacoal; ii) analisar os problemas de implementação do Projeto EMMT na CRE/Cacoal e iii) propor ações que amenizem as resistências e demais fatores que têm dificultado a implementação do Projeto EMMT. Assumimos como hipóteses que podem ter ocorrido falhas tanto na elaboração da política educacional, como na consulta aos atores envolvidos e, no esclarecimento sobre o Projeto à comunidade escolar. Para investigar essas resistências utilizamos a pesquisa qualitativa e como instrumentos a aplicação de questionários e a realização de entrevistas. O referencial teórico que respalda as análises está composto pelas reflexões de Mainardes (2006), Condé (2012), Lima e D'Ascenzi (2013), Santos e Oliveira (2013), Giroto (2016), Heckert (2004), Souza, Sartori e Roesler (2008), Mourão (2010) e Costa (2015), que analisam a implementação de políticas públicas abordando os diferentes contextos e influências. Os resultados mostram que o ponto central tanto da elaboração das políticas públicas como das resistências está nos interesses: quem ganha, o que ganha e como ganha, e, no jogo de influências todos querem ganhar. Contudo, mediante o atendimento de seus interesses, os atores envolvidos no processo passam a causar menos conflitos. Nesta perspectiva, o Plano de Atendimento Educacional (PAE) foi elaborado com ações que envolvem os diferentes sujeitos do processo nas decisões acerca da política educacional proposta.

Palavras-Chave: Políticas Públicas Educacionais. Ensino Médio no Campo. Ensino mediado por tecnologia. Rondônia.

ABSTRACT

The present dissertation is developed in Professional Masters in Management and Evaluation of Education of the Center for Public Policy and Evaluation of the Federal University of Juiz de Fora (CAEd/UFJF). The management case to be studied will discuss the obstacles implementation in High School with Technological Mediation Project (EMMT) in the schools jurisdictional to Regional Coordination of Education of Cacoal, Rondônia. Beginning in 2016 with the first year of high school, and with the average of gradual extension to outside school years, the EMMT has faced problems and / or resistances of teachers, unions, parents and students in its implementation process. A question then arises: what are its indicators to carry out the school initiatives in implementation process of High School Project in Cacoal? The general objective is investigate resistances to the implementation of EMMT Project in Cacoal CRE, for then, propose actions that minimize these resistances to the Project. To separate the specific objectives: i) describe the factors have complicated the implement the EMMT Project in CRE / Cacoal; ii) analyze problems of implementation of the EMMT project in CRE / Cacoal, and iii) provide solutions that may soften resistences and other factors that have complicated the implementation of the EMMT Project. Assuming the possibility of being involved with the occurrence of changes in the educational policy, as in inquiring to people involved, and explain the purpose of the school community project. To investigate the resistances will use qualitative research, questionnaire application, and interviews as sources. The theoretical reference that response to the evaluations will be made by the reflections of Mainardes (2006), Condé (2012), Lima and D'Ascenzi (2013), Santos and Oliveira (2013), Giroto (2016), Heckert (2004), Souza, Sartori and Roesler (2008), Mourão (2010), and Costa (2015), that analyze implementation of public policies addressing the different contexts and influences. The results show that the central point of both public policy and resistance is in the interests of those who win, what win, and how to win, and in the game of influence everyone wants to win. However, by attending to their interests, the actors involved in the process start to cause less conflict. In this perspective, the Educational Assistance Plan (PAE) was elaborated with actions that involve the different subjects of the process in the decisions about the proposed educational policy.

Keywords: Public Educational Policies. High School in Countryside. Teaching mediated by technology. Rondônia.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Contextos do processo de formação de uma política	20
Figura 2	Mapa de Rondônia	25
Figura 3	Organograma do Ensino Médio com Mediação Tecnológica – EMMT	46
Figura 4	Descrição do sistema de transmissão das aulas do EMMT em RO	48
Figura 5	Grupos de comunicação utilizados para interação no EMMT	85
Figura 6	Rede de Resistências ao EMMT em Rondônia	93

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Atendimento público educacional realizado pela SEMED e CRE	28
Quadro 2	Coordenadorias Regionais de Educação e suas jurisdições (2017)	31
Quadro 3	Classificação das Coordenadorias Regionais de Educação I e II	32
Quadro 4	Atribuições dos Professores Ministrantes e Presenciais	44
Quadro 5	Divisão de Grupos para aplicação de Questionário	73
Quadro 6	Atores resistentes ao Projeto EMMT	76
Quadro 7	Alterações no EMMT (2013-2018)	86
Quadro 8	Categorias de ações propostas	97
Quadro 9	Proposta de inserção da Proposta Curricular do EMMT na Proposta Curricular e Projeto Político Pedagógico das escolas inseridas no Projeto	99
Quadro 10	Proposta de criação de uma sistemática de acompanhamento e monitoramento de ações do EMMT por parte da Coordenação do Projeto na CRE	101
Quadro 11	Proposta de reuniões mensais entre a Coordenação do Projeto na CRE, Professores Presenciais e Supervisão Escolar das escolas inseridas no Projeto	103
Quadro 12	Proposta de diagnóstico de viabilidade do Projeto EMMT nas comunidades...	105
Quadro 13	Proposta de inserção na Matriz Curricular do Projeto EMMT de duas disciplinas escolhidas pela comunidade local	107
Quadro 14	Proposta de criação de uma sistemática de Formação Continuada em Serviço para os Professores Presenciais	109

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Municípios de Rondônia - extensão e população	26
Tabela 2	Demonstrativo populacional por grupos etários (2014-2017)	42
Tabela 3	Demonstrativo de Matrículas por IFRO (2014-2107)	43
Tabela 4	Demonstrativo de Matrículas no Ensino Médio – Escolas do Campo (2014-2016)	43
Tabela 5	Distribuição de Carga Horária por Componente Curricular no EMMT (2016)	54
Tabela 6	Implementação do EMMT em Rondônia (2016-2018)	59
Tabela 7	Quantitativo de estudantes matriculados no EMMT em Ministro Andreazza...	81
Tabela 8	Quantitativo de estudantes matriculados no EMMT no Distrito de Riozinho...	82

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CAEd	Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CEEJA	Centro de Educação de Jovens e Adultos
CRE	Coordenadoria Regional de Educação
CIEPES	Centro Interdisciplinar de Estudos e Pesquisas em Educação e Sustentabilidade
CUT	Central Única dos Trabalhadores
EMC	Ensino Médio do Campo
EMMT	Ensino Médio com Mediação Tecnológica
Enem	Exame Nacional do Ensino Médio
Fetagro	Federação dos Trabalhadores na Agricultura de Rondônia
HISTEDBR	Departamento de Ciências Sociais, Grupo de Estudos e Pesquisas História, Sociedade e Educação no Brasil
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IFRO	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
MAB	Movimento dos Atingidos por Barragens
MP/RO	Ministério Público de Rondônia
MPA	Movimento dos Pequenos Agricultores
NAC	Núcleo de Apoio à CRE
PROEMCRO	Programa de Ensino Médio no Campo de Rondônia
SEDUC	Secretaria de Estado da Educação
SEMED	Secretaria Municipal de Educação
SINTERO	Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Estado de Rondônia
UFJF	Universidade Federal de Juiz de Fora
UNIR	Universidade Federal de Rondônia

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
1 PROJETO ENSINO MÉDIO COM MEDIAÇÃO TECNOLÓGICA (EMMT): PROPOSTA DA POLÍTICA E CENÁRIO	17
1.1 Implementação de Políticas Públicas	18
1.2 O Contexto de Influência: o modelo de Ensino Mediado por Tecnologia	23
1.3 O Contexto de Produção do Projeto Ensino Médio com Mediação Tecnológica em Rondônia	39
1.4 O Contexto da Prática: as dificuldades de implementação do Projeto Ensino Médio com Mediação Tecnológica em Cacoal	57
2 AS RESISTÊNCIAS NA IMPLANTAÇÃO DO PROJETO ENSINO MÉDIO COM MEDIAÇÃO TECNOLÓGICA EM CACOAL E SUAS IMPLICAÇÕES.....	69
2.1 Metodologia e instrumentos de pesquisa	70
2.2 Mapa de Resistências ao Projeto	74
2.3 Disputas e adequações às condições existentes à implementação do Projeto Ensino Médio com Mediação Tecnológica	77
2.4 Interesses: quem ganha o que, quando e como	89
3 PROPOSTAS DE MELHORIA PARA IMPLANTAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS COMO O PROJETO ENSINO MÉDIO COM MEDIAÇÃO TECNOLÓGICA	95
3.1 Plano de Ação	95
3.2 Ações Esperadas, no âmbito da Coordenadoria Regional de Educação	98
3.2.1 Inserção da Proposta Curricular do EMMT na Proposta Curricular e Projeto Político Pedagógico das escolas inseridas no Projeto	99
3.2.2 Criação de uma sistemática de acompanhamento e monitoramento de ações do EMMT por parte da Coordenação do Projeto na CRE	100
3.2.3 Reuniões mensais entre a Coordenação do Projeto na CRE, Professores Presenciais e Supervisão Escolar das escolas inseridas no Projeto	102
3.3 Ações Desejáveis, de competência da SEDUC	104
3.3.1 Diagnóstico de viabilidade do Projeto EMMT nas comunidades.....	104
3.3.2 Inserção na Matriz Curricular do Projeto EMMT de duas disciplinas escolhidas pela comunidade local	106
3.3.3 Criação de uma sistemática de Formação Continuada em Serviço para os Professores Presenciais	108
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	111
REFERÊNCIAS	113
APÊNDICES	118

INTRODUÇÃO

O presente estudo de caso analisa a implementação de políticas públicas educacionais, mais especificamente as resistências oriundas à implementação de uma iniciativa específica, o Projeto Ensino Médio com Mediação Tecnológica (EMMT). Implementado em 2016, o Projeto consiste em atender os estudantes do ensino médio residentes em áreas de difícil acesso ou matriculados em escolas onde há carência de professores habilitados em todos os componentes curriculares dessa modalidade de ensino. Assim, mediante aulas transmitidas via satélite de um estúdio localizado na capital, Porto Velho, os estudantes das diferentes localidades do Estado assistem, por meio de um televisor, as aulas ministradas por Professor especialista em determinada disciplina, e têm o suporte de um Professor Presencial em cada sala de aula. O foco da análise são as resistências que dificultam a implementação do Projeto nas escolas jurisdicionadas à Coordenadoria Regional de Educação (CRE) de Cacoal, cidade localizada na região Centro-leste de Rondônia, a 480 quilômetros da capital, Porto Velho.

Rondônia é o terceiro maior Estado da Região Norte, com 52 municípios e extensão territorial estimada em 237.576 km². Em 2016, segundo estimativa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Estado era composto por aproximadamente 1.800.000 habitantes, o que significa uma média de 8 habitantes por km². O estado possui localidades de difícil acesso e distantes de uma povoação a outra, e várias áreas são classificadas como zona rural, aldeias indígenas, ribeirinhos e quilombos (IBGE, 2010).

O foco deste estudo é o Ensino Médio no Campo, uma vez que são enfrentadas dificuldades para a oferta desta modalidade, já que as escolas ali localizadas são pertencentes às redes municipais de educação, que oferecem somente a educação infantil e o ensino fundamental – restando à rede estadual ofertar o ensino médio. Devido a não oferta da modalidade no campo, muitas pessoas deixam de cursar o ensino médio por não ter condições de deslocamento diário às escolas de ensino médio nas cidades.

Para atender à diversidade existente no Estado, foi criado, em 2005, por meio da Resolução Nº 5/CEE/RO/2005, o Programa de Ensino Médio no Campo de Rondônia (PROEMCRO)¹. A iniciativa foi regulamentada em 2007, pela Portaria Nº 1.050/GAB/SEDUC/RO/2007, e a meta do programa era a de expandir o ensino médio no

¹ O PROEMCRO oportunizou aos alunos do campo, por meio de parceria entre estado e municípios, estudarem nas escolas rurais, evitando assim o deslocamento destes às escolas urbanas do município e proporcionando a flexibilização curricular para adequar-se às necessidades do homem do campo, o que fez com que mais pessoas tivessem acesso ao ensino médio.

campo, elaborado com características próprias e específicas para atender a cerca de 6.000 estudantes. Em 2010, o PROEMCRO passou a ser denominado Ensino Médio do Campo (EMC), sofrendo alterações por intermédio da Portaria Nº 1.334/GAB/SEDUC/RO/2010, de maneira a oportunizar a oferta de três formas distintas: i) matrícula por anos escolares; ii) matrícula por componente curricular (por ano escolar) e iii) matrícula por componente curricular (em conclusão de ensino médio), sendo que neste último caso o estudante cursa o módulo com conteúdos referentes aos três anos do ensino médio para, após a conclusão deste, seguir para o próximo módulo.

No entanto, mesmo com a flexibilização curricular proporcionada pelo EMC, os municípios rondonienses têm enfrentado dificuldades para atender toda a demanda, sobretudo devido à extensão geográfica e a necessidade de transportar estudantes e professores de suas residências até às escolas. Além disso, a lotação de professores neste sistema por módulos mostra-se um complicador para o desenvolvimento do EMC, pois o professor da área é lotado na disciplina conforme a carga horária por escolas, trabalhando em sistema de rodízio até atender a todas as instituições. Entretanto, dependendo da carga horária da disciplina, o docente pode encerrar as aulas do componente curricular por ele ministrado antes do término do ano letivo, ficando ocioso por não ter onde completar a sua carga horária.

Outra situação enfrentada pela Secretaria de Estado da Educação (SEDUC) é a escassez de professores habilitados em alguns dos componentes curriculares do ensino médio. No último concurso público para vagas de professor no Estado de Rondônia, realizado em 2016², das 553 vagas disponibilizadas aos professores, a concorrência média foi de 1,5 pessoas por vaga, sendo que nas disciplinas de Biologia, Física e Matemática não houve candidatos em número suficiente para o preenchimento das vagas ofertadas. A situação mais crítica está em Matemática, já que, para 165 vagas, apenas 57 candidatos se inscreveram.

Ciente desse cenário, a SEDUC buscou alternativas e encontrou no Projeto Ensino Médio com Mediação Tecnológica (EMMT), já ofertado pelo estado do Amazonas³, uma forma de promover a expansão do ensino médio e de oportunizar aos estudantes do campo aulas ministradas por professores habilitados em todos os componentes curriculares.

² RONDÔNIA. Edital N. 237/GCP/SEGEP, de 22 de setembro de 2016, concurso público destinado à seleção de pessoal para o provimento de 672 (seiscentos e setenta e duas) vagas de cargos efetivos, pertencentes ao Quadro de Pessoal Efetivo da Secretaria de Estado da Educação de Rondônia. Publicado no Diário Oficial do Estado de Rondônia, Porto Velho, RO, 28 set. 2016, p. 10.

³ O estado do Amazonas implementou o ensino mediado por tecnologia em 2007. Este modelo será descrito na seção 2 do Capítulo 1.

A proposta foi iniciada em 2016 com os estudantes do 1º ano do ensino médio e com previsão de ampliação gradual aos demais anos escolares, e não foi estipulada pela SEDUC qualquer meta em sua implementação. Consta no Projeto do EMMT o intuito de atender, prioritariamente, o alunado do campo e, excepcionalmente, alunos de escolas urbanas em áreas que não contam com professores graduados (RONDÔNIA, 2016).

Em Cacoal, o Projeto sofreu resistências em sua implementação por parte de professores, Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Cacoal, Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Estado de Rondônia (SINTERO), estudantes e pais. A previsão em 2016 era implementá-lo em 7 escolas pertencentes à Coordenadoria Regional de Educação de Cacoal, sendo 2 no município de Ministro Andreazza e 5 em Cacoal. Porém, o Projeto foi implementado em apenas 3 instituições de ensino, 2 em Ministro Andreazza e 1 em Cacoal. Além do mais, para 2017, havia a previsão de ampliação do Projeto para as 4 escolas de Cacoal que não tiveram implementação em 2016, o que não ocorreu.

Tendo em vista a dificuldade de implementação do EMMT nas escolas de Cacoal, devido às resistências que surgiram à iniciativa, esta dissertação visa responder ao seguinte problema de pesquisa: quais fatores têm levado à resistência das comunidades escolares no processo de implementação do Projeto de Ensino Médio Mediado por Tecnologia em Cacoal?

Assumimos como hipótese que houve falhas tanto na elaboração da política educacional como na consulta aos atores envolvidos e no esclarecimento sobre o Projeto à comunidade escolar. Para tanto definimos, como objetivo geral para este estudo, o de investigar as resistências surgidas com a implementação do Projeto EMMT e que dificultam a sua operacionalização. Feito isto, serão propostas ações que minimizem as resistências ao Projeto. Para a efetivação desse objetivo, faz-se necessário: i) descrever os fatores que têm dificultado a implementação do Projeto EMMT na CRE/Cacoal; ii) analisar os problemas de implementação do Projeto EMMT na CRE/Cacoal e iii) propor ações que amenizem as resistências e demais fatores que têm dificultado a implementação do Projeto EMMT.

O estudo deste Projeto é relevante uma vez que, como Gerente Pedagógica na CRE/Cacoal desde 2013, estou ligada à implementação de Políticas Públicas, dentre as quais, o EMMT, cuja implementação tem sido um desafio. Mesmo havendo resistências, esta é uma política que visa a ampliação do atendimento educacional aos estudantes do ensino médio do campo com professores habilitados nas diferentes disciplinas do currículo obrigatório.

Além disso, em Cacoal, outros Projetos também sofreram resistências em seu processo de implementação, como é o caso do Projeto Integrar, uma iniciativa da SEDUC que prevê a ampliação da carga horária do aluno no ensino médio de 4 para 7 horas diárias de aula. A

previsão de início das atividades dessa proposta focalizava o ano de 2016, mas o Projeto só foi implementado no município em 2017 – mesmo assim, somente após o convencimento dos professores de que o Projeto em questão receberia todos os investimentos necessários ao seu desenvolvimento. Também o Projeto Escola do Enem, que visa a utilização de metodologia específica para facilitar aos estudantes elevar as notas no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), seguindo um modelo adotado por uma escola da capital, foi rejeitado pelos professores, a ponto de não ser implementado em Cacoal.

Acerca da resistência aos Projetos acima mencionados, uma hipótese a ser considerada leva a pensar que os Professores em Cacoal se posicionam contrários às propostas que venham reduzir a necessidade de professores em sala de aula. O Projeto Integrar, por exemplo, reúne cerca de 80 estudantes numa mesma sala, ou seja, há a junção de 2 turmas de 40 estudantes, sendo que os professores inseridos no projeto recebem uma verba indenizatória como recompensa pelo maior número de avaliações e trabalhos a corrigir, considerando o quantitativo de estudantes ser maior e o número de aulas para cada professor ser o mesmo que em turmas regulares, a saber, 32 aulas para professores com contrato de 40 horas. Ou seja, a cada turma inserida no Projeto Integrar, tem-se a redução de pelo menos o quantitativo de aulas e professores referente a 1 turma convencional de 40 alunos. Já o Projeto Escola do Enem⁴ é similar ao Projeto Integrar, com o mesmo quantitativo de alunos em sala e necessidade reduzida de professores, sendo que a diferença consiste no fato de que nesta proposta o conteúdo trabalhado é dedicado a auxiliar o aluno a obter nota boa no Enem.

A partir de então, os professores que aceitaram lecionar aulas neste formato apresentado pelo Projeto Integrar, implementado em uma turma de uma escola em Cacoal no ano 2017, passaram a ser criticados pelos demais professores da instituição escolar, sendo acusados de prejudicar a lotação de professores na escola, visto que alguns tiveram que lecionar em mais de uma instituição para completar as 32 aulas. Sabedores da metodologia desses Projetos, o Projeto Escola do Enem foi recusado pelos professores desde a sua apresentação em 2017, uma vez que este foi comparado ao Projeto Integrar na questão da redução do número de aulas no quadro da escola.

Considerando então, que há em Cacoal um histórico de resistências à implementação de diferentes políticas públicas educacionais, investigar sobre o que dizem essas resistências,

⁴ Neste Projeto, as aulas são preparadas com o objetivo de fazer com que os estudantes fiquem mais familiarizados com os conteúdos que são cobrados nas provas do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), com aplicação de simulados e avaliações utilizando o método de Teoria de Resposta ao Item (TRI). As lacunas de aprendizado são diagnosticadas e intervenções são direcionadas para alcançar resultados.

utilizando para isso o EMMT, poderá trazer elementos importantes para melhorar o meu trabalho enquanto Gerente Pedagógica na CRE de Cacoal, bem como contribuir para a implementação de novas políticas educacionais propostas pelo governo do Estado de Rondônia.

O referencial teórico que respalda esta pesquisa será composto pelas reflexões de Mainardes (2006), Condé (2012), Lima e D'Ascenzi (2013) e Santos e Oliveira (2013), que analisam as políticas públicas a partir dos contextos do ciclo de políticas e os impactos ocasionados pelas variáveis resultantes da ação dos diferentes atores e instituições envolvidas desde a formulação até a implementação dessas políticas. Girotto (2016) e Heckert (2004) apresentam questões ligadas às resistências a determinadas políticas públicas, trazendo elementos que nos permitem refletir acerca dos desafios presentes na implementação do EMMT em Cacoal.

A pesquisa faz referência ainda a Souza, Sartori e Roesler (2008) que tratam da mediação tecnológica na educação a distância com foco na mediação pedagógica, comparando o ensino regular e a Educação a Distância (EaD), mostrando que o ensino a distância também necessita de interação professor/aluno e da construção da afetividade na relação entre eles, o que leva à percepção de como alguns conceitos tradicionais influenciam a aceitação ou não da mediação tecnológica. E, para descrever o ensino mediado por tecnologia no Estado do Amazonas, o qual influenciou o Projeto em Rondônia, serão abordadas as reflexões de Mourão (2010) e de Costa (2015).

Para tanto, o presente estudo está estruturado em uma abordagem qualitativa, que concebe, segundo André (2013, p. 97), “[...] o conhecimento como um processo socialmente construído pelos sujeitos nas suas interações cotidianas, enquanto atuam na realidade, transformando-a e sendo por ela transformados”.

A investigação reuniu informações que contribuíram para a análise das resistências que têm dificultado a implementação do EMMT na CRE de Cacoal. Foram realizadas pesquisas por meio da aplicação de questionário a estudantes e gestores das escolas onde o Projeto foi implementado e de entrevistas com o representante do Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Estado de Rondônia (SINTERO), em Cacoal, Professores Presenciais do EMMT, representante do curso de Mestrado em Educação da Universidade Federal de Rondônia (UNIR), Diretoria Geral de Educação e Gerência do Projeto na SEDUC.

Para a realização das análises propostas, esta dissertação está organizada em três capítulos. O primeiro apresenta o caso de gestão, bem como um diagnóstico do problema enfrentado a partir da necessidade de investigação acerca das resistências que desafiam a implementação do EMMT na CRE de Cacoal. No segundo capítulo, cujo objetivo é analisar as

resistências ao Projeto, são consideradas as hipóteses de que houveram falhas na elaboração da política educacional, na consulta aos atores envolvidos, bem como no esclarecimento sobre o projeto à comunidade escolar e professores. Por fim, no terceiro capítulo, será apresentado um Plano de Ação Educacional (PAE) que contempla as propostas a serem desenvolvidas para minimizar as resistências e os conflitos na implementação de Políticas Públicas Educacionais, como o EMMT.

1 PROJETO ENSINO MÉDIO COM MEDIAÇÃO TECNOLÓGICA (EMMT): PROPOSTA DA POLÍTICA E CENÁRIO

As políticas públicas educacionais são pensadas com o intuito de minimizar ou resolver questões que se manifestam como empecilhos ao atendimento público educacional com qualidade para todos. Entretanto, a implementação das políticas públicas passa, conforme Mainardes (2006), por três fases distintas: o contexto de influência, o contexto da produção de textos e o contexto da prática. “Esses contextos estão inter-relacionados, não têm uma dimensão temporal ou sequencial e não são etapas lineares. Cada um desses contextos apresenta arenas, lugares e grupos de interesse e cada um deles envolve disputas e embates” (BOWE *et al.*, 1992, *apud* MAINARDES, 2006, p. 50).

Assim, o Projeto Ensino Médio com Mediação Tecnológica (EMMT), em Rondônia, constitui uma política pública educacional pensada a partir da necessidade de ampliação do atendimento educacional aos estudantes do ensino médio residentes em áreas de difícil acesso, e da dificuldade em manter professores habilitados em todos os componentes curriculares dessa modalidade de ensino, mas vem passando por resistências no processo de implementação, dado os interesses dos diversos atores presentes nos diferentes contextos dessa política.

A ação desses atores, principalmente no contexto da prática, apresenta-se carregada de imprevisibilidade, uma vez que segundo Heckert (2004, p. 53), “[...] os profissionais que atuam nas escolas criam formas de ação que desfazem as regras instituídas e forjam novos caminhos de ação”. Essa forma de agir não significa, necessariamente, oposição à política proposta, mas a rejeição ou a resistência pode resultar de uma leitura diferente do que está proposto na política apresentada. Muitas foram e continuam sendo as resistências encontradas na implementação do EMMT, de modo a suscitar a investigação sobre: quais fatores tem levado à resistência das comunidades escolares no processo de implementação do Projeto de Ensino Médio Mediado por Tecnologia em Cacoal?

Considerar a resistência dos atores envolvidos é importante na medida em que esta pode causar impactos que contribuem significativamente para o sucesso ou fracasso da política. Segundo Mainardes (2006, p. 60): “[...] o contexto da prática exige a análise de como a política é reinterpretada pelos profissionais que atuam no nível micro e ainda a análise das relações de poder, resistências, etc.”. Neste sentido, o objetivo deste capítulo é descrever os fatores que têm dificultado a implementação do Projeto EMMT na CRE/Cacoal. Isto torna-se imprescindível, sobretudo abarcando os contextos de influência, de produção de textos e da prática, percebendo

as diferentes variáveis ligadas ao objeto de estudo, as quais influenciam positiva ou negativamente a implementação dessa política educacional.

Para tanto, este capítulo é dividido em quatro seções, sendo que na primeira são descritos os processos de implementação de políticas públicas de um modo geral, a partir das análises de autores como: Mainardes (2006), Condé (2012), Lima e D'Ascenzi (2013) e Santos e Oliveira (2013). Nesta seção o foco é a abordagem teórica sobre o ciclo de políticas, analisando esse modelo e destacando a interpretação ativa que os profissionais que atuam no contexto da prática fazem para relacionar os textos da política à prática.

Na segunda seção, é abordado o contexto de influência, que segundo Mainardes (2006, p. 51) é o lugar “[...] onde normalmente as políticas públicas são iniciadas e os discursos políticos são construídos”, sendo apresentada uma descrição do Ensino Mediado por Tecnologia, enfatizando o modelo curricular e as funções desempenhadas pelos agentes envolvidos no processo, bem como sua legalidade diante da legislação educacional.

A terceira seção abrange o contexto de produção, enquanto caracterização do texto da política pública educacional, trazendo a descrição do modelo implementado em Rondônia e um histórico dessa implementação.

Por fim, a quarta seção, já no contexto da prática, apresenta o problema enfrentado em Cacoal/RO, a identificação dos atores envolvidos e as dificuldades observadas tanto na infraestrutura oferecida como nos procedimentos adotados para a implementação do Projeto EMMT na CRE/Cacoal.

1.1 Implementação de políticas públicas

Uma política pública é criada a partir da identificação de um problema, da necessidade de melhorar uma situação ou um contexto, podendo surgir a partir do diagnóstico realizado por representantes políticos ou por meio da reivindicação de agentes sociais. Neste sentido, um problema público pode surgir repentinamente, pode ganhar importância aos poucos, ou pode ainda, mesmo evidente, não ser considerado relevante porque a sociedade aprendeu a conviver com ele.

Entretanto, toda política pública, segundo Condé (2012, p. 80), “[...] é característica da esfera pública da sociedade; refere-se a problemas coletivos de espectro amplo e tem caráter ‘impositivo’, a saber, emanam de uma autoridade pública que tem a legitimidade para sua implantação ou para delegá-la a outrem”. Mas, mesmo que a política, representada pela

autoridade pública, interfira diretamente na construção de políticas públicas, decidindo o formato para a solução dos problemas, nem tudo é consensual. Os diferentes atores, com seus diversos interesses, pressionam e reagem às condições existentes, negociando com os representantes do poder público, buscando influenciar o desenho da política. Conforme Condé:

Surgem conflitos em torno de valores, de princípios, de perspectiva ideológica e também sobre os recursos disponíveis, conflitos isolados ou combinados. Atores se manifestam, as instituições limitam e interferem, os recursos são disputados em termos financeiros e de poder efetivo. Constrangimentos se manifestam: dificuldades políticas, financeiras, do meio ambiente. A política não é feita apenas por vontade, ela também se faz sob limitações (CONDÉ, 2012, p. 81).

Ainda segundo Condé (2012), a política envolve relações de poder, tendo a capacidade de influenciar alguém a fazer algo que de outra maneira não seria feito por ele. Sendo que, por meio da política surgem possibilidades e meios para resolver conflitos instalados em torno de problemas coletivos.

É importante destacar que o processo de elaboração de uma política pública tem início no momento em que a agenda é definida. Conforme Condé (2012, p. 85), a agenda “[...] é uma lista de questões (*issues*) relevantes e conduzidas pelo poder constituído”. Ou seja, a definição de agenda está relacionada ao processo no qual os governos decidem quais questões precisam de sua atenção, enfocando, entre outras coisas, a definição do que constitui o “problema” e quais ações políticas serão tomadas para a solucionar ou amenizar este problema. Mas, segundo o autor, nem todos os problemas ganham relevância.

Para ganhar relevância, o problema a ser solucionado geralmente atende a algumas condições, a saber: o interesse do governo eleito e/ou sua capacidade para mobilizar ações e grupos externos; resulte de uma crise que demande solução mais imediata sem aumentar o problema; seja resultado do aproveitamento de uma janela de oportunidade (*window opportunity*), que pode ser derivada de uma crise, de uma situação dramática ou da abertura de espaço sobre um tema que antes não se apresentava (CONDÉ, 2012, p. 85).

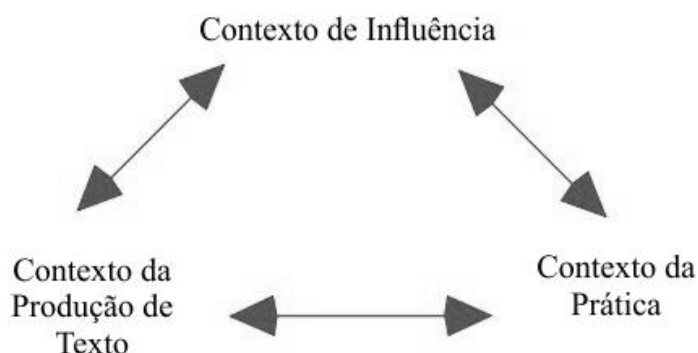
Fica evidente, então, que a definição de agenda implica em determinado governo reconhecer que um problema é uma questão pública digna de sua atenção, o que precede os processos de construção das políticas. Uma vez na agenda, a primeira providência a ser tomada quando uma situação é vista como problema é a formulação de alternativas, que geralmente passa por negociações que vão conduzindo a elaboração da política. Formulada a política é preciso implementar, monitorar e avaliar sua eficácia.

No ciclo de políticas a implementação passa a ser a fase mais difícil, visto que, segundo Condé (2012), é um campo de incertezas.

Primeiro, porque depende de muitas variáveis, do gestor adequado ao desenho bem formulado, dos atores engajarem-se aos objetivos e metas. Segundo, porque é a hora de verificar o quanto a política é crível, como ela vai se rotinizar e também porque ela precisa passar no teste dos usuários finais, os beneficiários de determinada ação (CONDÉ, 2012, p. 91).

Contudo, a análise da implementação de políticas públicas educacionais, conforme descrevem autores como Mainardes (2006), Condé (2012), Santos e Oliveira (2013) e Lima e D'Ascenzi (2013) pode ser facilitada utilizando-se a abordagem do ciclo de políticas formulada por Stephen Ball e Richard Bowe, a qual é constituída por três contextos: o contexto de influência, o contexto da produção de texto e o contexto da prática. A Figura 1 representa a inter-relação entre os contextos, também denominada de cíclica.

Figura 1 – Contextos do processo de formação de uma política



Fonte: Adaptado de Mainardes (2006, p. 51, *apud* BOWE *et al.*, 1992, p. 20).

O primeiro contexto apresentado é o de influência, que segundo Mainardes (2006) é onde os grupos de interesse disputam para influenciar seu desenho e onde os discursos políticos são construídos, a partir dessa disputa. Desde aí surgem, já no contexto da produção de texto, os textos legais oficiais e os textos políticos, derivados de competições e acordos entre grupos que atuam dentro dos diferentes lugares da produção de textos, os quais produzem consequências que serão vivenciadas no contexto da prática.

Em qualquer um desses contextos, a influência dos diferentes atores pode alterar ou dar novo significado à política proposta. Sobre isso, Santos e Oliveira (2013, p. 501) entendem que “[...] a política não nasce, necessariamente, no contexto de influência e é ressignificada no

contexto da prática. Por sua caracterização cíclica, as influências são constantes, denotando a complexidade da elaboração, significação e ressignificação das políticas educacionais”. No entanto, é neste contexto de influências que nascem os discursos políticos e se procura legitimar os conceitos. Nesta perspectiva Mainardes afirma:

É nesse contexto que grupos de interesse disputam para influenciar a definição das finalidades sociais da educação e do que significa ser educado. Atuam nesse contexto as redes sociais dentro e em torno de partidos políticos, do governo e do processo legislativo. É também nesse contexto que os conceitos adquirem legitimidade e formam um discurso de base para a política. O discurso em formação algumas vezes recebe apoio e outras vezes é desafiado por princípios e argumentos mais amplos que estão exercendo influência nas arenas públicas de ação, particularmente pelos meios de comunicação social. Além disso, há um conjunto de arenas públicas mais formais, tais como comissões e grupos representativos, que podem ser lugares de articulação de influência (MAINARDES, 2006, p. 51).

No contexto da produção de textos ocorre, conforme Santos e Oliveira (2013, p. 502), “[...] a caracterização dos textos das políticas educacionais”, o que envolve, de forma mais ampla, os especialistas no assunto, os técnicos do governo, os parlamentares e seus assessores, os consultores de diversas instituições, inclusive as instituições privadas que tenham seus interesses na política em questão. É neste contexto que os conflitos e divergências presentes no contexto de influência circulam para definir o texto escrito.

Então, no contexto da prática, as ações pensadas no contexto de influência e legalizadas no contexto da produção de textos serão desenvolvidas nas escolas ou em outros locais de implementação. Porém, os professores e demais profissionais da educação interpretam a política e aplicam-na conforme as condições que julgam ser adequadas à realidade por eles vivenciada. E assim a interpretação e adaptação realizada por estes profissionais representa, segundo Mainardes (2006, p. 53), “transformações significativas na política original”.

O fato é que, segundo Mainardes (2006, p. 53, *apud* BOWE *et al.*, 1992, p. 22), “[...] os autores dos textos políticos não podem controlar os significados de seus textos. Partes podem ser rejeitadas, selecionadas, ignoradas, deliberadamente mal-entendidas, réplicas podem ser superficiais. Além disso, interpretação é uma questão de disputa”. Ou seja, a forma como os professores e demais profissionais entendem o texto da política, o que eles pensam e como reagem vai implicar o processo de implementação dessa política. Nesta perspectiva, Santos e Oliveira (2013, p. 503) enfatizam que “como parte do ciclo, os agentes mantêm intensa relação com sua construção, seja na ressignificação das propostas apresentadas e nas releituras e reinterpretções dos textos das políticas, seja nas trocas constantes entre os vários contextos”.

Vale destacar que os contextos que compõem o ciclo de políticas podem alcançar diferentes graus de influência se considerado o formato da política a ser implementada. As abordagens mais conhecidas são a *top-down* (de cima para baixo) e a *bottom-up* (de baixo para cima), sendo a *top-down* caracterizada como derivada da força do poder constituído e a *bottom-up* derivada da pressão de grupos organizados ou de indivíduos fortes e fluentes (CONDÉ, 2012). No modelo *top-down*, o processo de formulação ocorre a partir de uma decisão governamental, sendo a implementação focada no âmbito da prática administrativa. A implementação corresponde assim, “[...] à execução de atividades [...] com vistas à obtenção de metas definidas no processo de formulação das políticas” (LIMA; D’ASCENZI, 2013, p. 102, *apud* SILVA; MELO, 2000, p. 4).

Sendo assim, para Lima e D’Ascenzi (2013), criada a política, o processo de implementação passa a ser um processo meramente técnico, ou seja, a formulação e operacionalização da política possuem no modelo *top-down*, arenas e atores distintos. Ao se fazer um paralelo com os contextos de influência, de produção de texto e da prática, é possível identificar, neste modelo, a necessidade de estratégias bem elaboradas para convencer os atores no contexto da prática, da viabilidade da política assim desenhada.

Em contrapartida, no modelo *bottom-up*, segundo Lima e D’Ascenzi (2013), os implementadores da política, denominados “burocratas de nível de rua”, detêm o conhecimento das situações locais, podendo adaptar o plano à essas condições. “Considera-se que a política muda à medida que é executada, a implementação é percebida como um processo iterativo de formulação, implementação e reformulação” (LIMA; D’ASCENZI, 2013, p. 104). Dessa forma, levando-se em conta que os mesmos atores influenciam tanto na formulação como na implementação da política pública, os conflitos, normalmente presentes nos contextos de influência, de produção de texto e da prática, tendem a ser reduzidos.

Para Condé (2012), a transformação de um problema em alternativas de solução não é processo simples, pelo contrário, o autor afirma que:

É visível a complexidade do processo de formulação. Um estudo preliminar facilita em muito a futura implementação, mas nem sempre ele é realizado. Com tantos atores e instituições envolvidos, é difícil impor um modelo, particularmente em se tratando de um regime democrático onde conflitos são canalizados para as instituições e vão sendo resolvidos por debate, acordos e coalizões, expressos no processo decisório (CONDÉ, 2012, p. 87).

Pode-se dizer, assim, que independentemente de a política ser *top-down* ou *bottom-up* é preciso considerar, durante o processo de formulação e nos contextos de influência e da

produção de textos, alguns impedimentos reais como restrições financeiras, de acesso à informação, entre outras, para que as decisões não gerem problemas no processo de implementação. Sendo assim, segundo Condé (2012, p. 88): “[...] o processo de formulação/desenho de políticas públicas nunca é meramente técnico: é também político, refletindo valores e estratégias de quem dele participa”.

Enfim, o sucesso de uma política pública não depende somente da “[...] decisão tomada e do sucesso na aplicação, com atendimento das demandas. É sempre mais complexo que isso, dados, particularmente, os problemas no processo de implementação” (CONDÉ, 2012, p. 88). Ou seja, o fato da política pública ter um desenho eficiente e ser eficaz na resolução ou minimização do problema a ser resolvido não garante que essa política não enfrente resistências. Os atores envolvidos na política, em todos os contextos, sejam de influência, produção de textos ou da prática, buscam sempre atender seus interesses e, considerando esses interesses, podem surgir as resistências à política pública a ser implementada. Para entender os motivos que levam a essas resistências, é preciso identificar quem são os atores e compreender quais são esses interesses.

A descrição do Ensino Mediado por Tecnologia, abordado na próxima seção, permitirá perceber a influência dos diferentes atores e seus interesses no desenho do EMMT em Rondônia. A partir da proposta desenvolvida no Estado do Amazonas, as negociações presentes no contexto de influência dão novos significados à política educacional pensada para Estado e redirecionam as ações do Projeto, sendo permitido identificar, neste contexto, os primeiros movimentos de resistência ao EMMT.

1.2 O contexto de influência: o modelo de ensino mediado por tecnologia

Em Rondônia, o ensino mediado por tecnologia entrou como proposta na pauta de discussão governamental para elaboração de uma política pública educacional, considerando a necessidade de solucionar um problema público: a carência de professores habilitados e a dificuldade em atender toda a demanda educacional no ensino médio das escolas de difícil acesso.

Superado apenas pelos Estados do Pará e do Amazonas, Rondônia é o terceiro maior Estado da Região Norte, com extensão territorial de 237.576 km² e 52 municípios, e, devido a sua condição hidrográfica, possui um dos principais meios de escoamento da produção de grãos que ocorre por meio da Hidrovia do Madeira.

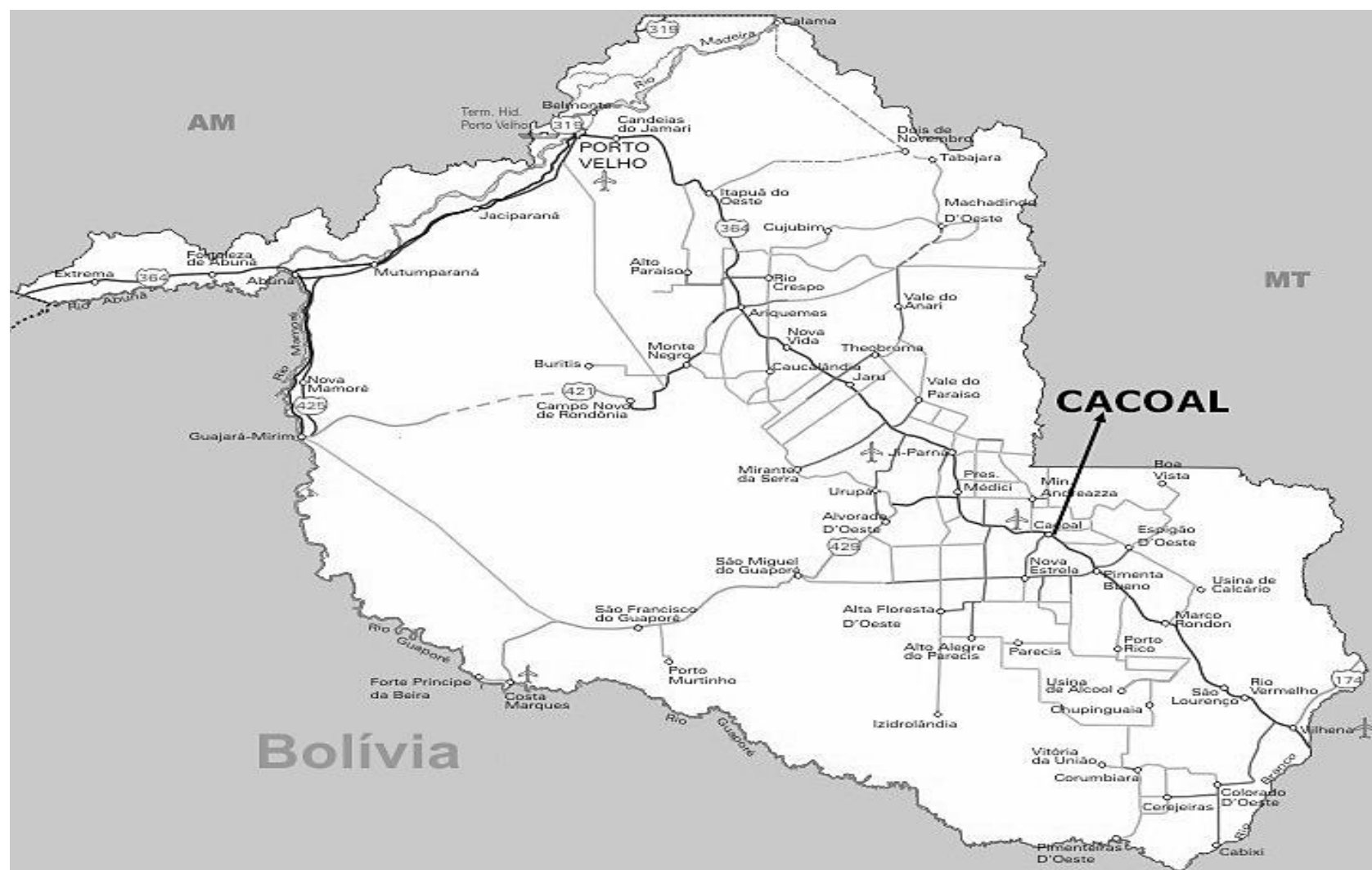
De acordo com informações divulgadas no site do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT), “o Rio Madeira é a segunda via de transporte mais importante da Amazônia, atrás apenas do Rio Amazonas” (DNIT, 2016):

Navegável numa extensão de 1.086 quilômetros entre Porto Velho e a foz, em Itacoatiara/AM, permite a navegação de grandes comboios, com até 18 mil toneladas, mesmo durante a estiagem. A largura varia entre 440 metros e 9.900 metros. A profundidade oscila de acordo com as estações seca e chuvosa, e pode chegar a 13 metros (DNIT, 2016).

Os grãos chegam à Hidrovia do Madeira através da principal rodovia de Rondônia que é a BR 364, a qual corta o Estado da divisa com o Mato Grosso até a divisa com o Acre, sendo a principal via terrestre de escoamento da produção de grãos (sobretudo a soja) do sul de Rondônia e oeste do Mato Grosso até a cidade de Porto Velho, onde está instalado o Porto Graneleiro. “Esses grãos chegam ao porto de Porto Velho, depois de um percurso de 800 km pela BR-364. De lá, por comboios integrados, seguem para o terminal de Itacoatiara/AM, e para o exterior” (DNIT, 2016).

Além disso, outras três rodovias foram projetadas para facilitar o acesso aos municípios rondonienses, são elas: a BR 421 que liga as cidades de Ariquemes a Guajará-Mirim; a BR 425, que liga o distrito de Abunã, no município de Porto Velho, a Nova Mamoré e Guajará-Mirim, nas margens dos rios Madeira e Mamoré, respectivamente; e a BR 429, ligando os municípios de Presidente Médici, Alvorada do Oeste, São Miguel do Guaporé, Seringueiras e São Francisco do Guaporé a Costa Marques, nas margens do rio Guaporé. No mapa rodoviário da Figura 2, podem ser visualizados os municípios de Rondônia, a localização e as rodovias que dão acesso a estes municípios.

Figura 2 – Mapa de Rondônia



Fonte: (UNESC CACOAL, 2013).

A partir da Figura 2, é possível identificar um número maior de municípios ao longo do eixo da rodovia BR 364. Nestes municípios, o acesso é facilitado pela rodovia, o que contribui para que sejam mais populosos. Entretanto, os municípios mais afastados da rodovia BR 364, além de maiores em extensão, com exceção da capital, Porto Velho, possuem um número populacional reduzido, como pode ser visto na Tabela 1, que mostra a extensão e a população de cada município rondoniense.

Tabela 1 – Municípios de Rondônia - extensão e população

(Continua)

Município	Área (Km²)	População
Alta Floresta do Oeste	7.066,702	25.506
Alto Alegre dos Parecis	3.958,586	13.993
Alto Paraíso	2.651,818	20.569
Alvorada do Oeste	3.029,190	16.902
Ariquemes*	4.426,558	105.896
Buritis	3.265,739	38.450
Cabixi	1.314,355	6.289
Cacaulândia	1.961,745	6.414
Cacoal*	3.792,638	87.877
Campo Novo de Rondônia	3.442,003	14.354
Candeias do Jamari*	6.843,866	24.719
Castanheiras	892,839	3.583
Cerejeiras	2.783,305	17.959
Chupinguaia	5.126,675	10.364
Colorado do Oeste	1.451,058	18.639
Corumbiara	3.060,318	8.749
Costa Marques	12.722,168	17.031
Cujubim	3.864,071	21.720
Espigão do Oeste	4.518,055	32.712
Governador Jorge Teixeira	5.067,381	9.933
Guajará-Mirim	24.855,652	47.038
Itapuã do Oeste*	4.081,433	10.155
Jaru*	2.944,025	55.806
Ji-Paraná*	6.896,782	131.560
Machadinho do Oeste	8.509,274	37.899
Ministro Andreazza	798,065	10.786
Mirante da Serra	1.191,882	12.308
Monte Negro	1.131,371	16.032
Nova Brasilândia do Oeste	1.155,353	21.670
Nova Mamoré	10.071,702	28.255
Nova União	807,179	7.796
Novo Horizonte do Oeste	843,446	10.161
Ouro Preto do Oeste*	1.970,151	39.840
Parecis	2.548,691	5.802
Pimenta Bueno*	6.241,072	38.786
Pimenteiras do Oeste	6.014,726	2.417
Porto Velho*	34.082,366	511.219
Presidente Médici*	1.758,461	24.466

Tabela 1 – Municípios de Rondônia - extensão e população

		(Conclusão)
Primavera de Rondônia	605,698	3.456
Rio Crespo	1.717,648	3.790
Rolim de Moura	1.457,885	56.664
Santa Luzia do Oeste	1.197,781	8.362
Seringueiras	2.251,266	12.617
São Felipe do Oeste	541,639	6.048
São Francisco do Guaporé	4.747,002	20.003
São Miguel do Guaporé	8.007,866	24.059
Teixeirópolis	459,954	4.966
Theobroma	2.197,415	11.348
Urupá	831,865	13.198
Vale do Anari	3.135,141	10.999
Vale do Paraíso	965,377	8.138
Vilhena*	11.518,929	99.745

*Municípios que compõem o eixo da BR 364.

Fonte: Elaboração própria, com base nos dados do IBGE, 2013.

Percebe-se que os 11 municípios que compõem o eixo da rodovia BR 364, somados, representam 1.130.078 habitantes, ou seja, quase 63% da população de Rondônia. Tal fato faz com que o Estado tenha diferentes cenários quanto ao atendimento educacional, pois, quanto mais distantes os povoados e com número reduzido de pessoas em idade escolar, mais difícil o acesso das crianças e jovens às escolas. Existem casos, na região de Guajará-Mirim, Costa Marques, Pimenteiras e nos distritos do Baixo Madeira, em Porto Velho, onde há necessidade da utilização de barco como meio de transporte para se chegar às escolas.

Cacoal, entretanto, não é considerado de difícil acesso, sendo um município localizado na região Centro-leste de Rondônia, a 480 KM da capital, fazendo parte do eixo da rodovia BR 364, que corta o Estado. Com área territorial de 3.792,948 km², o município possui, de acordo com estimativas do IBGE para 2016, cerca de 87.877 habitantes (IBGE, 2016). A ocupação teve início na década de 1970, quando chegaram os imigrantes vindos das regiões Sul e Sudeste, que começaram a construir suas casas próximas ao rio Pirarara e à BR 364.

Neste período, segundo o historiador Aleks Palitot (2015), o governo federal, com o argumento de “integrar para não entregar”, resolveu promover a colonização do Território Federal de Rondônia, mediante o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), implementando o Projeto Integrado de Colonização (PIC) para orientar a sua ocupação, coordenando a distribuição de lotes e o assentamento dos colonos. Em 1972, foi implantado o PIC Gy-Paraná, na região do Seringal Cacaual, à margem direita do Rio Machado, onde foi fundado o município de Cacoal (PALITOT, 2015).

Cacoal é assim chamada devido aos cacaueiros nativos encontrados na floresta que foi derrubada para dar lugar às residências. Em 1972 o povoado foi elevado a distrito de Porto Velho, tendo sua emancipação sido realizada em 26 de novembro de 1977. A base da economia é a pecuária e a agricultura, com destaque para o café, sendo que o município já foi considerado o maior produtor do estado, chegando a produzir 46 mil toneladas de café no ano de 1990, quando foi batizada de “Capital do Café” (AMAZONIA HOJE, 2016).

Devido ao acesso fácil aos demais municípios pela BR 364 e rodovias estaduais, e ao restante do país por meio do Aeroporto Capital do Café, Cacoal tornou-se polo universitário oferecendo cerca de 30 cursos em 7 instituições de ensino superior⁵.

Os estudantes da educação básica são atendidos na Rede Municipal de Ensino, sendo coordenada pela Secretaria Municipal de Educação (SEMED) e pela Rede Estadual de Ensino, sob responsabilidade da Coordenadoria Regional de Educação (CRE) de Cacoal, que é responsável também pela Rede Estadual de Ensino do município de Ministro Andreazza. O município conta ainda com um Instituto Federal, que além de atender o ensino superior, atende também turmas de ensino médio. Além do ensino público, Cacoal conta ainda com 5 instituições privadas de Educação Básica. No Quadro 1 é possível visualizar o atendimento público educacional realizado pela SEMED e pela CRE.

Quadro 1 – Atendimento público educacional realizado pela SEMED e CRE

(Continua)

Secretaria Municipal de Educação (SEMED)		
Quantitativo de escolas	Modalidade	Localidade
06	Educação infantil (creche e pré-escola)	Zona urbana de Cacoal
06	Educação infantil (creche e pré-escola) e ensino fundamental (1º ao 5º ano)	Zona urbana de Cacoal
01	Educação infantil (creche e pré-escola) e ensino fundamental (1º ao 5º ano)	Distrito de Riozinho
10	Educação infantil (creche e pré-escola) e ensino fundamental (1º ao 9º ano)	Zona rural de Cacoal
01	Educação infantil (creche e pré-escola) e ensino fundamental (1º ao 9º ano)	Zona urbana de Cacoal
Total: 24 escolas municipais		
Coordenadoria Regional de Educação (CRE)		

⁵ Relação de instituições de ensino superior em Cacoal: Universidade Federal de Rondônia (UNIR); Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia - Campus Cacoal (IFRO); Centro de Excelência em Pós-Graduação (CIAP Educacional); Faculdade de Ciências Biomédicas de Cacoal (FACIMED); Faculdades Integradas de Cacoal (UNESC); Instituição de Ensino Superior de Cacoal (FANORTE); Universidade Norte do Paraná (UNOPAR).

Quadro 1 – Atendimento público educacional realizado pela SEMED e CRE

(Conclusão)

Quantitativo de escolas	Modalidade	Localidade
01	Ensino fundamental (1º ao 9º ano) e ensino médio	Zona urbana de Ministro Andreazza
01	Centro de Educação de Jovens e Adultos (CEEJA)	Zona urbana de Cacoal
01	Ensino fundamental (1º ao 5º ano)	Zona urbana de Cacoal
07	Ensino fundamental (1º ao 9º ano)	Zona urbana de Cacoal
02	Ensino fundamental (6º ao 9º ano) e ensino médio	Zona urbana de Cacoal
01	Ensino fundamental (6º ao 9º ano) e ensino médio	Distrito de Riozinho
03	Ensino Médio	Zona urbana de Cacoal
03	Ensino Médio do Campo - EMC*	Zona rural de Cacoal
10	Escolas Indígenas	Reserva Nacional Indígena

Total: 26 escolas estaduais

*EMC – desenvolvido por meio de Termo de Cooperação Técnica nas Escolas Municipais da zona rural de Cacoal.
Fonte: Elaboração própria.

A SEMED possui 11 escolas municipais de 1º ao 9º ano do ensino fundamental, destas, 10 na zona rural do município e 1 na zona urbana. Além disso, possui outras 7 escolas de 1º ao 5º ano do ensino fundamental, sendo 6 na zona urbana e 1 no distrito de Riozinho. Em todas estas, que somam 18 escolas, oferece também atendimento à educação infantil (pré-escola). Outras 6 escolas municipais atendem somente educação infantil (creche e pré-escola) na zona urbana de Cacoal.

Na Rede Estadual, a Coordenadoria Regional de Educação é responsável por 1 escola de ensino fundamental e ensino médio no município de Ministro Andreazza, enquanto atende na zona urbana de Cacoal a 1 Centro de Educação de Jovens e Adultos (CEEJA), 1 escola de 1º ao 5º ano do ensino fundamental, 7 escolas que atendem 1º ao 9º ano do ensino fundamental, 3 escolas que atendem do 6º ao 9º e ensino médio (destas uma no distrito de Riozinho) e 3 escolas que atendem somente o médio, totalizando 16 escolas. Além disso, é responsável por 10 escolas indígenas nas aldeias situadas dentro da reserva nacional. Na zona rural, ofertava, em 2016, mediante Termo de Cooperação Técnica, o Ensino Médio do Campo (EMC) em 2 escolas no município de Ministro Andreazza e 4 escolas da Rede Municipal de Cacoal, entretanto, a partir de 2017, passou a atender o EMC somente em 3 escolas da Rede Municipal de Cacoal. Tal situação se deve ao fato de que, em 2017, os estudantes do ensino médio de uma escola municipal de Cacoal foram transferidos para a escola estadual no Distrito de Riozinho e as turmas das 2 escolas rurais de Ministro Andreazza, incluindo as turmas de EMMT, foram remanejadas para a escola estadual urbana daquele município.

Entretanto, para proceder o atendimento educacional a todos os estudantes da educação básica nos 52 municípios rondonienses, a Secretaria de Estado da Educação (SEDUC) conta em sua estrutura com 18 Coordenadorias Regionais de Educação (CRE), criadas pela Lei Complementar Nº 829, de 15 de julho de 2015.

As Coordenadorias atuam junto às escolas nas instâncias pedagógica e administrativa, sendo subordinadas à SEDUC e responsáveis pelas escolas estaduais nos municípios sob sua jurisdição. Dentre as principais funções, conforme artigo 6º da Lei Complementar Nº 829/2015/RO, está:

Art. 6º. As Coordenadorias Regionais de Educação terão as seguintes atribuições principais:

I- Implantar e implementar a política de educação da Secretaria de Estado da Educação, nas unidades educacionais da área de abrangência da Coordenadoria Regional;

II - Promover a interação entre órgãos públicos e privados no contexto regional;

III - Atender as necessidades de informações pedagógicas e administrativas a nível local e a nível central; e

IV - Coordenar, orientar, acompanhar e avaliar as ações das unidades escolares da área de sua abrangência (RONDÔNIA, 2015).

Porém, não há um padrão estabelecido em Lei para a divisão de atendimento de cada CRE, e, dessa forma, temos em Rondônia, coordenadorias responsáveis pelo atendimento educacional em vários municípios, com um número superior de escolas sob sua jurisdição se comparado a outras, o que resulta, ainda, numa extensão territorial maior a ser percorrida para realização desse atendimento. Esse fator, aliado às extensões territoriais dos municípios agrava a situação de difícil acesso às escolas devido às distâncias a serem percorridas.

Objetivando identificar quais são as coordenadorias que possuem um número maior de municípios atendidos e, conseqüentemente, maior extensão territorial a percorrer, no Quadro 2 são apresentados os municípios que compõem cada CRE, bem como, o número de escolas e alunos atendidos por cada Coordenadoria.

Quadro 2 – Coordenadorias Regionais de Educação e suas jurisdições (2017)

(Continua)

Quantitativo	Coordenadoria Regional de Educação	Municípios da jurisdição	Nº de Escolas	Nº de alunos atendidos
1	Alta Floresta do Oeste	Alta Floresta do Oeste Alto Alegre dos Parecis	20	4.089
2	Ariquemes	Alto Paraíso Ariquemes Cacaulândia Cujubim Monte Negro Rio Crespo	18	15.460
3	Buritis	Buritis Campo Novo Jacinópolis Rio Pardo	06	4.688
4	Cacoal	Cacoal Ministro Andreazza	26	10.225
5	Cerejeiras	Cerejeiras Corumbiara Pimenteiras do Oeste	11	3.275
6	Costa Marques	Costa Marques	04	1.711
7	Espigão do Oeste	Espigão do Oeste	15	4.020
8	Extrema (Distrito de Porto Velho)	Extrema	13	1.894
9	Guajará-Mirim	Guajará-Mirim Nova Mamoré	49	10.191
10	Jaru	Governador Jorge Teixeira Jaru Theobroma	19	8.018
11	Ji-Paraná	Alvorada do Oeste Ji-Paraná Presidente Médici Urupá	57	25.169
12	Machadinho do Oeste	Machadinho do Oeste Vale do Anari	07	4.768
13	Ouro Preto do Oeste	Mirante da Serra Nova União Ouro Preto do Oeste Teixeirópolis Vale do Paraíso	14	6.583
14	Porto Velho	Candeias do Jamari Itapuã do Oeste Porto Velho	93	68.115
15	Pimenta Bueno	Parecis Pimenta Bueno Primavera de Rondônia São Felipe	15	6.081
16	Rolim de Moura	Castanheiras Nova Brasilândia Novo Horizonte	22	11.277

Quadro 2 – Coordenadorias Regionais de Educação e suas jurisdições (2017)

(Conclusão)

		Rolim de Moura Santa Luzia		
17	São Francisco do Guaporé	São Francisco do Guaporé São Miguel do Guaporé Seringueiras	11	5.663
18	Vilhena	Cabixi Colorado do Oeste Chupinguaia Vilhena	28	13.954

Fonte: Elaboração própria, com base no Anexo I da Lei Complementar Nº 829/2015 e informações da Gerência de Controle, Avaliação e Estatística – SEDUC/RO, Censo Escolar 2017.

Além das 18 Coordenadorias Regionais de Educação, divididas em CRE I e CRE II, classificação que diferencia o quantitativo de servidores a serem lotados em cada CRE, bem como, os valores pagos aos cargos comissionados (Gerentes e Chefes de setores), a Lei Complementar Nº 829/2015 criou também um Núcleo de Apoio à CRE (NAC), subordinado à CRE de Porto Velho, denominado Núcleo de Apoio à CRE do Baixo Madeira. Considerando a extensão territorial da CRE de Porto Velho, o NAC tem a função de dar suporte administrativo, pedagógico e controle de pessoal, garantindo pleno atendimento às escolas estaduais sob sua coordenação.

A Lei Complementar Nº 829/2015 não indica o quantitativo de escolas que leva à definição das CREs I e II, afirmando apenas no artigo 4º que: “Art. 4º. As Coordenadorias Regionais de Educação obedecerão à classificação prevista no Anexo III desta Lei Complementar, tomando-se como critério o número de escolas integrantes de cada Coordenadoria” (RONDÔNIA, 2015). O anexo III da Lei Complementar Nº 829/2015, por sua vez, cita somente qual a classificação de cada coordenadoria, conforme pode ser visualizado no Quadro 3.

Quadro 3 – Classificação das Coordenadorias Regionais de Educação I e II

(Continua)

COORDENADORIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO I
Coordenadoria Regional de Educação de Ariquemes
Coordenadoria Regional de Educação de Cacoal
Coordenadoria Regional de Educação de Cerejeiras
Coordenadoria Regional de Educação de Guajará Mirim
Coordenadoria Regional de Educação de Jaru
Coordenadoria Regional de Educação de Ji-Paraná
Coordenadoria Regional de Educação de Ouro Preto do Oeste

Quadro 3 – Classificação das Coordenadorias Regionais de Educação I e II

(Conclusão)

Coordenadoria Regional de Educação de Porto Velho
Coordenadoria Regional de Educação de Pimenta Bueno
Coordenadoria Regional de Educação de Rolim de Moura
Coordenadoria Regional de Educação de São Francisco do Guaporé
Coordenadoria Regional de Educação de Vilhena
COORDENADORIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO II
Coordenadoria Regional de Educação de Machadinho do Oeste
Coordenadoria Regional de Educação de Extrema
Coordenadoria Regional de Educação de Alta Floresta do Oeste
Coordenadoria Regional de Educação de Buritis
Coordenadoria Regional de Educação de Costa Marques
Coordenadoria Regional de Educação de Espigão do Oeste

Fonte: (RONDÔNIA, 2015).

Dessa forma, a SEDUC atende em Rondônia, com o apoio das CREs e do NAC, 428 escolas na Rede Estadual de Ensino, destas, 173 atendem ao ensino médio⁶. Mas, além das escolas da Rede Estadual de Ensino, para o atendimento aos estudantes da zona rural, o Estado de Rondônia celebra parceria com as Prefeituras, por meio de Termo de Cooperação Técnica, onde os municípios cedem a infraestrutura das escolas das Redes Municipais de Ensino para a SEDUC realizar o atendimento do ensino médio.

Ciente das extensões geográficas e das dificuldades de acesso à algumas escolas do interior de Rondônia, o que dificulta não só a frequência do alunado, mas também a lotação de Professores nestas localidades, a SEDUC buscou alternativas para esse atendimento e visualizou, no ensino mediado por tecnologia, já ofertado no Amazonas desde 2007, uma possibilidade de ampliar o atendimento ao ensino médio no campo de Rondônia.

A proposta do ensino mediado por tecnologia caracteriza-se pela utilização de recursos tecnológicos que contribuem para o ensino transmitido pela televisão, em tempo real, mediante a obrigatoriedade de os estudantes estarem em sala de aula no horário em que são transmitidas as aulas, enquanto os professores especialistas ministram aulas diretamente de um estúdio. Além disso, os Professores Presenciais são os responsáveis pela orientação aos alunos em sala de aula.

⁶ Conforme informado pela Gerência de Controle, Avaliação e Estatística da Secretaria de Estado da Educação (SEDUC).

No Amazonas, conforme descreve Mourão (2010), a SEDUC/AM encontrou no modelo mediado por tecnologia uma solução para atender a demanda de alunos excluídos socialmente, mediante o ensino pela TV, utilizando recursos tecnológicos com transmissão por satélite, sendo a videoconferência utilizada como ferramenta pedagógica. O termo “alunos excluídos socialmente” é utilizado pela autora para chamar a atenção para aqueles que não prosseguiram seus estudos após terminarem o ensino fundamental, isso “[...] por diversos motivos como a falta de escola nas comunidades que oferecesse ensino médio, a exclusão de muitas comunidades rurais pela dificuldade de acesso (transporte) até as zonas urbanas e pelo fornecimento irregular de energia” (MOURÃO, 2010, p. 34). Ainda segundo Mourão:

O Centro de Mídias da SEDUC foi criado em 2007. [...] Localizado em Manaus, onde ficam os professores titulares dos componentes curriculares (nome dado a uma disciplina), responsáveis pela elaboração das aulas que são transmitidas pela TV e demais atividades, ou exercícios. Na outra ponta, ou seja, nos municípios encontram-se os professores tutores que desempenham o papel de mediador e facilitador, responsáveis por coordenar os alunos nas salas de aula, minimizar as dúvidas dos alunos, acompanhar o aprendizado, realizar frequência, coordenar as atividades, realizar a aplicação de provas entre outros (MOURÃO, 2010, p.35).

Assim, os estudantes matriculados no ensino mediado por tecnologia participam das mesmas aulas, independentemente da localidade ou povoado onde a escola está situada, tendo o mesmo currículo e desenvolvendo as mesmas atividades em classe ou extraclasse. Tal peculiaridade permite que o projeto atenda a um número maior de estudantes com um quantitativo menor de professores, se comparado ao ensino regular. É importante ponderar que, se por um lado o ensino mediado por tecnologia possibilita atendimento educacional ao público em áreas mais distantes, por outro, provoca a redução da diversidade curricular, visto que os estudantes inseridos no Projeto têm as mesmas aulas, ocorrendo ainda, a redução de contratação docente.

Costa (2015) destaca que no Amazonas o Projeto de ensino por mediação tecnológica foi uma alternativa pensada para atender à necessidade de expansão do ensino médio, em meio à extensão territorial, tendo em seu quadro carência de profissionais qualificados para esse nível de ensino. Segundo o autor:

Em razão desse quadro de carência de profissionais habilitados com licenciatura na área que atuam, somado às especificidades geográficas da região e da obrigatoriedade de universalização da oferta da Educação Básica às populações residentes no interior do Amazonas, o Projeto de ensino por mediação tecnológica surgiu como uma alternativa viável para concretizar

essa política educacional neste que é o maior estado da federação brasileira (COSTA, 2015, p. 28).

Neste ponto, o contexto vivenciado por Rondônia se assemelha ao vivenciado no Amazonas, em especial, quando o foco são as extensões geográficas e a carência de profissionais habilitados nos diferentes componentes curriculares do ensino médio. Estas semelhanças despertaram na SEDUC o interesse em conhecer o Projeto desenvolvido no Amazonas, que por sua vez disponibilizou, em 2015, além de sua expertise, 25 antenas na forma de empréstimo para que o projeto pudesse ser iniciado em Rondônia⁷. Tal semelhança é descrita no Projeto de Ensino Médio com Mediação Tecnológica elaborado pela SEDUC de Rondônia, quando descreve:

[...] o projeto destina-se prioritariamente, a democratizar o acesso de adolescentes, jovens e adultos das comunidades rurais dos municípios rondonienses à última etapa da Educação Básica, adotando a mesma solução idealizada e implementada pela SEDUC/AM, que passou a utilizar as modernas tecnologias de informação e comunicação para vencer as barreiras geográficas regionais e a escassez de professores habilitados (RONDÔNIA, 2016, p. 6).

Percebe-se aqui um primeiro movimento de influência originado no Amazonas, que repassou informações e recebeu técnicos de Rondônia em visita ao Centro de Mídias de Manaus, facilitando o processo de inserção da proposta de ensino mediado por tecnologia na pauta governamental. A decisão de investir esforços para que o ensino mediado por tecnologia fosse implementado em Rondônia aconteceu a partir de reuniões entre os governos de ambos os Estados, mas a influência dos técnicos da SEDUC que visitaram o Centro de Mídias de Manaus em defesa do Projeto foi fundamental na discussão quanto à viabilidade do Projeto em Rondônia.

A atuação do Amazonas no sentido de expandir esse tipo de política pautado em seu exemplo constitui-se em importante influência à política, visto que ao receber os técnicos no Centro de Mídias de Manaus, incentivando a implementação do Projeto no estado de Rondônia, o Amazonas demonstra interesse em ser referência para outros Estados com problemas semelhantes, conquistando, por meio do ensino mediado por tecnologia, o *status* de modelo a ser seguido.

Durante a visita, em 2012, os técnicos da SEDUC conheceram, além do Centro de Mídias, uma escola situada a 30 km de Manaus, onde assistiram aulas e verificaram como

⁷ Informações fornecidas pela Diretoria Geral de Educação em 18 set. 2017.

funciona o projeto de aula interativa, conversaram com Professores Presenciais e estudantes do ensino médio, e retornaram certos de que este era um bom Projeto para Rondônia, considerando a concentração dos estudantes e a qualidade das aulas veiculadas.

De 2012 a 2015, a proposta de inserção do Projeto nas escolas de Rondônia foi discutida internamente na SEDUC e na esfera governamental. Reuniões foram realizadas com o intuito de amadurecer a ideia e pensar em estratégias para a efetivação da proposta, uma vez que o Estado de Rondônia não dispunha de um Centro de Mídias. Surgiu, então, a possibilidade de se realizar a parceria com o Instituto Federal de Rondônia (IFRO) para realizar a transmissão das aulas, e o Projeto começou a ser divulgado pela SEDUC durante as reuniões mensais com as 18 Coordenadorias Regionais de Educação no final de 2015.

Assim sendo, o Projeto de Ensino Médio com Mediação Tecnológica em Rondônia, elaborado em 2016, foi apresentado em consonância aos preceitos obrigatórios estabelecidos nas Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio, nos Parâmetros Curriculares Nacionais e, especialmente, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), de 1996, que, ao abordar as especificidades da educação do campo, define no artigo 28 e seus incisos, o atendimento diferenciado a estudantes das escolas rurais, sugerindo adequação curricular, organização própria e adequação ao trabalho na zona rural quando aduz:

Art.28. Na oferta de educação básica para a população rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias à sua adequação às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente:

I - Conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural;

II - Organização escolar própria, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas;

III - Adequação à natureza do trabalho na zona rural. (BRASIL, 1996).

Fica evidente, dessa forma, que as propostas pedagógicas das escolas do campo com oferta de ensino médio devem ter flexibilidade para contemplar a diversidade em seus múltiplos aspectos, observados os princípios constitucionais e os princípios que orientam a educação básica brasileira.

A partir da Lei Nº 13.415, de 2017, o ensino mediado por tecnologia na Educação Básica encontra-se contemplado no artigo 36, parágrafo 11, inciso VI, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), sendo que:

Art. 36. O currículo do ensino médio será composto pela Base Nacional Comum Curricular e por itinerários formativos, que deverão ser organizados

por meio da oferta de diferentes arranjos curriculares, conforme a relevância para o contexto local e a possibilidade dos sistemas de ensino, a saber:

[...]

§ 11. Para efeito de cumprimento das exigências curriculares do ensino médio, os sistemas de ensino poderão reconhecer competências e firmar convênios com instituições de educação a distância com notório reconhecimento, mediante as seguintes formas de comprovação:

[...]

VI - Cursos realizados por meio de educação a distância ou educação presencial mediada por tecnologias (BRASIL, 1996).

É importante destacar ainda que o Decreto Nº 9.057, de 25 de maio de 2017, que regulamenta o artigo 80 da LDB diz “Art. 80. O poder público incentivará o desenvolvimento e a veiculação de programas de ensino a distância, em todos os níveis e modalidades de ensino, e de educação continuada”. Para esse atendimento na Educação Básica, o Decreto Nº 9.057/2017, em seu artigo 8º e seus incisos, estabelece:

Art. 8º Compete às autoridades dos sistemas de ensino estaduais, municipais e distrital, no âmbito da unidade federativa, autorizar os cursos e o funcionamento de instituições de educação na modalidade a distância nos seguintes níveis e modalidades:

I - Ensino fundamental, nos termos do § 4º do art. 32 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996;

II - Ensino médio, nos termos do § 11 do art. 36 da Lei nº 9.394, de 1996;

III - Educação profissional técnica de nível médio;

IV - Educação de jovens e adultos; e

V - Educação especial (BRASIL, 2017).

Diante do exposto, percebendo a legalidade do ensino mediado por tecnologia e, mediante o apoio do Amazonas à implementação do Projeto em Rondônia, governo e SEDUC formularam seus discursos visando convencer os atores do contexto de produção de textos e outros atores influentes do campo educacional, como os Coordenadores Regionais de Educação e o Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Rondônia (SINTERO), da importância e efetividade do EMMT para a educação rondoniense.

Mas convencer os diversos atores interessados de que o projeto era realmente necessário e viável não foi simples. Muitas resistências ao Projeto foram surgindo e influenciando a não implementação do EMMT em algumas localidades. Segundo Mainardes (2006, p. 51), “O discurso em formação algumas vezes recebe o apoio e outras vezes é desafiado por princípios e argumentos mais amplos que estão exercendo influência nas arenas públicas de ação”. No caso do EMMT, especificamente, os argumentos contrários à essa política por parte dos Coordenadores Regionais de Educação questionaram, além das questões técnicas como alterações no transporte escolar dos estudantes e necessidade de internet de qualidade nas

escolas, a necessidade de implementação do Projeto em todos os municípios de Rondônia, visto que nem todos os municípios, principalmente os que pertencem ao eixo da BR 364, possuem comunidades de difícil acesso ou com carência de profissionais habilitados.

Entretanto, a maior resistência à implementação do Projeto surgiu nos discursos de representantes do SINTERO, de Sindicatos ligados aos trabalhadores rurais, da Universidade Federal de Rondônia (UNIR) e de alguns representantes da classe política de Rondônia.

Após muitos embates, uma audiência pública foi realizada em 23 de junho de 2016 na Assembleia Legislativa de Rondônia, reunindo deputados, diretores de executivas regionais do SINTERO, estudantes, representantes da Federação dos Trabalhadores na Agricultura de Rondônia (Fetagro), do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), da Via Campesina, do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), da Universidade Federal de Rondônia (UNIR), da Central Única dos Trabalhadores (CUT), do Ministério Público, do Tribunal de Justiça e a SEDUC, representada pela Secretária de Estado da Educação (SINTERO, 2016).

Conforme divulgado no site do SINTERO, a Secretária de Estado da Educação defendeu o projeto afirmando que “[...] esta foi a solução encontrada pelo governo para suprir a falta de professores, principalmente nos locais de difícil acesso [...]”; porém, o SINTERO e movimentos sociais⁸ não concordaram pois, de acordo com alguns discursos, a mediação tecnológica teria passado de exceção à regra, sendo implementada indiscriminadamente em locais que poderiam ter professores atuando no sistema regular de ensino. Segundo defendeu o presidente do SINTERO durante a audiência, o governo deveria dialogar com a comunidade e discutir com quem entende do assunto, ou seja, os trabalhadores em educação, pois, do contrário, em vez de solucionar um problema o governo prejudica ainda mais a qualidade do ensino (SINTERO, 2016).

De acordo com divulgação realizada no site oficial da Assembleia Legislativa de Rondônia, durante a audiência pública, representantes da Universidade Federal de Rondônia se posicionaram contrários aos Projeto, alegando que “[...] o argumento da secretária de Educação é falacioso, [...] que a educação no campo sempre foi relegada a segundo plano e que em Rondônia mais de 70% das escolas rurais foram fechadas” (RONDÔNIA, 2016).

O SINTERO, por sua vez, levantou a bandeira em favor dos servidores, defendendo que a carência de professores habilitados não justificava a implementação do EMMT, pois o governo deveria pensar políticas de incentivo à docência para conquistar mais professores à

⁸ Os movimentos sociais indicados no texto referem-se a representantes da Federação dos Trabalhadores na Agricultura de Rondônia (Fetagro), do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), da Via Campesina, do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), da Central Única dos Trabalhadores (CUT), entre outros.

carreira do magistério. Para o presidente do SINTERO: “[...] a educação em Rondônia tem muitos problemas, e um deles é a falta de professores, mas a solução é a realização de concurso para o preenchimento das vagas e não a implantação indiscriminada de qualquer projeto” (SINTERO, 2016).

A partir da fala da Secretária de Estado da Educação e de representantes da sociedade, alunos e professores, com posicionamentos favoráveis e contrários à implementação do projeto, foram apresentadas propostas de encaminhamentos a serem tomadas, as quais foram lidas pelo Deputado Lázaro Aparecida Dobri, conhecido como Lazinho da FETAGRO, que presidiu a Audiência Pública. Dentre as propostas está, a criação – dentro da SEDUC –, de uma coordenadoria de educação voltada para o Campo, com um Projeto de formação de professores em educação do Campo, bem como, a elaboração de um Termo de Ajuste de Conduta entre os envolvidos na educação para estabelecer critérios no Projeto de Ensino Médio com Mediação Tecnológica em Rondônia.

Mesmo que muitos tenham sido os discursos, Mainardes (2006, p. 54) afirma que “A política como discurso estabelece limites sobre o que é permitido pensar e tem o efeito de distribuir ‘vozes’, uma vez que somente algumas vozes serão ouvidas como legítimas e investidas de autoridade”; portanto, na prática, mesmo que existam diferentes discursos, alguns serão mais dominantes do que outros e prevalecerão no texto.

É neste contexto que menos de um mês após a audiência, no dia 05 de julho de 2016, em nova sessão, foi votado e aprovado pelos deputados na Assembleia Legislativa de Rondônia, o Projeto de Ensino Médio com Mediação Tecnológica no ensino público estadual, alegando-se dificuldade de contratação de professores para atendimento à demanda escolar em localidades de difícil acesso (RONDÔNIA, 2016).

O resultado desses discursos, a forma como ocorreu a produção de textos e as parcerias firmadas para que a implementação do Projeto Ensino Médio com Mediação Tecnológica ocorresse em Rondônia, bem como os conflitos e resistências presentes neste contexto, estão descritos na seção seguinte.

1.3 O contexto de produção do Projeto Ensino Médio com Mediação Tecnológica em Rondônia

É no contexto da produção que os textos políticos tomam forma com o objetivo de atender ao interesse do público em geral. Neste ponto, Condé (2013, p. 88) enfatiza que “[...] a

decisão representa escolhas orientadas conforme o processo, produzindo um desenho determinado, com leis e decretos, instruções normativas e normativas operacionais”. Mas, para compreender o desenho do ensino mediado por tecnologia em Rondônia, se faz necessário observar o cenário vivenciado pelas escolas rurais no Estado, as formas de atendimento e as dificuldades enfrentadas.

O ensino médio na zona rural de Rondônia sempre foi um desafio para os gestores públicos. Denominado Ensino Médio do Campo (EMC), este tem, ao longo dos anos, enfrentado diversas dificuldades, como: escassez de professores habilitados à docência, dificuldades no transporte dos professores e dos alunos até à escola localizada na zona rural, e, conseqüentemente, dificuldade no cumprimento das horas e dias letivos.

Para atender à diversidade existente nos 52 municípios de Rondônia, o EMC foi criado, em 2005, na época denominado Programa de Ensino Médio no Campo de Rondônia (PROEMCRO) por meio da Resolução Nº 5/CEE/RO/2005, e regulamentado em 2007 pela Portaria Nº 1.050/GAB/SEDUC/RO/2007, sendo a meta do programa expandir o ensino médio no campo, elaborado com características próprias e específicas para atender cerca de 6.000 estudantes.

O PROEMCRO objetivava o desenvolvimento de um currículo e uma proposta pedagógica diferenciada para o alunado residente no campo, visando atender à necessidade dos jovens em colaborar com as famílias durante a colheita do café e, dessa forma, as aulas eram ministradas em 2 dias, com horário integral (das 8:00 às 15:00 horas), havendo um intervalo para o almoço. As aulas eram ainda desenvolvidas na forma de módulos, e cada módulo correspondia a uma disciplina, sendo eliminado um módulo/disciplina referente aos três anos correspondentes ao ensino médio antes do início de outro; ou seja, estudava-se os conteúdos de Matemática referentes ao 1º, 2º e 3º anos do ensino médio, para só depois de concluído ter início o módulo seguinte.

Em 2010, o PROEMCRO passou a ser denominado EMC, sofrendo alterações por intermédio das determinações da Portaria Nº 1.334/GAB/SEDUC/RO/2010, de maneira a oportunizar a oferta de três formas distintas: i) por anos escolares; ii) matrícula por componente curricular (por ano escolar) e iii) matrícula por componente curricular (em conclusão de ensino médio), sendo que neste último caso o estudante estuda o módulo com conteúdo referente aos três anos do ensino médio, para, após a conclusão deste, seguir para o próximo módulo, conforme define o artigo 2º da Portaria Nº 1.334/2010/SEDUC/RO:

Art. 2º. O Ensino Médio do Campo terá (03) três formas de atendimento:

I – Anos Escolares – presencial, com 05 (cinco) dias por semana, com duração de no mínimo 04 (quatro) horas/dia e intervalo de 15 minutos, de no mínimo 200 (duzentos) dias letivos anuais, sendo 840 (oitocentas e quarenta) horas anuais, e carga horária total de 2.520 (duas mil e quinhentas e vinte) horas, grade curricular I;

II – Matrícula por componente curricular – (organização diversa) em nível de ano escolar, presencial, com 05 (cinco) dias por semana, com duração de no mínimo 04 (quatro) horas/dia e intervalo de 15 minutos, de no mínimo 200 (duzentos) dias letivos anuais, sendo 840 (oitocentas e quarenta) horas anuais, e carga horária total de 2.520 (duas mil e quinhentas e vinte) horas, grade curricular I, observando o disposto na Resolução n. 149/05-CEE/RO;

III – Matrícula por componente curricular – (organização diversa) em nível de conclusão de ensino médio, presencial, ministrado em 05 (cinco) dias por semana, com duração de no mínimo 04 (quatro) horas/dia e intervalo de 15 minutos, com 200 (duzentos) dias letivos anuais, sendo 840 (oitocentas e quarenta) horas anuais e carga horária total de 2.520 (duas mil e quinhentas e vinte) horas, grade curricular II (RONDÔNIA, 2010).

Assim, ao cursar o EMC “por anos escolares”, conforme descrito no inciso I da Portaria Nº 1.334/GAB/SEDUC/RO/2010, o estudante tem um atendimento parecido ao que é oferecido no ensino regular urbano, onde cursa todos os componentes curriculares referente ao ensino médio simultaneamente dentro de um ano escolar, respeitando-se a carga horária equivalente à cada componente, previsto na matriz curricular. Ou seja, os componentes curriculares são distribuídos de maneira que o estudante tenha aulas de todos os componentes durante a semana.

Ao optar pela “matrícula por componente curricular (por ano escolar)”, conforme inciso II da Portaria Nº 1.334/GAB/SEDUC/RO/2010, o estudante cursa os componentes curriculares referentes a um ano escolar; porém, o conteúdo de cada componente é estudado ininterruptamente até que toda carga horária prevista na matriz curricular daquele ano letivo esteja cumprido, e só depois de sua conclusão inicia-se uma nova disciplina. Assim, por exemplo, o discente cursa Matemática cumprindo toda a carga horária prevista para o 1º ano do ensino médio, para só depois iniciar História e, ao ter cumprida a carga horária equivalente ao 1º ano do ensino médio dessa disciplina, têm início os estudos de Filosofia, e assim sucessivamente. Este modelo favorece o rodízio de professores que necessitam lecionar em diversas escolas da zona rural, muitas vezes distantes uma das outras.

Já no caso de “matrícula por componente curricular (em conclusão de ensino médio)”, conforme inciso III da Portaria Nº 1.334/GAB/SEDUC/RO/2010, o estudante cursa os componentes curriculares referentes aos três anos do ensino médio de forma continuada, ou seja, cumpre-se a carga horária total prevista para o ensino médio em cada componente antes de se iniciar um novo componente curricular. Dessa forma, cursa Matemática cumprindo a

carga horária prevista para o 1º, 2º e 3º ano do ensino médio, para depois iniciar outro componente, História, por exemplo.

Mesmo havendo a oportunidade de escolha por três formas diferentes no EMC, os municípios têm tido dificuldades de atender a demanda, dadas sobretudo as distâncias geográficas enfrentadas por professores e alunos. Com relação ao atendimento à toda a demanda, a SEDUC tem sido responsabilizada, via ações de indenização impetradas por estudantes de Cacoal que deixaram de estudar, por não ser oferecido o EMC em todas as escolas do campo. Esses estudantes, que somam 14 adolescentes, entraram com ação coletiva em 2015 por terem sido impedidos de estudar durante o ano de 2014 por falta de atendimento de Linha de ônibus escolar até a localidade onde residem. No total daquele ano, 12 escolas rurais pertencentes à CRE/Cacoal ofereciam o EMC. Este é um exemplo de problema acarretado pela dificuldade de oferta do ensino médio regular e presencial a todas as comunidades do interior do estado de Rondônia.

Observando dados do Censo Escolar, percebe-se em Rondônia uma queda gradativa no número de matrículas nas escolas públicas estaduais, sendo que em 2014 o estado possuía 65.223 alunos matriculados no ensino médio; em 2015, esse número caiu para 64.827 e, em 2016, para 60.916, uma redução de mais 4.000 estudantes. Ao verificar as estimativas anuais de população feitas pelo IBGE a partir dos censos de 2000 a 2010, percebe-se que em Rondônia a projeção demonstra redução populacional natural de pessoas na faixa etária que corresponde aos estudantes do ensino médio. A Tabela 2 evidencia esta situação.

Tabela 2 – Demonstrativo populacional por grupos etários (2014-2017)

Grupo Etário	2014	2015	2016
10-14 anos	163.080	163.778	160.831
15-19 anos	160.584	158.609	159.920

Fonte: Elaboração própria, com base nas estimativas populacionais do IBGE para o período de 2000-2030.

Considerando que o alunado do ensino médio possui entre 14 e 17 anos de idade, a partir dos dados da tabela verifica-se que não há queda populacional no grupo etário de 10 a 14 anos nos anos de 2014 e 2015; em contrapartida, em 2016 o número de pessoas é reduzido significativamente nesta faixa etária. Já no grupo de 15 a 19 anos, a queda mais acentuada está entre os anos de 2014 e 2015, sendo que em 2016 houve a previsão de um ligeiro crescimento.

Além disso, a criação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia (IFRO) com 9 unidades distribuídas em 8 municípios rondonienses – sendo um destes Cacoal – e a ampliação de vagas para o ensino médio ofertadas pelo IFRO ao longo desses três

anos (2014, 2015 e 2016), têm feito com que muitos alunos da rede pública estadual migrassem para o Instituto. Na Tabela 3 temos um comparativo que demonstra o crescimento no número de estudantes atendidos pelo IFRO de 2014 a 2017.

Tabela 3 – Demonstrativo de Matrículas por IFRO (2014-2017)

IFRO	Ano 2014	Ano 2015	Ano 2016	Matrícula Inicial 2017
Ariquemes	498	501	492	609
Cacoal	108	181	301	479
Colorado do Oeste	464	482	459	484
Guajará-Mirim	-	-	77	386
Jaru	-	-	-	180
Ji-Paraná	580	602	614	782
Porto Velho – Zona Norte	-	-	-	376
Porto Velho – Calama	612	577	615	1003
Vilhena	426	426	407	469
Matrícula Total	2.688	2.766	2.965	4.768

Fonte: Elaboração própria, com base nas sinopses do Censo Escolar. INEP/MEC. Matrícula Inicial informada pelo setor de Estatística Educacional de Rondônia – SEDUC/RO.

A partir dos dados da tabela 3, observa-se que além da criação de novos campus em 2016 e em 2017 - como é o caso de Guajará-Mirim, Jaru e Porto Velho/Zona Norte -, o IFRO, a partir da ampliação de sua estrutura física, tem aumentado o número de matrículas nos municípios de Ariquemes, Cacoal, Ji-Paraná e Porto Velho/Calama, o que levou o Instituto a atender quase 5.000 estudantes em 2017.

Assim, a redução populacional e a ampliação de vagas oferecidas no IFRO podem ser os fatores que ocasionaram a redução de matrículas no ensino médio da rede pública estadual de ensino de Rondônia neste período. A redução no número de matrículas também refletiu nas escolas do campo em Rondônia, como demonstra os dados da Tabela 4.

Tabela 4 – Demonstrativo de Matrículas no Ensino Médio – Escolas do Campo (2014-2016)

Ano	Brasil	Rondônia (Públicas e Privadas)	Rede Pública Estadual de Rondônia
2014	329.299	5.117	3.349
2015	319.696	5.177	3.479
2016	304.714	3.556	3.334

Fonte: Elaboração própria, com base no Censo Escolar/INEP disponibilizado no site Qedu.org.br.

Como se observa, a redução no número de matrículas nas escolas rurais decresceu não só em Rondônia, mas também no Brasil. Num comparativo entre os anos de 2015 e 2016, em Rondônia (Públicas e Privadas) a diferença de matrículas no ensino médio é bastante acentuada,

o que caracteriza a redução de 1.698 para 222 matrículas na Rede Privada no período. Essa queda brusca no número de matrículas na Rede Privada se deve principalmente ao encerramento das atividades de Escolas Agrícolas privadas que eram mantidas por Associações Rurais em Rondônia, bem como pelo fortalecimento dos Institutos Federais que ampliaram o atendimento. Com isso, muitos estudantes migraram para os IFROs ou para outras escolas.

Partindo desse cenário, a SEDUC buscou alternativas para atender os egressos do ensino fundamental, e encontrou no Projeto Ensino Médio com Mediação Tecnológica uma forma de promover a expansão do Ensino Médio. A SEDUC classifica o Projeto como ensino presencial com mediação tecnológica porque os estudantes se reúnem no mesmo horário para participar de aulas transmitidas por meio de videoconferências, via satélite.

Assim como no Amazonas, que desenvolve o ensino mediado por tecnologia desde 2007, além do “Professor Ministrante”, especialista em cada disciplina e responsável por ministrar as aulas para todos os estudantes ligados ao Projeto a partir de um estúdio localizado em Porto Velho, existe ainda a figura do “Professor Presencial”, que está fisicamente presente em cada sala de aula, e é um dos responsáveis pela mediação tecnológica e pelo acompanhamento do aprendizado dos estudantes. No intuito de destacar e diferenciar o trabalho dos Professores Ministrante e Presencial, no Quadro 4, estão descritas as atribuições destes profissionais.

Quadro 4 – Atribuições dos Professores Ministrantes e Presenciais

(Continua)

Profissional	Atribuições
Professores Ministrantes	- Planejar as aulas segundo as especificidades do estúdio considerando: tempo, dinâmica áudio visual, conteúdo e didática; - Elaborar e postar no Ambiente Virtual de Produção no prazo estabelecido os Planos de Operacionalização do componente curricular: Plano Didático Pedagógico Curricular, Cronograma de sequência de aula, Plano Institucional de Atividades Extraclasse, Plano Institucional de Estudo de Recuperação, Plano das Teleaulas, Atividades de sala, Avaliações Parciais (1ª e 2ª chamada), Avaliações de Recuperação, Exames Finais e seus respectivos gabaritos e cartões resposta com as especificidades peculiares do ensino mediado com tecnologia; - Assinar os instrumentais após o processo de correção; - Cumprir cronograma de prazos de atividades: planejamento, elaboração e entrega dos instrumentais correspondentes ao fluxograma; - Orientar os Professores Presenciais quanto às atividades de sala de aula; - Ministrar as aulas no estúdio para transmissão, em tempo real, via satélite;

Quadro 4 – Atribuições dos Professores Ministrantes e Presenciais

(Conclusão)	
Professores Ministrantes	- Orientar aos Professores Presenciais por meio de chat para dirimir dúvidas do componente curricular ministrado; - Elaborar ementa específica em consonância com os Parâmetros Curriculares Nacionais e Matriz do Ensino Médio, considerando as peculiaridades das comunidades atendidas pelo Projeto EMMT; - Elaborar Planos e dinâmicas para as gravações de chamadas externas; - Elaborar Plano de Estudo para realização dos estudos de recuperação paralela, atividades extraclasse e Exames Finais, considerando as particularidades das comunidades Indígenas, Ribeirinhas, Quilombolas e do Campo, dentro do formato modular mediado pelas tecnologias; - Comparecer a eventos de formação de Professores Presenciais; - Elaborar dinâmicas locais interativas; - Participar de treinamento para estúdio; - Participar da formação quanto à operacionalização específica do chat; - Participar nas avaliações didático-pedagógicas do Projeto EMMT; - Responder em até um dia o requerimento oriundo da CRE sobre revisão de avaliações e encaminhar à Coordenação da SEDUC; - Solucionar eventuais problemas relacionados ao seu componente curricular; - Elaborar relatório de desenvolvimento das atividades cinco dias após o cumprimento do módulo; - Preencher instrumentais de avaliação institucional do Projeto EMMT, quando solicitado.
Professores Presenciais	- Acompanhar o processo de regência das aulas mediado pelo uso das tecnologias; - Orientar os estudantes nas atividades de salas de aula; - Controlar a frequência dos estudantes; - Transmitir por meio de chat as dúvidas dos estudantes para os Professores Ministrantes; - Aplicar e corrigir as avaliações dos estudantes; - Arquivar os cartões respostas das avaliações dos estudantes na secretaria da escola sede; - Preencher requerimento solicitando revisão de provas caso haja divergência e/ou dúvidas em questões após as avaliações e encaminhar ao Coordenador da Mediação Tecnológica na CRE; - Identificar os estudantes com dificuldade de aprendizagem que necessitam de recuperação em instrumental próprio; - Solucionar eventuais problemas relacionados ao Curso; - Preencher instrumentais de avaliação institucional do Projeto EMMT quando solicitado.

Fonte: Elaboração própria, com base no Art. 9º da Portaria nº 2.264/2016-GAB/SEDUC.

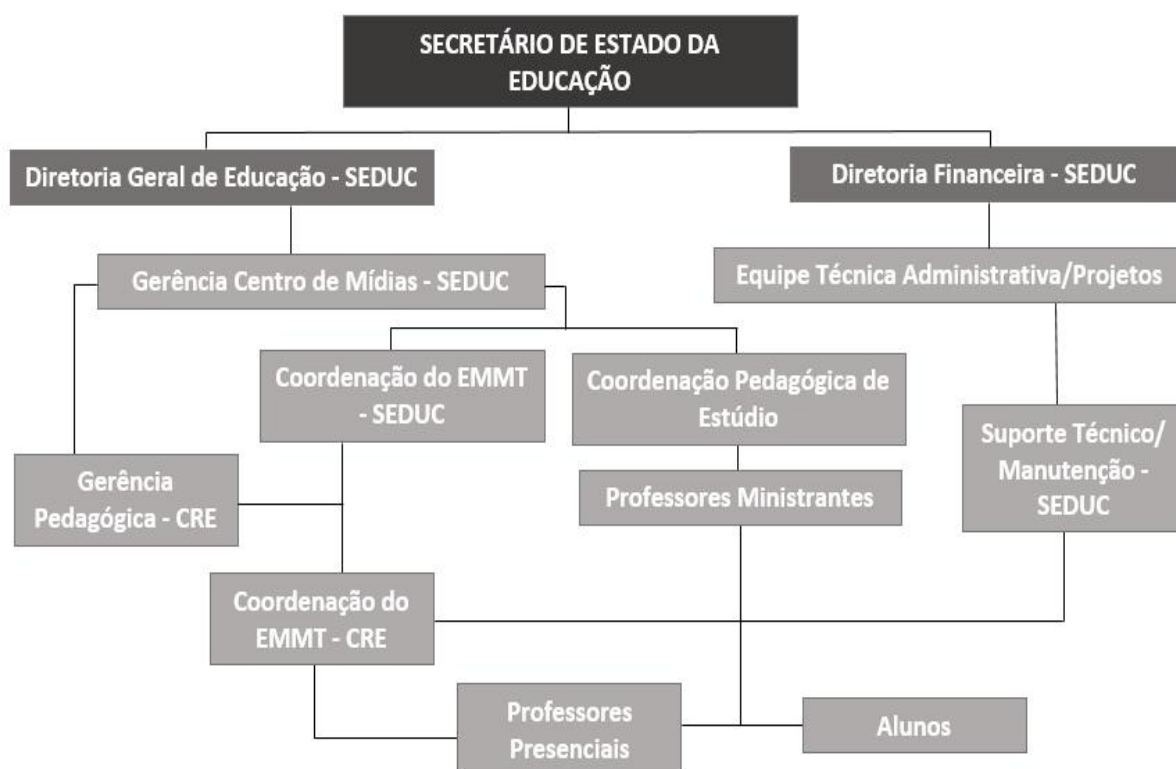
Aos Professores Ministrantes é exigida formação específica na sua área de atuação, sendo estes, professores concursados e pertencentes ao quadro de pessoal da Secretaria de Estado da Educação de Rondônia. Em contrapartida, aos Professores Presenciais não é definida uma formação específica, sendo exigido somente ser professor concursado pertencente ao

quadro de pessoal da Secretaria de Estado da Educação de Rondônia, com habilitação em disciplina que não seja de área crítica⁹.

A Portaria nº 2.264/2016-GAB/SEDUC em seu art. 11, incisos I, II e III, prevê ainda a lotação do Professor Presencial na escola sede, tendo 20 horas de atividades com o estudante em sala de aula, 6 horas de atendimento aos estudantes em recuperação paralela, de acordo com o Plano de Estudos e, 14 horas de atividades pedagógicas complementares, a saber, planejamento e formação continuada, correção de avaliações, lançamento de notas no Sistema da SEDUC, elaboração de relatórios, entre outros.

Além dos Professores Presenciais e Ministrantes, o Projeto EMMT é desenvolvido mediante o auxílio de um Coordenador Pedagógico de Estúdio, um Coordenador Pedagógico na SEDUC e, um Coordenador Pedagógico em cada Coordenadoria Regional de Educação (CRE). Na Figura 3 estas funções ficam evidentes.

Figura 3 – Organograma do Ensino Médio com Mediação Tecnológica – EMMT



Fonte: Elaboração própria, com base na Lei Complementar Nº 901, de 12 de setembro de 2016 e Projeto de Ensino Médio com Mediação Tecnológica. (SEDUC/RO/2016).

⁹ Área crítica, neste caso, refere-se às áreas em que há dificuldade de contratação por meio de concurso público ou contrato emergencial, resultando na escassez destes profissionais.

Vale lembrar que o Projeto Ensino Médio com Mediação Tecnológica (EMMT) precisou ser adequado à realidade do Estado de Rondônia, uma vez que, diferente do projeto desenvolvido no Amazonas - que possui um Centro de Mídias para a transmissão das aulas -, em Rondônia houve a necessidade de buscar parcerias para as transmissões. Sendo assim, foi firmado convênio com o IFRO, que disponibiliza os estúdios e o satélite para a transmissão das aulas e ainda é responsável pelo Curso Técnico em Cooperativismo, que é oferecido concomitantemente ao ensino médio, também no formato de ensino mediado por tecnologia, fator que influenciou a proposta curricular do EMMT, visto que a carga horária e os conteúdos relativos ao Curso Técnico foram inseridos na proposta original.

Na proposta do Amazonas nenhum curso técnico é previsto concomitante ao ensino médio. Porém, no caso de Rondônia, a necessidade de parcerias fez com que a proposta original tivesse que ser adaptada, de modo a contemplar os interesses do parceiro, ou seja o IFRO. Nesta parceria, ambos ganham: o estado por expandir a oferta do ensino médio e por evitar um maior investimento em recursos como estúdios, e o IFRO, porque dessa forma consegue interiorizar e expandir as suas ações na sociedade rondoniense.

Sendo concomitante, os estudantes inseridos no EMMT necessariamente participam do curso técnico do IFRO, independente de terem interesse no curso, visto que este modelo não prevê atendimento diferenciado aos estudantes que não se interessam por essa concomitância. Sobre isso, pode-se dizer que apenas o estudante que não tem interesse em fazer o curso profissionalizante perde, visto que não existe opção de abrir mão desta formação.

É importante destacar que, conforme visualizado no organograma do Projeto (Figura 3), foi criada, por meio da Lei Complementar Nº 901, de 12 de setembro de 2016, a Gerência Centro de Mídias, diretamente ligada à Diretoria Geral de Educação. Considerando a instituição de mais uma Gerência na SEDUC, a Gerência Centro de Mídias é um indicativo do intuito de se construir um Centro de Mídias exclusivo para a SEDUC, o que alterará o Projeto EMMT, delineando um novo formato à política, isto por causa do curso técnico concomitante que é ofertado aos estudantes em parceria com o IFRO. Isso vem reforçar as análises de Mainardes (2006) sobre como os contextos das políticas públicas estão inter-relacionados, mas não possuem uma dimensão temporal ou sequencial, nem tampouco, são lineares. Por ora, os Professores Ministrantes planejam as aulas na sede da SEDUC, e ministram as aulas no período da tarde no IFRO, conforme detalhado na Figura 4.

Figura 4 – Descrição do sistema de transmissão das aulas do EMMT em RO



Fonte: Elaboração própria, com base no Projeto de Ensino Médio com Mediação Tecnológica. (SEDUC/RO/2016).

A metodologia do Projeto prevê aulas ao vivo, transmitidas via satélite e proferidas por dois Professores Ministrantes dos estúdios do IFRO, localizado em Porto Velho. Os alunos assistem essas aulas na sala da escola de sua comunidade, por meio de um televisor. Sob a orientação do Professor Presencial o aluno interage com o Professor Ministrante, por meio de um *chat*. Aquele Professor também gerencia a sala de aula e as atividades a serem realizadas pelos estudantes, como: exercícios individuais e em grupos, avaliações, atividades de reforço e recuperação escolar (RONDÔNIA, 2016).

Para veicular as aulas, o convênio firmado entre SEDUC e IFRO prevê a transmissão destas no período vespertino, uma vez que este é o único período em que os estúdios não são utilizados pelo Instituto Federal, sendo possível a utilização pela SEDUC. Porém, na divulgação do Projeto às Coordenadorias Regionais de Educação, no final de 2015, a SEDUC divulgou que a veiculação das aulas no período vespertino se justificava por ser mais econômico, sendo que este custo reduzido pode ter sido utilizado no discurso como forma de convencer e reduzir os questionamentos por parte dos Coordenadores Regionais de Educação, visto que o interesse em implementar o EMMT era urgente. Tal situação gerou a necessidade de negociação com as Prefeituras, realizada pelos Coordenadores Regionais, para utilização da infraestrutura da Escolas Municipais no período vespertino, porque em muitos municípios o atendimento educacional de ensino fundamental na zona rural ocorre no período matutino. Outro impasse negociado foi o transporte escolar desses estudantes, que acontece por meio de convênio firmado entre o Governo de Estado e as Prefeituras para atender o alunado do campo pelo mesmo motivo de que em muitos municípios os estudantes do ensino fundamental frequentam

as aulas no período matutino, assim, atender o ensino médio no período vespertino significa dobrar os gastos com transporte escolar.

Quem intermedia a negociação para o convênio de transporte escolar entre o governo estadual e prefeituras é a SEDUC, representada pelos Coordenadores Regionais de Educação em cada CRE, sendo no documento especificado todos os trechos e horários percorridos, bem como, o quantitativo de estudantes atendidos. O documento, assinado pelo Prefeito, Secretário Municipal de Educação e Coordenador Regional de Educação serve de base para o convênio com cada município. Mas, além de gastos a mais com combustível, neste caso, as prefeituras também precisariam de uma frota maior de ônibus, visto que o mesmo veículo que transporta os estudantes no período matutino não conseguiria transportar outros discentes no período vespertino, considerando as distâncias percorridas. Nem todos os prefeitos concordaram com a situação, o que impediu que o Projeto EMMT pudesse ser implementado em alguns municípios, a exemplo de Cacoal.

Devido às negociações que permearam a construção do texto da política, houve demora na aprovação do projeto, sendo este aprovado quatro meses após o início das aulas no EMMT. De um lado, a necessidade de desenvolver o projeto no período vespertino, o que não agradou muitos prefeitos e vereadores que buscaram influenciar nas decisões da Assembleia Legislativa do Estado. Por outro lado, o Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Rondônia (SINTERO) se posicionou contra, debatendo e questionando a necessidade de implementação desse Projeto em Rondônia.

A Universidade Federal de Rondônia (UNIR) mobilizou-se promovendo uma mesa de debate no dia 14 de junho de 2016, na capital, Porto Velho, com o tema “Discutindo a precarização no âmbito das políticas de Educação em Rondônia: o Projeto Ensino Médio com Mediação Tecnológica no contexto da formação”, organizada pelo Departamento de Ciências Sociais, Grupo de Estudos e Pesquisas História, Sociedade e Educação no Brasil (HISTEDBR) e Centro Interdisciplinar de Estudos e Pesquisas em Educação e Sustentabilidade (CIEPES) da Fundação Universidade Federal de Rondônia (UNIR, 2016).

Resultante da mesa de debate, um documento¹⁰ foi elaborado pelo HISTEDBR e endereçado ao CEE/RO manifestando o posicionamento contrário ao EMMT e exigindo participação no processo de discussão, elaboração e acompanhamento das políticas educacionais propostas no âmbito do estado de Rondônia. Por intermédio do documento, o Grupo faz questionamentos indicando que:

¹⁰ UNIR/HISTEDBR. Documento enviado ao Conselho Estadual de Educação de Rondônia (CEE/RO). 20 mai. 2016.

[...] a implantação de qualquer projeto na escola, deve garantir, primeiramente o protagonismo da equipe de profissionais da educação daquela escola; bem como, a apreciação e aprovação do projeto pelo conselho escolar ou colegiado equivalente, com garantia de participação da comunidade escolar e local. Observadas estas indicações da Lei, fica assegurada, minimamente, a autonomia da unidade escolar pública, conforme prescreve o Art. 15 da LDB. [...] Diante do exposto e considerando o princípio da Gestão democrática do ensino público, em que momento o projeto Ensino Médio com Mediações Tecnológicas (EMMTec) foi discutido, apresentado e aprovado pela comunidade escolar? (HISTEDBR, 2016).

Além disso, o Grupo questiona ainda a não implantação de um Projeto Piloto no Estado de Rondônia para verificar sua viabilidade e potencialidade, acusando o governo de, por intermédio da SEDUC, ter se valido somente “[...] da experiência, das orientações e do material de apoio concedido pela Secretaria de Estado da Educação do Amazonas” (HISTEDBR, 2016). Outrossim, afirma que o projeto EMMT não pode ser considerado ensino presencial, como divulgado pela SEDUC, pois não corresponde a “[...] ‘complementação de aprendizagem’, considerando que o processo de ensino aprendizagem se estabelece por meio de televisão via satélite, entre o professor ministrante e o aluno, caracterizando-se enquanto ensino semipresencial, aos moldes da educação à distância” (HISTEDBR, 2016).

Para finalizar, o documento faz menção à diversidade existente no Campo e à necessidade de professores preparados para desenvolver um trabalho que atenda à essa diversidade, considerando o Projeto Político Pedagógico (PPP) das unidades escolares, o qual, via de regra, representa os anseios e as escolhas educacionais de cada comunidade. Neste sentido, questiona:

[...] de que forma o professor ministrante de cada disciplina, situado em Porto Velho, irá elaborar seu planejamento de ensino, tendo por base o projeto político pedagógico de cada unidade escolar, a fim de inserir em seu planejamento a valorização das diferenças, o atendimento à pluralidade e à diversidade cultural de cada comunidade, bem como, adequação às peculiaridades da vida rural e da floresta de cada comunidade? (HISTEDBR, 2016).

Apesar dos documentos enviados para diferentes instituições como a SEDUC, o Conselho Estadual de Educação de Rondônia e o Ministério Público, a UNIR enquanto instituição não recebeu resposta para os documentos enviados, segundo uma professora dessa Universidade¹¹, que participou da Audiência Pública na Assembleia Legislativa na qual se debateu o ensino mediado por tecnologia em Rondônia. Em entrevista, a docente informou que

¹¹ Entrevista realizada por telefone no dia 03 de abril de 2018 com uma Professora do Mestrado em Educação da Universidade Federal de Rondônia (UNIR).

teve acesso somente a uma recomendação emitida pelo Ministério Público à SEDUC e que tal recomendação sugeria inclusive a suspensão do Projeto EMMT em Rondônia (Entrevista com uma Professora do Mestrado de Educação da UNIR, Cacoal, 2018).

Em Cacoal, a Pastoral da Terra¹² realizou um Seminário no dia 27 de abril de 2016, no auditório da Secretaria Municipal de Agricultura do município, onde foi discutido o fechamento de escolas no campo e o projeto de Ensino Médio com Mediação Tecnológica, proposto para as escolas da área rural em Rondônia. Para os organizadores do evento, “A conjuntura atual apresenta vários desafios. Entre esses desafios, o da resistência, para sustentar as conquistas na área da educação, manter nossas escolas e o ensino presencial. Essa resistência faz parte do enfrentamento aos projetos de esvaziamento do campo”. Ainda de acordo com a Pastoral da Terra, esses não são fatores isolados, mas revelam “[...] o tratamento desigual com relação ao campo, visto sempre do olhar da cidade, para cumprir as necessidades da cidade” (CPT/RONDÔNIA, 2016).

Movimentos de agricultores de todo o estado, representados pelo Grito da Terra¹³, realizaram manifestações na capital, em frente à sede da Secretaria de Estado da Educação. Segundo divulgação da mídia estadual, cerca de 2,5 mil trabalhadores rurais participaram do movimento. Fábio Menezes, presidente da Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Estado de Rondônia (Fetagro), presente na manifestação, relatou que as aulas são transmitidas de Porto Velho e o professor que fica na sala não consegue responder às perguntas dos alunos. Para ele, o ideal seria que o Projeto fosse implementado na cidade, uma vez que tem energia e internet. “O estado implantou sem fazer qualquer consulta, nós já conseguimos recolher 12,4 mil assinaturas contra esse projeto e até setembro [2016] vamos juntar 30 mil para demonstrar que não aceitamos esse projeto de educação no campo” (RONDONIAGORA, 2016).

No entanto, um importante instrumento utilizado para influenciar a aceitação da política é a mídia. Nesta perspectiva, a imprensa contribuiu com a divulgação do projeto EMMT em Rondônia, veiculando as informações disponibilizadas pela assessoria de comunicação do governo e reproduzindo os discursos dos envolvidos com a implementação do projeto, no intuito de influenciar a opinião pública para uma perspectiva de que o projeto é “virtuoso”.

¹² A Pastoral da Terra era uma entidade ligada à Igreja Católica. Surgiu em 1975 durante o Encontro da Pastoral da Amazônia, convocado pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), com o objetivo de defender os trabalhadores rurais, posseiros e peões da repressão por eles vivenciada no período da Ditadura Militar. Anos depois adquiriu caráter ecumênico, tanto pela incorporação de outras igrejas como por lutar pelos direitos de uma diversidade de trabalhadores em suas diferentes realidades (CPT-Nacional, 2011).

¹³ Grito da Terra é uma ação do Movimento Sindical de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais em todo o Brasil, visando a luta por propostas que valorizem o espaço rural. Concentra lutas relativas a todas as áreas de atuação sindical a partir da identificação de problemas e demandas do meio rural. Em Rondônia, a Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Estado de Rondônia (Fetagro) é a entidade que representa esses trabalhadores.

Assim, o jornalista José Carlos Paim escreveu que: “A mediação tecnológica é o que há de mais moderno no Brasil. Os Estados do Piauí, Bahia, Amazonas, Alagoas e agora Rondônia têm a possibilidade de ter os melhores professores ministrando aulas para milhares de salas espalhadas pelos seus Estados em milhares de municípios” (NEWSRONDONIA, 2016). Ainda segundo Paim (2016):

Não fosse a possibilidade de alcance simultâneo de várias áreas e de transmissão das aulas para os locais distantes através do Centro de Mídias, Porto Velho/RO, o estado teria muita dificuldade em cumprir com os dispositivos legais que determinam a obrigatoriedade da oferta e da universalização do Ensino Médio pelos entes federativos. Com a implementação do Projeto, as distâncias estão relativamente encurtadas, levando a oportunidade de acesso ao Ensino Médio há milhares de cidadãos que se encontravam alijados do processo educacional (NEWSRONDONIA, 2016).

O site de notícias “Rondonianoar” divulgou a visita do governador de Rondônia ao estúdio do IFRO, onde participou de transmissão de uma aula ao vivo do Projeto EMMT ocorrida no dia 18 de maio de 2016. De acordo com a divulgação, o governador demonstrou confiança no Projeto ao dizer que “É uma grande revolução no conhecimento. Se não temos como fazer da forma tradicional em todos os lugares, fazemos daqui” (RONDONIANOAR, 2016).

Ainda, para convencer deputados, Universidade, Sindicatos, Federações, entre outros, a Secretária de Estado da Educação, em audiência exclusiva na Assembleia Legislativa de Rondônia, realizada no dia 23 de junho de 2016, apresentou a Minuta de Projeto e debateu aquilo que considera os benefícios dessa iniciativa para a educação estadual. Dentre os pontos apresentados¹⁴, destacou a necessidade de minimizar a carência de professores habilitados por área, a falta de preenchimento de vagas nos concursos públicos, a dificuldade de atendimento educacional nas escolas de difícil acesso, bem como o cuidado para atender à Lei de Responsabilidade Fiscal. Além disso, apresentou um comparativo econômico, demonstrando economia no gasto com folha de pagamento de professores, uma vez que há redução no número de profissionais para atender ao EMMT se comparado ao ensino regular. Garantiu, ainda, manutenção e adequação dos Convênios de Transporte Escolar com as Prefeituras para efetivo atendimento a todas as comunidades rurais e parceria com os municípios para disponibilizar internet nas Escolas Municipais atendidas pelo Projeto.

¹⁴ Slides da apresentação realizada na Assembleia Legislativa de Rondônia, fornecidos pela Secretaria de Estado da Educação.

Também o Conselho Estadual de Educação, ao analisar o Projeto de Ensino Médio com Mediação Tecnológica, solicitou da SEDUC alterações na proposta apresentada, conforme Ofício Nº 315, de 08 de junho de 2016. Dentre as solicitações estão:

- a) Desvinculação da Educação Profissional do Projeto de Ensino Médio com Mediação Tecnológica, ficando a oferta do Curso Técnico concomitante, livre para todos os alunos da rede pública estadual;
- b) Alteração no calendário com a sequência de oferta de aulas dos componentes curriculares no módulo/ano, proporcionando ao aluno os conteúdos de diversos componentes curriculares ao longo do ano letivo, facilitando assim as adaptações de alunos transferidos;
- c) Oferta aos alunos, a partir de 2017, de atividades práticas, ministradas por professores de Educação Física, além das aulas teóricas;
- d) Oferta de recuperação paralela, de forma contínua, pelo Professor Presencial, no mesmo turno, evitando prejuízos na aprendizagem dos alunos que não podem comparecer à escola no contraturno;
- e) Oferta de recuperação final aos alunos, sem limite de componentes curriculares;
- f) Garantia, aos alunos e professores, de acesso à internet nas escolas, com qualidade suficiente para possibilitar a interação entre o aluno e o professor ministrante e demais ambientes virtuais;
- g) Oferta regular dos serviços de supervisão escolar e de orientação educacional aos alunos e professores, respectivamente;
- h) Providência de acervo bibliográfico, conforme referências bibliográficas necessárias ao ensino médio, nas escolas contempladas pelo EMMT;
- i) Produção das aulas com tradução em Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS).

O currículo do Ensino Médio com Mediação Tecnológica, de acordo com seu Projeto (2016, p. 15) está “[...] organizado em quatro áreas do conhecimento, conforme define as Diretrizes Curriculares Nacionais, a saber: Linguagens; Matemática; Ciências da Natureza e Ciências Humanas”. Além dos componentes curriculares obrigatórios tratados nas Diretrizes Curriculares Nacionais, o currículo do Ensino Médio com Mediação Tecnológica contempla ainda as disciplinas de Noções Básicas de Agroecologia e Zootecnia (NBAZ) e, no 3º ano do ensino médio, História do Estado de Rondônia e Geografia do Estado de Rondônia. A carga horária é a mesma do ensino médio tradicional, ou seja, 800 horas/aula anuais, conforme prevê a LDB (BRASIL, 1996). O conteúdo das disciplinas do ensino médio é dividido em módulos,

e cada componente curricular corresponde a um módulo específico. Na Tabela 5, é possível visualizar a organização desses módulos, conforme carga horária de cada componente e a carga horária utilizada ao desenvolvimento de cada um.

Tabela 5 – Distribuição de Carga Horária por Componente Curricular no EMMT (2016)

Área do Conhecimento	Componente Curricular	Carga Horária por Anos Escolares			Carga Horária Total
		1º	2º	3º	
Linguagens	Língua Portuguesa	86	72	86	244
	Arte	24	24	20	68
	L.E.M. – Língua Inglesa	40	40	40	120
	L.E.M. – Língua Espanhola	38	34	32	104
	Educação Física	40	40	32	112
Matemática	Matemática	72	64	72	208
Ciências da Natureza	Química	72	64	72	208
	Física	72	64	72	208
	Biologia	72	64	72	208
Ciências Humanas	História	72	64	64	200
	Geografia	72	64	64	200
	Sociologia	32	24	24	80
	Filosofia	32	24	24	80
	História de Rondônia	-	-	40	40
	Geografia de Rondônia	-	-	40	40
NBAZ – Noções Básicas de Agroecologia e Zootecnia		36	32	-	68
Subtotal					2.188
Cooperativismo (Curso Técnico Profissionalizante)		80	160	80	320
Atividades Extraclasse - AE					
Área do Conhecimento	Componente Curricular	1º	2º	3º	Carga Horária Total
Linguagens	Língua Portuguesa	04	08	04	16
	Arte	08	16	12	36
Matemática	Matemática	08	16	08	32
Ciências da Natureza	Química	08	16	08	32
	Física	08	16	08	32
	Biologia	08	16	08	32
Ciências Humanas	História	08	16	08	32
	Geografia	08	16	08	32
	Sociologia	08	16	08	32
	Filosofia	08	16	08	32
NBAZ – Noções Básicas de Agroecologia e Zootecnia		04	08	-	12
Subtotal					320
Subtotal Geral					2.508

Fonte: Elaboração própria, com base no Anexo Único da Portaria nº 2.264/2016-GAB/SEDUC.

Para contemplar o Curso Técnico Profissionalizante, que é operacionalizado pelo IFRO, parte da carga horária necessita ser trabalhada na forma de atividades extraclasse, visto que o Curso é ministrado mediante 320 horas divididas nos três anos escolares. Desse modo, sendo a

carga horária dividida em aulas presenciais e atividades extraclasse, a proposta do EMMT prevê para o 1º ano: 760 horas presenciais e 80 horas de atividades extraclasse, mais 80 horas de curso técnico; para o 2º ano: 674 horas presenciais e 160 horas de atividades extraclasse, mais 160 horas de curso técnico; e, para o 3º ano: 754 horas presenciais e 80 horas de atividades extraclasse, mais 80 horas de curso técnico. Ainda de acordo com a legislação: “Será atribuído o valor de 1,0 (um) ponto para as atividades extraclasse que comporá a nota final do estudante” (PORTARIA Nº 2.264/2016-GAB/SEDUC, art. 4º, § 3º).

A duração dos módulos depende da carga horária anual de cada disciplina. Em Língua Portuguesa do 1º ano do ensino médio, por exemplo, são 86 horas trabalhadas em 126 dias letivos, enquanto Geografia, que possui carga horária de 72 horas, necessita de 108 dias letivos. No início de 2016, esgotava-se um módulo antes de partir para outro, enquanto nas escolas regulares todas as disciplinas são intercaladas. Já em meados de 2016 houve alterações em atendimento à solicitação do CEE/RO¹⁵ e, então, passou-se a trabalhar dois componentes curriculares concomitantemente, sendo um antes do intervalo e outro depois, sem a necessidade de encerramento de um módulo para o início do outro.

Outra novidade foi a inserção de aulas práticas de Educação Física, em 2017, a serem trabalhadas por professor habilitado, uma reivindicação dos professores da área para que se cumprisse o constante no Referencial Curricular de Rondônia, que prevê aulas teóricas e práticas da disciplina. Tal solicitação também consta no Ofício Nº 315/2016-CEE/RO, que diz: “[...] oferte ao aluno, a partir do próximo ano letivo, atividades práticas, ministradas por professor de Educação Física, além das aulas teóricas” (CEE/RO, 2016). Dessa forma, o professor de Educação Física lotado na escola sede passou a ministrar as aulas práticas.

Importante destacar que mesmo quando o EMMT é desenvolvido nas escolas municipais, o professor de Educação Física que ministra as aulas práticas do componente curricular, é aquele que possui vínculo estadual e encontra-se lotado na escola sede¹⁶, na cidade, visto que conforme Termo de Cooperação Técnica firmado entre Estado e Município, a rede estadual de ensino utiliza somente a infraestrutura das escolas municipais rurais para atendimento ao ensino médio, sendo o corpo docente de responsabilidade do governo estadual.

¹⁵ Ofício Nº 315/2016-CEE/RO, item 3 – altere o calendário com a sequência de oferta de aulas dos componentes curriculares no módulo/ano, proporcionando ao aluno os conteúdos de diversos componentes curriculares ao longo do ano letivo, facilitando assim as adaptações de alunos transferidos.

¹⁶ Os professores que atuam no EMC e os Professores Presenciais do EMMT são servidores estaduais, lotados na Escola sede, que é também responsável pelas matrículas dos estudantes do EMC e/ou EMMT, os quais estão a ela vinculados.

O estudante é avaliado a partir de provas escritas, que são elaboradas pelos Professores Ministrantes e aplicadas pelos Professores Presenciais, podendo ser em 1ª ou 2ª chamada, trabalhos realizados em sala e atividades extraclasse, devendo alcançar a média 6,0 em todos os componentes curriculares. De acordo com o art. 5º da Portaria nº 2.264/2016-GAB/SEDUC, nos componentes curriculares com carga horária de 90, 80 e 72 horas, deverão ser realizadas 3 (três) avaliações escritas, e, nos componentes curriculares com carga horária de 32 a 40 horas, deverão ser realizadas 2 (duas) avaliações escritas.

Ao estudante que apresentar baixo rendimento é disponibilizada recuperação paralela, que ocorre de duas maneiras: “[...] de forma contínua durante o horário regular das aulas após cada avaliação parcial com revisão de conteúdos e nova avaliação, ou no horário oposto, duas vezes por semana, pelo professor presencial” (RONDÔNIA, 2016). Após os estudos de recuperação paralela, o estudante que ficar retido será submetido a Exames Finais, no final do ano escolar, necessitando obter a nota mínima 5,0 para a sua promoção.

Assim, o EMMT de Rondônia foi aprovado pelo Conselho Estadual de Educação (CEE/RO) e pela Assembleia Legislativa do Estado. Contudo, essa aprovação deu-se após o início da implementação do Projeto, mediante a Lei Nº 3.846, de 5 de julho de 2016, tendo o ano letivo no EMMT iniciado em março de 2016; ou seja, o Projeto teve início sem regulamentação prévia.

A colocação em prática do projeto mesmo sem aprovação se mostrou estratégica, forçando sua regulamentação na Assembleia Legislativa, visto que recursos públicos já haviam sido investidos e alunos matriculados; atrelava-se a isso, portanto, o discurso de que tais recursos não poderiam ser desperdiçados, nem tampouco os alunos prejudicados em seu ano letivo. Conforme Ball e Bowe (1992) *apud* Mainardes (2006, p. 49), são os “[...] textos políticos e textos legislativos que dão forma à política proposta e são as bases iniciais para que as políticas sejam colocadas em prática”. Logo, iniciar a implementação do projeto antes de sua aprovação no legislativo significa estar propenso a alterações importantes na prática institucional, as quais podem afetar o andamento dessa implementação e criar problemas diversos.

Mesmo tendo sua origem no modelo de ensino mediado por tecnologia desenvolvido no Amazonas, em Rondônia diversos atores interviram no contexto da produção de texto da política, de maneira a modificar o Projeto. O modelo do Amazonas serviu como base da elaboração do modelo de Rondônia, mas as alterações já ficaram evidentes a partir da parceria com o IFRO e se seguiram na medida em que o Projeto foi sendo alterado para adequar-se às exigências do CEE/RO.

A partir dessas intervenções, várias dificuldades e resistências puderam ser identificadas no contexto da produção da política, dentre as quais destaca-se a necessidade de transmissão das aulas no período vespertino, o que levou prefeitos a não aceitarem o Projeto devido às dificuldades com o transporte escolar para o referido turno. A carência de internet de qualidade nas escolas rurais de Rondônia foi um fator apontado por vários atores (SINTERO, Deputados Estaduais, professores e alunos) durante Audiência Pública na Assembleia Legislativa de Rondônia como um motivo de resistência ao EMMT, além de manifestações de entidades ligadas aos camponeses e agricultores.

Além disso, o SINTERO e a UNIR alertaram para a implementação indiscriminada do Projeto em escolas urbanas do estado, defendendo, ainda, o ensino presencial para preservar os postos de trabalho no campo, tendo na docência formada para tal, condições para lidar com identidades diversificadas presentes na realidade do estado, posicionando-se assim, contrários ao Projeto EMMT em Rondônia. Ou seja, ambas as instituições defendem que o Professor Presencial, com formação para a educação no campo, tem melhores condições de lidar com a diversidade cultural e regional existente através da metodologia de aulas presenciais.

Na próxima seção serão detalhadas as dificuldades de implementação do EMMT em Cacoal, evidenciando que no contexto da prática os atores, ao interpretarem o texto da política pública, o fazem considerando seus interesses, experiências e valores.

1.4 O contexto da prática: as dificuldades de implementação do Projeto Ensino Médio com Mediação Tecnológica em Cacoal

O Projeto Ensino Médio com Mediação Tecnológica (EMMT) foi implementado em Cacoal, a exemplo dos demais municípios de Rondônia, em 2016. Porém, diversos fatores têm dificultado a implementação dessa política nas escolas jurisdicionadas à CRE de Cacoal.

Segundo Lima e D'Ascenzi (2013, p. 102), a priori, “[...] os problemas da implementação originam-se, em sua maior parte, da interação da política com as organizações executoras”. Na etapa da implementação, têm-se muitos atores, de diferentes organizações e com interesses diversos; então, Lima e D'Ascenzi (2013, p. 103) afirmam que “[...] tais atores interagem em uma trajetória de pontos de decisão nos quais suas perspectivas se expressam”. Ademais, os atores agregados para operar a política mudam com o passar do tempo, e isso faz com que a interação também mude, uma vez que as perspectivas e a percepção diferem de um ator para outro; logo, surgem pontos de descontinuidade, e necessidade de novas negociações.

Neste sentido, entender o que os atores envolvidos na implementação do Projeto EMMT pensam acerca dessa política torna-se importante para compreender as resistências pois, como defendido por Mainardes (2006), os professores e demais profissionais exercem um papel ativo no processo de interpretação e reinterpretação das políticas educacionais, sendo que o que eles pensam e no que acreditam têm implicações para o processo de implementação das políticas. Ainda conforme Santos e Oliveira (2013, p. 503), “[...] a escola não pode ser vista apenas como receptáculo de políticas pensadas longe de sua realidade, tendo a função somente de implementar, como vítima indefesa, tudo o que fora elaborado alhures”, pois no contexto da prática, os sujeitos interagem, interpretam e recriam as políticas, e os efeitos de tais modificações podem representar transformações significativas na proposta oficial dessa política. Dependendo da interpretação, e considerando a diversidade de experiências, valores e interesses, os atores podem inclusive rejeitar a política proposta.

Segundo Santos e Oliveira (2013, p. 506) “[...] isso não significa a afirmação de que a política, elaborada fora da realidade escolar, chega às escolas através de diversas estratégias de mobilização e convencimento para ser desenvolvida”, pois as políticas públicas são em grande medida produzidas pela ação de políticos e, portanto, não são pensadas com neutralidade ou ausência de interesses (CONDÉ, 2013).

O EMMT foi iniciado em 2016 com os estudantes do 1º ano do ensino médio e com previsão de ampliação gradual aos demais anos escolares, mas não foi estipulada pela SEDUC uma meta de implementação. Constava no projeto, apenas, o intuito de atender, prioritariamente, o alunado do campo e, excepcionalmente, estudantes de escolas urbanas em áreas que não contam com professores graduados. Assim, segundo o Projeto de Ensino Médio com Mediação Tecnológica, o Projeto é:

[...] uma alternativa administrativo-pedagógica para garantir o acesso e assegurar a qualidade no atendimento dos alunos concluintes do Ensino Fundamental, das comunidades rurais, cuja oferta atual, enfrenta além dos problemas qualitativos, a falta de vagas para atender a demanda, propõe também, atender excepcionalmente a área urbana, haja vista que o déficit de professores habilitados atinge vários componentes curriculares do Ensino Médio (RONDÔNIA, 2016, p. 5).

Apesar das resistências e mesmo sem uma meta de implementação, de 2016 para 2017, em Rondônia, o número de estudantes atendidos no EMMT cresceu mais de 45%, e o projeto passou a ser implementado em 40 dos 52 municípios. Em 2018, mesmo com a redução no número de Escolas, o Projeto continuou a ser desenvolvido nos 40 municípios já implementados anteriormente. Na Tabela 6 é possível verificar essa situação.

Tabela 6 – Implementação do EMMT em Rondônia (2016-2018)

Ano	Nº de Escolas inseridas no Projeto	Escolas Rurais	Escolas Urbanas	Nº de municípios que atendem ao Projeto	Nº de Alunos matriculados			
					1º ano EM	2º ano EM	3º ano EM	Total
2016	85	75	10	36	1.960	-	-	1.960
2017	124	104	20	40	2.734	1.572	-	4.306
2018	114	78	36	40	1.827	2.093	1.214	5.134

Fonte: Elaboração própria, com base em dados fornecidos pelas Coordenadorias Regionais de Educação.

Conforme os dados da tabela, a excepcionalidade sugerida, que é o atendimento via EMMT em escolas urbanas desde que haja carência de profissionais habilitados, dobrou no período de 2016 a 2017, o que representa 16,1% do total do atendimento em 2017 – sendo que em escolas rurais esse crescimento foi bem menor. Em 2018 o atendimento nas escolas urbanas continuou crescendo, mas, em contrapartida, o atendimento nas escolas do campo foi reduzido, resultante do remanejamento de algumas turmas das escolas rurais para as escolas urbanas, consequência do fechamento de algumas escolas rurais e/ou o remanejamento de turmas do EMMT para o ensino regular nas cidades ocasionado pela infraestrutura precária (falta de salas para o atendimento ao Projeto no campo).

Por consequência, quando olhamos o número de escolas inseridas no Projeto, de 2016 a 2017 houve um aumento de quase 34%, ou seja, de 85 para 124 escolas, porém esse número caiu consideravelmente em 2018 para 114 escolas, o que significa queda de pouco mais de 8%. Tal fato nos leva a confirmar, a partir de dados disponibilizados pela SEDUC, o fechamento de escolas rurais em algumas localidades e o remanejamento de turmas para escolas urbanas, sendo em alguns casos, para o ensino regular.

Sendo Cacoal parte do processo de implementação do EMMT, e tendo demonstrado resistências nesta implementação, faz-se necessário considerar o contexto local e o processo de negociação dessa política com os atores envolvidos, pois, de acordo com Santos e Oliveira (2013, p. 503), “Como parte do ciclo, os agentes mantêm intensa relação com sua construção, seja na ressignificação das propostas apresentadas e nas releituras e reinterpretações dos textos das políticas, seja nas trocas constantes entre os vários contextos”. Neste sentido, Mainardes (2006) reforça a necessidade de se identificar as diferentes formas de participação e aceitação da política, quais os interesses que estão ali representados e em quais condições a política conseguiu a adesão para sua implementação. Para tanto, conhecer a geografia, a economia e a história local, permite compreender o contexto em que a política foi proposta, porque, segundo Heckert (2004), precisamos estar atentos a “ouvir o ronco surdo da batalha”, o que implica “[...]”

desnaturalizar as evidências de uma escola apenas sucateada e pouco potente para enfrentar os desafios do cotidiano” (HECKERT, 2004, p. 28).

Nas escolas do campo pertencentes a Cacoal, o EMC é trabalhado, atualmente, por módulos (por ano escolar) e o número de escolas que atendem o EMC varia de um ano para outro, pois depende da demanda de alunos existentes em cada comunidade e do Convênio de Transporte Escolar que é firmado, anualmente, entre a SEDUC e os municípios.

Em 2011, por exemplo, conforme os registros em Diários de Classe, o EMC era ofertado em 13 escolas do campo, atendendo pouco mais de 1.000 estudantes; mas, em 2017, ele é ofertado somente em 3 escolas, somando cerca de 350 estudantes¹⁷. Há jovens residentes na zona rural que aproveitam o transporte escolar e optam por estudar em escolas na cidade, o que impacta no número de matrículas das escolas do campo. De acordo com o Relatório de Fiscalização do Convênio de Transporte Escolar da CRE/Cacoal, 8 ônibus são utilizados para transportar diariamente estudantes que residem na zona rural para escolas urbanas de ensino médio¹⁸.

Em 2016, eram 6 as escolas que atendiam o EMC na área de jurisdição da CRE de Cacoal, duas no município de Ministro Andreazza e quatro em Cacoal. Em 2017 esse número caiu para três, uma vez que os alunos são transportados para as escolas do campo com número maior de estudantes e melhor infraestrutura, ou para as escolas urbanas. Esse é o caso de duas escolas do campo do município de Ministro Andreazza, que passaram a ter os alunos atendidos na escola estadual da cidade.

Também em Cacoal ocorreu algo semelhante, uma escola do campo teve o EMC desativado, visto que os alunos ali atendidos somavam 11 no total de todo ensino médio naquela escola, o que levou o poder público a remanejar esses estudantes para outra instituição. Dessa forma, a referida escola passou a atender somente o ensino fundamental, sendo os alunos do ensino médio remanejados para a escola estadual situada no distrito de Riozinho.

Porém, as dificuldades no transporte escolar, devido às más condições das estradas rurais no período chuvoso (novembro a abril), conhecido como inverno amazônico, por vezes resultava no fato de o ano escolar desses estudantes não terminar dentro do ano civil. Isso ocorreu, por exemplo, em 2012, quando alunos de uma determinada escola do campo ficaram

¹⁷ Diário Eletrônico. Desenvolvimento CTIC (Coordenadoria de Tecnologia da Informação e Comunicação). Disponível em: <http://diario.seduc.ro.gov.br>.

¹⁸ RONDÔNIA. Coordenadoria Regional de Educação (CRE), de Cacoal. Relatório de fiscalização do Convênio de Transporte Escolar, 2017.

sem concluir quatro disciplinas, tendo que estudá-las em 2013; somente após a conclusão destas teve início o ano letivo subsequente naquela instituição.

Também a lotação de professores neste sistema por módulos mostrou-se um complicador para o desenvolvimento do EMC, pois o professor da área é lotado na disciplina conforme a carga horária por escola, trabalhando assim em sistema de rodízio até atender a todas as instituições. Entretanto, dependendo da carga horária da disciplina, o professor pode encerrar as aulas antes do término do ano letivo, ficando ocioso por não ter onde completar a carga horária ou ainda, dependendo do caso, vendo o ano se encerrar antes que consiga ministrar as aulas correspondentes ao módulo da disciplina em todas as escolas.

Até o ano de 2012, conforme Diários de Classe, era comum algumas disciplinas ficarem pendentes de um ano para outro, o que implicava a necessidade de Calendário Escolar diferenciado, com inclusão de dias letivos para a reposição do calendário do ano anterior. Mas, para solucionar a questão, os professores deixaram de ser lotados exclusivamente no EMC, tendo aulas também no ensino regular da escola sede, fator que foi facilitado pela já citada redução no número de escolas que atendem o EMC em Cacoal – de 13 escolas em 2011 para 3 escolas em 2017.

Objetivando a implementação do Projeto EMMT, em 2016, nos municípios com escolas de difícil acesso e escassez de profissionais habilitados em todos os componentes curriculares, a SEDUC orientou que este deveria ser implementado em 7 escolas pertencentes à Coordenadoria Regional de Educação de Cacoal, sendo 2 no município de Ministro Andreazza e 4 em escolas rurais de Cacoal e 1 em um Distrito. Porém, naquele ano, o Projeto foi implementado em apenas 3 instituições de ensino – 2 em Ministro Andreazza e em 1 de Cacoal –, totalizando 55 estudantes atendidos e distribuídos por 3 turmas de 1º ano do Ensino Médio.

Para 2017, a previsão era ampliar o Projeto para as 4 escolas de Cacoal que não tiveram implementação em 2016. No entanto, essa ampliação não ocorreu. Apenas uma turma de EMMT com 18 alunos do 1º ano, que não estava na previsão inicial, foi criada em uma escola urbana de Cacoal, sob a justificativa de atender os alunos transferidos da zona rural do município. Esses alunos foram migrando gradativamente para a turma de EMC, atendida na mesma escola no período matutino, considerando a necessidade de utilização do transporte escolar.

Esta situação representa uma forma de resistência à política por parte dos estudantes, visto que ao invés de lutarem para que o transporte escolar fosse ajustado ao horário do EMMT, preferiram cursar o EMC, cuja metodologia preserva as aulas de forma presencial e um ensino mais voltado para a valorização da cultura do campo, com a inserção de atividades que permitem discutir as diversidades socioeconômicas e de sustentabilidade da microrregião a que

pertencem. Em contraponto, o EMMT apresenta uma matriz homogênea de ensino, igual para todo o estado, com tendência a romper as relações com o diálogo interativo e o estabelecimento de relações mais significativas entre estudantes e professores, visto que as relações, neste caso, são mediadas por equipamentos tecnológicos, o que tende a inibir a afetividade. Pode-se dizer, assim, que houve resistência a uma política por meio de outra política.

Desde o início das aulas nesta turma de EMMT, localizada em uma escola urbana de Cacoal (período vespertino), estes alunos estavam sem transporte porque a prefeitura julgou não haver condições de transportar somente uma turma de estudantes naquele horário, e também não houve consenso em transferir as turmas de EMC do período matutino para o período vespertino; assim, a turma de EMMT, naquela escola, foi encerrada em maio de 2017, e os alunos remanejados para a turma do EMC.

A incompatibilidade entre o horário das aulas e do transporte escolar foi um dos motivos para que a implementação ocorresse em apenas 3 escolas. Esse transporte é realizado pelo município de Cacoal no período matutino, que é o horário de funcionamento das escolas municipais com ensino regular. No entanto, as aulas do EMMT são transmitidas no período vespertino, em respeito às cláusulas contratuais estabelecidas entre a SEDUC e o IFRO, que compartilham o mesmo satélite, disponível para a Secretaria apenas nesse período. Dessa forma, as prefeituras deveriam oferecer transporte em dois períodos; porém, isso significaria dobrar os custos do Convênio entre SEDUC e as prefeituras para manter o serviço de transporte dos discentes, até porque, dos 2.668 estudantes transportados em 2016 no período matutino em Cacoal, 729 eram do ensino médio, o que corresponde a 27,3% do total de alunos transportados.

Outro fator a ser considerado é a necessidade de relotação¹⁹ de professores que atendiam o ensino médio do campo em escolas urbanas, uma vez que cada turma de EMMT necessita apenas de um Professor Presencial, situação diferente do atendimento regular, em que há necessidade de professores habilitados nos diferentes componentes curriculares da Base Nacional Comum, o que representa, em média, pelo menos 8 professores.

A resistência dos docentes ao Projeto, além da mudança do lócus de atuação, perpassa também por aspectos financeiros, já que cada professor com lotação na escola do campo recebe um “auxílio por difícil acesso”, cujo valor varia de acordo com a distância da cidade até a escola, em alguns casos chegando a R\$ 1.000,00 mensais. No ano de 2016, considerando a

¹⁹ De acordo com a Lei Complementar 680/2012, art. 48, “Relotação é a movimentação do Profissional da Educação Básica da Rede Pública Estadual entre as unidades escolares e/ou administrativas, no mesmo Município ou de um Município para outro Município, dentro da própria Secretaria de Estado da Educação, sistema de ensino público estadual, com ou sem mudança de domicílio ou residência” (RONDÔNIA, 2012).

implementação do EMMT, de um total de 36 professores, 5 tiveram que ser lotados em escolas urbanas, o que os levou à perda do auxílio e, em 2017, mais 8 professores vivenciaram a mesma situação.

Todos estes fatores geraram a resistência de muitos professores, que passaram a se posicionar contra o EMMT e a tentar convencer pais e estudantes de que o Projeto não atendia às necessidades do alunado do campo. Conforme depoimento de um Professor Presencial²⁰ que está no EMMT desde a sua implementação em 2016, muitos professores não inseridos no Projeto falavam abertamente aos alunos para cursarem o ensino médio no Instituto Federal de Rondônia, justamente para não ingressarem no EMMT. Este Professor relatou que:

Tínhamos situações claras de colegas que de forma aberta se posicionavam contra o Projeto, simplesmente “ah é o professor pen drive” e outros termos que a nós eram atribuídos e simplesmente eram declarados contra o Projeto e colocavam o seu ponto de vista. É lógico que nesta situação cada um tem o direito de defender o seu ponto de vista, agora, o que incomoda muitas vezes é que nós tínhamos a resistência velada, aqueles que eram contra, não se manifestavam e faziam um trabalho, vamos dizer, “por debaixo dos panos”. [...] Por exemplo, tentando direcionar, porque temos um Instituto Federal que atende no município, tentando direcionar o aluno do nono ano para que ele saísse da escola e fosse cursar o ensino médio no Instituto Federal, coisa que eu acho um despropósito porque o aluno que mora naquela comunidade, próximo da escola, vai ter que se deslocar não sei quantos quilômetros, quatro ou cinco quilômetros todos os dias para ir ao Instituto Federal, sendo que a escola onde ele estuda oferece o ensino médio e oferece a mesma formação técnica que ele vai receber lá no Instituto Federal (ENTREVISTA COM PROFESSOR PRESENCIAL DO EMMT, CACOAL, 2018).

A partir da fala desse Professor, podemos destacar duas expressões que indicam o incômodo com aqueles colegas que se mostraram contrários ao Projeto: “Professor pen drive” que sugere a construção de uma identidade negativa para o Professor Presencial e, “por debaixo dos panos” que revela a ação daqueles que incitam outros a rejeitarem o EMMT, resultando nos jogos velados que perfazem as resistências.

Outrossim, os sindicatos, rural e docente, iniciaram, ainda em 2015, um trabalho de divulgação nas rádios sobre o impacto do Projeto e sobre a necessidade de o não aceitar. Também as comunidades escolares de 4 escolas de Cacoal ameaçaram transferir alunos para outras instituições que não tivessem implementado o EMMT.

Mediante tal situação, a CRE/Cacoal passou a realizar, em 2016, antes do início do ano letivo, reuniões com as comunidades escolares com vistas ao esclarecimento de dúvidas e a

²⁰ Entrevista realizada com um Professor Presencial no dia 19 de março de 2018 em Cacoal - RO.

promover a aceitação do Projeto, uma vez que antes da implementação não houve audiências públicas para esclarecer ou mesmo debater sobre a implementação do EMMT em Cacoal.

Para Lima e D’Ascenzi (2013, p. 103), “[...] o sucesso da implementação decorre da clareza dos objetivos, pois é imprescindível que os implementadores compreendam perfeitamente a política e saibam exatamente o que se espera deles. Essas questões vinculam-se à maior ou menor possibilidade de resistência ao plano”. Neste sentido, ao contrário de Lima e D’Ascenzi, entendemos que a clareza de objetivos é importante no processo de implementação e pode minimizar os processos de resistência, contudo, não seria fator suficiente para garantir o sucesso da implementação, visto que, no campo da implementação de políticas vários fatores influenciam para aceitação ou não de determinadas iniciativas.

Com relação ao EMMT, a CRE não possuía muitas informações porque não havia ainda legislação vigente sobre o Ensino Mediado por Tecnologia em Rondônia, nem tampouco o Projeto que descrevia a implementação estava aprovado. A estrutura do Projeto foi repassada pela SEDUC em reunião e, posteriormente, enviada para a Coordenadoria em forma de slides, para execução.

Mesmo em meio às incertezas, uma reunião foi realizada no início de fevereiro de 2016 em cada escola prevista para a implementação do EMMT, o que totalizou 7 reuniões. Conforme registro em documentos (Ata de reuniões da CRE/Cacoal), durante a reunião em uma escola de Cacoal um professor relatou: “os alunos que aqui estudam têm aulas diárias e o rendimento deles é adequado, a ponto de passarem nos vestibulares e ingressarem nas universidades, não precisamos desse projeto”. O presidente do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais também manifestou a seguinte preocupação: “atualmente o ensino desses alunos é voltado para a zona rural, com esse projeto corremos o risco de eles se interessarem mais pela vida na cidade e abandonarem o campo”. Um pai demonstrou ainda a preocupação pelo ensino mediado pela tecnologia, e afirmou: “meu menino tem dificuldades de aprender com o professor junto dele todos os dias, imagina aprendendo pela TV” (RONDÔNIA, 2016).

Considerando que o Projeto se encontrava em fase de reformulação, a equipe da CRE/Cacoal teve dificuldades para realização das mencionadas reuniões de sensibilização das comunidades escolares, uma vez que as informações detidas pela CRE sobre o Projeto eram limitadas. Sem respostas aos questionamentos, muitas dúvidas foram registradas pelos técnicos para posterior esclarecimento, o que não aconteceu, já que a SEDUC decidiu não implementar o EMMT nas quatro escolas que apresentaram maior rejeição. Mesmo assim, nas escolas onde o EMMT foi implementado em Cacoal, as dificuldades na infraestrutura, em especial com relação à ausência e/ou precarização da internet, têm sido motivo de reclamação por parte dos

Professores Presenciais, visto que é um fator que influencia diretamente na metodologia do Projeto, pois o *chat* é a forma que os alunos e o Professor Presencial possuem para interagir com o Professor Ministrante, que está no estúdio, além de, por intermédio da internet, terem acesso direto às aulas que são disponibilizadas no canal *You Tube*.

Em 2016 não foi disponibilizada internet para as escolas rurais de Ministro Andreazza; somente à escola do distrito de Riozinho, por ser uma escola estadual, foi assegurada internet ADSL, ou “*Asymmetric Digital Subscriber Line*” (Linha Digital Assimétrica para Assinante), que não chega a 1 Megabyte de velocidade, mas que é oferecida à todas as escolas estaduais em Rondônia a partir de contrato entre o governo estadual e empresa de telefonia. Porém, o sinal não foi suficiente, já que apresentou muitas oscilações. Surgem então questionamentos: o que se pode fazer com 1 Megabyte no ensino mediado por tecnologia? Ou ainda, a quem atenderia uma internet com tal velocidade?

Para amenizar o problema, como medida paliativa, os Professores Presenciais utilizavam a internet da escola sede (escola estadual) para salvar as aulas em *pen drive* ou para gravar diretamente do televisor durante as transmissões e disponibilizá-las aos estudantes nos dias em que não havia internet na escola do campo, o que deixava os estudantes sem a possibilidade de interagir com o Professor Ministrante com o envio de perguntas em tempo real.

Conforme alertado por Mainardes (2006, p. 54), “Os efeitos gerais da política tornam-se evidentes quando aspectos específicos da mudança e conjuntos de respostas (observadas na prática) são agrupados e analisados”. Isto pode ser observado no Projeto em análise, visto que decorrido um ano da implementação foi possível elencar pontos críticos nas turmas pertencentes ao EMMT, e, ainda assim, houve a ampliação do Projeto. Mas tal ampliação não se deu somente por vontade do governo estadual; também os atores ligados diretamente ao Projeto nas escolas e na SEDUC influenciaram a esta decisão, argumentando sobre a importância para o estudante da conclusão de um curso técnico pelo IFRO e negociando, com a comunidade escolar, sobre formas de inserir novas turmas no EMMT.

De acordo com a Coordenadora Pedagógica do Projeto, na CRE/Cacoal²¹, o principal ponto negativo é a internet falha em duas das três escolas onde o Projeto foi implementado, o que não impede que as aulas sejam ministradas, mas dificulta a comunicação via *chat*, inclusive a realização de perguntas e resolução de dúvidas. Os problemas com a internet foram um dos motivos que levaram ao remanejamento das turmas de EMMT das 2 escolas da zona rural de Ministro Andreazza para a escola estadual situada na zona urbana do município.

²¹Entrevista realizada em 05 de dezembro de 2016.

Os pontos críticos também são relatados pela SEDUC, que avaliou, no final do ano letivo de 2016, todas as escolas onde houve a implementação do Projeto, concluindo que algumas dificuldades precisam ser sanadas, conforme evidenciado no Relatório Geral 2016, elaborado pela equipe de técnicos da SEDUC responsável pela implementação do EMMT no Estado de Rondônia²²:

As escolas apresentam diferentes dificuldades em relação às disciplinas, observou-se que há uma maior dificuldade nas disciplinas de exatas, algumas escolas indicam que a falta de interação dos alunos no chat com o professor ministrante é uma das principais dificuldades, outras escolas informaram dificuldade do professor presencial com algumas disciplinas para dirimir as dúvidas dos alunos, três escolas apontaram para a falta de internet ou dificuldade com a mesma (SEDUC/RO, 2016, p.5).

Com relação às dificuldades dos estudantes, o Relatório indica problemas, porém não traz dados quantitativos ou estatísticos desses quando aponta: “Observamos que as principais dificuldades dos alunos são: Estudar em casa as disciplinas; Falta de interação com o professor ministrante; Falta de interação no chat; *netbook* sem funcionamento; Falta de internet; Déficit de atenção” (SEDUC/RO, 2016, p.9).

Para um atendimento de qualidade, o Projeto do EMMT prevê que as escolas participantes devem estar equipadas com antenas, kit tecnológico (televisor LCD, computador e impressora), acesso à internet e um *netbook* para cada estudante (RONDÔNIA, 2016). Dos equipamentos citados para o Projeto, o que se mostrou falho tanto em 2016 quanto em 2017, foi a internet, por apresentar lentidão, oscilando muito nas escolas estaduais que atendem ao EMMT; nas instituições municipais situadas na zona rural não há internet disponível.

Outrossim, a dificuldade no acesso à internet de banda larga é uma falha que interfere diretamente na metodologia aplicada no Projeto. O ideal seria que o estudante, após acompanhar as transmissões via satélite, ao vivo, tivesse oportunidade de assistir a aula no seu *netbook* quantas vezes desejasse. Mas, para tanto, cada estudante, além do *netbook*, também deveria ter recebido um modem 3G ou outra forma de conexão que viabilizasse a utilização desta ferramenta em outros ambientes que não só a escola, o que não ocorreu.

No Relatório de Visita à uma escola rural, localizada em Ministro Andreazza, ocorrido no dia 10 de novembro de 2016, a Coordenadora Pedagógica do Projeto na CRE/Cacoal relatou que, segundo a fala de um professor: “a internet oscila, chega a ficar até 2 dias sem”. De modo semelhante, no mesmo dia, o professor de outra escola do campo, localizada no mesmo

²²Relatório de visitas das atividades pedagógicas realizadas nas escolas Polos do Projeto de Ensino Médio com Mediação Tecnológica /2016. Disponibilizado pela Diretoria de Educação/SEDUC/RO.

município da anteriormente relatada, indicou à Coordenação que, além das dificuldades com a internet, o computador por ele utilizado não estava funcionando.

Na tentativa de sanar a dificuldade com internet e permitir aos pais que tenham a oportunidade de escolher entre o ensino médio regular e o EMMT, sendo essa oportunidade de escolha uma reivindicação de dois vereadores do município, foi decidido em reunião²³ no gabinete do Prefeito de Ministro Andreazza – realizada em novembro de 2016 – que as turmas de ensino médio seriam transportadas mediante ônibus escolar para a Escola Estadual situada na zona urbana do município. Outro motivo para esse remanejamento é o fato de que a escola urbana já possui a infraestrutura necessária para atender o Projeto, com disponibilidade de internet e supervisão escolar capaz de dar suporte ao Professor Presencial.

Sendo assim, em 2017, passaram a ser atendidas naquela escola, no EMMT, duas turmas de 1º ano, cada uma com 19 alunos, e, uma turma de 2º ano, com 28 alunos, respeitando a implantação gradativa de turmas nos respectivos anos escolares do ensino médio, o que significa que, em 2018, foi implantado o 3º ano.

Na escola situada no distrito de Riozinho, em Cacoal, em 2017, foi implementada uma turma de 1º ano com 19 alunos e uma turma de 2º ano do ensino médio com 18 alunos, com previsão de implementação de turma de 3º ano em 2018, completando assim a implementação do Projeto.

No entanto, nos primeiros meses letivos de 2017, as turmas de EMMT transferidas para a escola urbana de Ministro Andreazza reivindicaram, juntamente com seus pais, a migração para o ensino médio regular – também oferecido na mesma escola nos períodos matutino, vespertino e noturno. Conforme registro em livro Ata, houveram duas reuniões entre a CRE de Cacoal, a gestão da escola, os Professores Presenciais ligados ao projeto, os estudantes e os seus responsáveis legais, além de alguns representantes do legislativo municipal, onde a maioria dos estudantes demonstrava interesse no remanejamento de suas matrículas para o ensino regular, sendo essa vontade mais enfática por parte dos pais presentes²⁴.

Segundo relato dos responsáveis pelos estudantes, o transporte escolar já estava sendo realizado no período da tarde aos alunos do EMMT, o que não acarretaria em gastos extras se estes estudantes migrassem às turmas regulares.

A gestão da escola argumentou que as turmas do ensino médio regular no período vespertino apresentavam poucas vagas, não sendo possível o remanejamento de todos os que faziam a reivindicação, e a abertura de uma nova turma regular para acolher estes estudantes

²³Reunião registrada em ATA nº 23/2016, p. 57A-58A, Livro 456, pertencente à CRE/Cacoal.

²⁴Reunião registrada em ATA nº 27/2017, p. 61B-73B, Livro 456, pertencente à CRE/Cacoal.

era inviável, considerando que não havia disponibilidade de professores para tanto. Ciente da obrigação e da ausência de vagas para todos, a CRE/Cacoal intermediou as negociações, estabelecendo que para 2017 seria deferida a solicitação de remanejamento para o ensino médio regular na medida do número de vagas e, para 2018, a opção pelo regular ou EMMT deveria ser realizada no ato da matrícula, respeitando-se a formação de turmas. Tal situação acabou sendo denunciada ao Ministério Público de Rondônia (MP/RO) em Cacoal, que realizou visitas às turmas em todas as escolas que atendem ao Projeto e, após reunião com os representantes da CRE/Cacoal, encaminhou relatório à SEDUC e ao MP/RO na capital, o qual vem acompanhando o Projeto desde sua implementação em Rondônia.

Mas a diversidade existente nas regionais leva a uma análise e postura peculiar por parte dos atores da prática. Se ela será bem aceita ou não, depende da interpretação desses atores, os quais fazem considerações acerca da viabilidade ou não da política proposta com base em suas experiências.

Especialmente em Cacoal, o dilema é “por que mudar?”, se a demanda atual é atendida no EMC (ensino regular), se não há escassez de professores habilitados à essa modalidade nesta regional de ensino²⁵, e, se da forma como está, o transporte escolar atende às necessidades da comunidade escolar. Estes questionamentos têm gerado resistências à implementação do Projeto uma vez que, além das dificuldades em reorganizar o transporte escolar para atender ao EMMT, desde que teve início, o Projeto vem sofrendo com a falta de internet adequada e equipamentos como *netbooks* em quantidade insuficiente.

No Capítulo 2, o objetivo é investigar as resistências ao EMMT em Cacoal, criando um mapa dessas resistências e, a partir de instrumentais como questionários e entrevistas, entender o que leva os atores do contexto da prática a recusarem o Projeto, procurando assim, a raiz do problema que não permite a implementação do Ensino Médio com Mediação Tecnológica nas escolas rurais de Cacoal.

²⁵Quando há falta de professores esta é suprida por concurso ou contratos emergenciais considerando, diferente de outras localidades no Estado, por ser este um município com vários cursos de graduação.

2 AS RESISTÊNCIAS NA IMPLANTAÇÃO DO PROJETO ENSINO MÉDIO COM MEDIAÇÃO TECNOLÓGICA EM CACOAL E SUAS IMPLICAÇÕES

A implementação de políticas públicas educacionais interfere diretamente na vida dos atores envolvidos no contexto da prática, ou seja, nas escolas. Assim, segundo Girotto (2016), é importante, antes da implementação da política, uma análise sobre as mudanças que esta poderá vir a ocasionar na relação socioespacial dos estudantes entre si e com as suas escolas, pois as escolas públicas são “[...] espaços de construção de identidades, de diálogos e de conflitos” (GIROTTTO, 2016, p. 1123). Outrossim, a não aceitação de determinada política pública também gera consequências e, portanto, investigá-la significa perceber a forma como ocorrem os movimentos contrários à política proposta e como isso interfere na vida da comunidade envolvida.

O Projeto Ensino Médio com Mediação Tecnológica (EMMT) precisou ser adequado à realidade do Estado de Rondônia, sendo influenciado por diversos atores, tanto no contexto de influência, como nos contextos produção de texto e da prática, resultando num modelo diferente do desenvolvido no Amazonas, portanto, imprimindo a identidade de Rondônia.

Porém, no contexto da prática, alguns problemas interferem no desenvolvimento do Projeto. Dentre os principais, destaca-se a incompatibilidade nos horários das aulas e transporte escolar em alguns municípios, bem como, a escassez ou ausência de internet nas escolas em que o Projeto foi implementado, *netbooks* para os discentes em número insuficiente, além de dificuldades de adaptação por parte de alguns alunos, aliado às limitações de conhecimento dos Professores Presenciais, que são especialistas em uma área, no entanto conduzem as atividades e auxiliam os estudantes em todas as áreas do currículo.

A meta para Cacoal era implementar em 2016 o Projeto EMMT em 7 escolas jurisdicionadas à CRE, 2 em Ministro Andreazza, 4 na zona rural de Cacoal e 1 no Distrito de Riozinho/Cacoal. Entretanto, as resistências impediram esta implementação, sendo possível o atendimento do ensino mediado por tecnologia em apenas 3 escolas, 2 na zona rural de Ministro Andreazza e 1 no Distrito de Cacoal.

Neste segundo capítulo, o objetivo é analisar as resistências ao Projeto EMMT em Cacoal e, para tanto, é considerada a hipótese de que houve falhas tanto na elaboração da política educacional, como na consulta aos atores envolvidos, bem como no esclarecimento sobre o projeto à comunidade escolar, o que gerou resistências. Desta forma, o capítulo está estruturado em quatro seções, sendo que a primeira seção apresenta o detalhamento da metodologia do estudo e os instrumentos utilizados na pesquisa de campo. Nesta seção, são

descritos os participantes da pesquisa, as técnicas aplicadas para cada grupo de participantes e o detalhamento de como se deu o processo de coleta de dados. A segunda seção apresenta o mapeamento dos diferentes atores e seus interesses, considerando o cenário em Rondônia e em Cacoal, ligando a natureza da resistência, os atores envolvidos e as situações provocadas. São utilizadas nesta seção as reflexões de Heckert (2004) e Giroto (2016), que instigam a fazer a leitura do que está nas entrelinhas das propostas oficiais e no fazer cotidiano, nos levando a perceber que as práticas de resistência se esboçam nos modos de ação, os quais reinventam as práticas escolares e modificam a política educacional. Na terceira seção, busca-se entender as disputas e adequações às condições existentes para a implementação do Projeto EMMT, fatores que modificaram a política em Rondônia. E, por fim, na quarta seção, são analisados, a partir dos dados obtidos na pesquisa de campo, quem são os atores que ganham e quem perde com a política proposta, fatores que geram as práticas de resistência, tendo em vista as propostas de ação que minimizem as resistências ao Projeto EMMT em Cacoal.

2.1 Metodologia e instrumentos de pesquisa

Para analisar os contextos que envolvem a implementação de uma política educacional, se faz necessário compreender o todo, percebendo os aspectos relevantes de cada contexto e, para tanto, esta pesquisa utiliza-se do método qualitativo de pesquisa. Tal metodologia, conforme Martins (2004), por intermédio do estudo das ações sociais individuais e grupais, privilegia a análise de microprocessos: “realizando um exame intensivo dos dados, tanto em amplitude quanto em profundidade, os métodos qualitativos tratam as unidades sociais investigadas como totalidades que desafiam o investigador” (MARTINS, 2004, p. 292). Ainda segundo o autor, os métodos qualitativos têm como principal característica a flexibilidade, em especial quanto às técnicas de coleta de dados, sendo permitida a utilização daquelas mais adequadas à observação que está sendo feita. No entanto, Martins (2004) alerta para a capacidade “integrativa e analítica” que o pesquisador deve ter para realização de análises. Tal capacidade depende de habilidades para criar e intuir acerca do material coletado.

Buscando responder à questão sobre quais fatores tem levado à resistência das comunidades escolares no processo de implementação do Projeto de Ensino Médio Mediado por Tecnologia em Cacoal, serão utilizados três instrumentos de pesquisa: a pesquisa documental, a realização de entrevistas e a aplicação de questionários.

Segundo André (2013, p. 100), “documentos são muito úteis nos estudos de caso porque complementam informações obtidas por outras fontes e fornecem base para triangulação dos dados” e, desta forma, a investigação envolve textos oficiais (Leis, Decretos, Resoluções, Portarias, Atas, etc.) e textos não oficiais (divulgação em sites, blogs, entre outros).

Saber como os atores agem e o que eles pensam sobre a política a ser implementada é de fundamental importância na análise das resistências e, para tanto, a utilização de entrevistas como ferramenta na coleta de opiniões propiciará o levantamento de indícios sobre o modo como esses atores enxergam o Projeto EMMT e qual o sentido dessa política na prática educativa que promovem. Nesta perspectiva, Fraser e Gondim (2004) esclarecem que:

A entrevista na pesquisa qualitativa, ao privilegiar a fala dos atores sociais, permite atingir um nível de compreensão da realidade humana que se torna acessível por meio de discursos, sendo apropriada para investigações cujo objetivo é conhecer como as pessoas percebem o mundo. [...] favorece o acesso direto ou indireto a opiniões, às crenças, aos valores e aos significados que as pessoas atribuem a si, aos outros e ao mundo circundante (FRASER; GONDIM, 2004, p. 140).

Segundo as autoras, a entrevista na pesquisa qualitativa possui uma importante característica, que é a flexibilidade, pois, dependendo das respostas fornecidas pelo entrevistado existe a possibilidade de inserção de novas perguntas para obtenção de mais esclarecimentos acerca do tema estudado.

Para se obter um bom material de análise é necessário escolher pessoas que tenham uma proximidade com o objeto de estudo e, para investigar as resistências na implementação do Projeto Ensino Médio com Mediação Tecnológica em Cacoal foram selecionadas, além de representantes das principais instituições cujo posicionamento se apresenta contrário ao Projeto, pessoas que ocupam cargos na SEDUC responsáveis pelos processos de elaboração e implementação do EMMT em Rondônia e, Professores Presenciais inseridos na proposta.

Assim, a entrevista foi realizada com: a Diretora Geral de Educação - que acompanhou a elaboração e implementação do EMMT em Rondônia, tendo visitado o Amazonas para conhecer o Projeto desenvolvido naquele Estado; a Gerente do Projeto na SEDUC - que está na função desde o início do Projeto; uma professora do Mestrado em Educação da UNIR - que participou de reuniões e audiências para debater o Projeto; o representante do SINTERO em Cacoal; e dois Professores Presenciais do EMMT, um de Ministro Andreazza e outro da escola situada no Distrito de Riozinho - os quais vivenciam a prática do Projeto nas salas de aula presenciais.

O objetivo das entrevistas foi perceber as situações vivenciadas no contexto da prática que influenciaram as resistências. Escolhemos realizá-las individualmente com cada um dos atores convidados, considerando a facilidade de se observar a comunicação não-verbal e aquela decorrente da visualização das reações faciais do entrevistado, acrescentando assim, informações importantes acerca do tema investigado.

Considerando que a Professora da Universidade Federal de Rondônia (UNIR), no período em que as entrevistas foram realizadas, estava em Campinas – SP, esta entrevista foi realizada através de ligação telefônica, o que significou uma experiência diferente, visto que, na entrevista à distância, temos dificuldades em perceber as expressões e gestos do entrevistado e, ao mesmo tempo, o entrevistado não consegue perceber a atenção que o pesquisador dispensa ou não à sua resposta.

Durante a entrevista à distância houve, em determinado momento, uma afirmação por parte da entrevistada: “parecia que eu estava falando sozinha”. Esta fala levou-nos a pensar na relação existente entre esta experiência e o Ensino Mediado por Tecnologia. Se na entrevista à distância não é possível perceber as expressões faciais, nem tampouco saber se a comunicação está realmente sendo efetiva a não ser que se pergunte, no EMMT a distância entre o Professor Ministrante e os estudantes pode causar a mesma dificuldade, visto que o Professor Ministrante não percebe durante a veiculação das aulas, se a metodologia por ele utilizada está sendo efetiva para o cumprimento dos objetivos da aula, se os estudantes estão conseguindo se concentrar ou se estão dispersos.

Segundo Boni e Quaresma (2005, p. 77), “Durante a entrevista o pesquisador precisa estar sempre pronto a enviar sinais de entendimento e de estímulo, com gestos, acenos de cabeça, olhares e também sinais verbais como de agradecimento, de incentivo. Isso irá facilitar muito essa troca, essa relação”. Ainda de acordo com os autores, “O pesquisado deve notar que o pesquisador está atento escutando a sua narrativa e ele deve procurar intervir o mínimo possível para não quebrar a sequência de pensamento do entrevistado” (BONI; QUARESMA, 2005, p. 77). Neste sentido, após a identificação de que a entrevistada não conseguia perceber a atenção a ela dispensada, passamos a emitir sinais verbais de concordância como forma de estímulo para manutenção da relação entre pesquisadora e pesquisada.

Ainda com relação às entrevistas, a pesquisa apoiou-se em um roteiro previamente elaborado. No caso, o roteiro da entrevista apresentou questões abertas que permitiram ao entrevistado expor as motivações e os valores que sustentam as suas respostas, o que segundo Fraser e Gondim (2004, p. 144) oferece informações ricas pois, “[...] à medida que o entrevistado vai expressando suas opiniões e significados, novos aspectos sobre o tema vão

emergindo”. De igual modo, o roteiro para a entrevista face a face utiliza a estrutura de eixos de análise no intuito de orientar a condução da entrevista, permitindo assim, o aprofundamento de aspectos que possam ser relevantes ao entendimento do objeto de pesquisa.

Deste modo, para as entrevistas foi elaborado um roteiro estruturado em eixos de análise, sendo que no primeiro as perguntas visavam obter informações sobre a implementação do Projeto EMMT em Rondônia. No segundo, as questões instigavam sobre as resistências ao projeto e as ações desenvolvidas pela SEDUC para minimizar essas resistências. Por fim, o terceiro eixo de análise tratava de questões sobre a infraestrutura, os investimentos realizados e aqueles que deveriam ser realizados para o desenvolvimento do Projeto.

Outro instrumento utilizado na pesquisa foram os questionários, que geralmente apresentam respostas rápidas e precisas, e possuem a vantagem de abranger um número maior de pessoas ao mesmo tempo. Boni e Quaresma (2005, p. 74) defendem que, por meio deste instrumento, existe a possibilidade de se “[...] atingir várias pessoas ao mesmo tempo obtendo um grande número de dados, podendo abranger uma área geográfica mais ampla se for este o objetivo da pesquisa”. Além disso, os autores entendem que este instrumento garante também maior liberdade das respostas em razão do anonimato. Por meio de questões semiestruturadas, que conforme Boni e Quaresma (2005, p. 75) “[...] combinam perguntas abertas e fechadas, onde o informante tem a possibilidade de discorrer sobre o tema proposto”. O questionário foi aplicado aos estudantes que frequentam as aulas do EMMT em Ministro Andreazza e no Distrito de Riozinho e aos gestores das escolas que desenvolvem o Projeto EMMT, conforme o constante no Quadro 5.

Quadro 5 – Divisão de Grupos para aplicação de Questionário

Grupos	Representatividade	Quantidade de pessoas no Grupo	Justificativa para a escolha dos participantes
01	Estudantes inseridos no Projeto EMMT	60 (Riozinho)	Para coletar informações sobre como o Projeto vem sendo desenvolvido, de modo a analisar os processos geradores de resistência à política.
		40 (Ministro Andreazza)	
02	Gestores das escolas inseridas no Projeto EMMT	01 (Riozinho)	Para coletar informações sobre as formas de resistência ao EMMT que se manifestam na rotina escolar e o tratamento dispensado pelos gestores ao Projeto.
		01 (Ministro Andreazza)	

Fonte: Elaboração própria.

Os critérios que definiram a amostra de pesquisa consideraram o envolvimento dessas pessoas com o Projeto EMMT e o objetivo de analisar as resistências ao Projeto. Assim, optou-

se por aplicar os questionários aos 100 estudantes inseridos no EMMT e aos gestores dessas escolas, visto que conhecem o Projeto no contexto da prática.

Para tanto, o questionário foi dividido em três eixos de análise, sendo que no primeiro as perguntas investigaram o Projeto Ensino Médio com Mediação Tecnológica enquanto proposta de ensino e aprendizagem, os pontos favoráveis dessa iniciativa e o que deveria ser melhorado. O segundo eixo abrangeu questões sobre os processos de aceitação e/ou resistência à política educacional assim proposta. Por fim, o terceiro eixo de análise foi composto por questões ligadas à infraestrutura, especificamente, horário das aulas, transporte escolar, acesso à internet e *netbooks* e, materiais didáticos.

A partir da coleta desses dados, buscou-se identificar o sentido das resistências ao Projeto EMMT em Cacoal e perceber nos processos de resistência, que estas não dizem respeito somente à oposição à uma política específica, elaborada e implementada pelo governo, pelo contrário, a resistência também é uma política, uma política que constrói sentidos alternativos para a proposta.

2.2 Mapa de resistências ao Projeto

Para Heckert (2014, p. 469), as resistências “[...] desnaturalizam as evidências que compõem nossa vida cotidiana. São práticas anônimas e impessoais que provocam fissuras nos modos de existência instituídos e fazem emergir novos problemas”. Assim, ser resistente significa defender um ideal e mobilizar-se contra certas situações por acreditar num ponto de vista diferente ao que é proposto, sendo que, da resistência podem surgir conflitos como modos alternativos sobre a causa em disputa. E assim, no ambiente educacional, a resistência às mudanças pode resultar no insucesso de um programa ou projeto.

Dentre as causas para a resistência podem estar a insegurança ao que pode acontecer a partir das inovações decorrentes da nova iniciativa, o medo da não adaptação, os riscos para com a manutenção do emprego ou, até mesmo, o conformismo com a situação atual, ocasionando desinteresse em sair da “zona de conforto”. Por outro lado, a resistência pode indicar uma insatisfação com a proposta a ser implementada, pelo fato de existir uma outra interpretação para o que seria adequado àquela realidade. Neste sentido, Heckert (2004) esclarece que:

Práticas de resistência são aquelas que não apenas atendem ao prescrito, ao designado, ao já esperado, mas que no seu fazer esboçam outros modos de ação. Tais modos, muitas vezes imprevisíveis, são impossíveis de serem programados e funcionam como foco irradiador que se conecta a outras práticas (HECKERT, 2004, p. 27).

Assim, a resistência pode estar ancorada na perspectiva dos atores do contexto da prática em defender uma identidade educacional para a comunidade onde a escola está inserida. Para Girotto (2016, p. 1127), é necessário “[...] compreender a forma com que a dinâmica da unidade escolar está relacionada com os processos que ocorrem no seu entorno e que são profundamente espacializados”. Para o autor, as condições materiais dos estudantes para a experiência educacional não podem ser deixadas de lado, assim como a relação que professores e estudantes têm com a escola afeta sobremaneira a forma como constroem a prática educativa em sua vivência cotidiana.

O ensino mediado por tecnologia exige dos Professores Ministrantes e dos Professores Presenciais uma organização diferente do que estão acostumados. Segundo Souza, Sartori e Roesler (2008, p. 329), “[...] o/a professor/a depara-se com situações, em geral, não vivenciadas anteriormente como aluno, pois grande parte se formou no ensino presencial”, e, para os estudantes inseridos no Projeto, o modelo exige maturidade, visto que, conforme Souza, Sartori e Roesler (2008, p. 337), “para alguns alunos, o fato de não ter aula na forma convencional e presencial leva-os a pensar que não precisam estudar”, o que demonstra o descrédito de muitos para com o ensino à distância.

Dada a complexidade da análise das resistências à política, estudá-las considerando o ciclo de políticas permite perceber que existem diferentes momentos no processo de construção e implementação da política, sendo necessário reconhecer as especificidades de cada um desses momentos para entender as influências dos diversos atores interessados no processo.

A abordagem do ciclo de políticas, conforme destaca Mainardes (2006, p. 48), “[...] permite a análise crítica da trajetória de programas e políticas educacionais desde sua formulação inicial até a sua implementação no contexto da prática e seus efeitos”. Sendo assim, observar a interferência ocasionada pelos atores nos contextos de influência, produção de texto ou prática pode proporcionar respostas para as resistências vivenciadas no Projeto.

As resistências à política nos levam a identificar quem são os atores contrários à implementação do EMMT. Analisando os contextos de influência, produção de texto e prática, temos, no Quadro 6, os atores e os argumentos que justificam essa posição.

Quadro 6 – Atores resistentes ao Projeto EMMT

Atores	Argumentos	Contexto
SINTERO	Projeto desnecessário à Cacoal que possui professores habilitados no EMC.	Contexto de Influência
UNIR	O alunos do campo necessitam do ensino presencial para preservar os postos de trabalho, tendo na docência formada para tal, condições para lidar com identidades diversificadas presentes na realidade do estado.	
Deputados Estaduais	O alunado do Campo tem direito a um ensino que atenda suas necessidades e anseios, devendo o governo do estado propiciar as condições necessárias à esse atendimento com qualidade.	
Ministério Público	Não se posicionou antes da aprovação do texto do Projeto, mas vem acompanhando a implementação em todos os municípios rondonienses, sugerindo a necessidade de melhorias.	
UNIR	De que forma será possível a interdisciplinaridade no Projeto EMMT, uma vez que a sua estrutura curricular está estruturada em conteúdos modulares.	Contexto da Produção de Texto
Deputados Estaduais	Responsáveis pela aprovação do Projeto na ALE/RO, também influenciaram a produção do texto.	
CEE/RO	Necessidade de melhorias no Projeto para atendimento ao que preconiza a legislação educacional.	
Ministério Público	Após visitas técnicas às escolas, tem enviado documentos à Seduc sobre a necessidade de melhorias no atendimento do EMMT nas escolas cujo Projeto foi implementado.	
SINTERO	Que o Projeto não seja ampliado indiscriminadamente em localidades que não sejam de difícil acesso, em especial, nas cidades.	Contexto da Prática
UNIR	O EMMT fere com a legislação que dá direito à educação científica, diferenciada, uma educação voltada para a população do Campo, pois apresenta um currículo mínimo, descontextualizado da realidade sociocultural do estudante. Segue padrões tecnicistas, com aulas padronizadas e homogêneas.	
Estudantes	Preferência pelo ensino regular considerando dificuldades de adaptação ao ensino mediado por tecnologia e escassez de recursos materiais e tecnológicos necessários ao desenvolvimento do Projeto.	
Professores do EMC	O ensino mediado por tecnologia não respeita a diversidade regional do estudante.	
Professores Presenciais do EMMT	Dificuldades em sanar as dúvidas dos estudantes em todos os componentes curriculares, visto que são formados em apenas uma área.	
Prefeituras	Inviabilidade de transporte público escolar no período vespertino.	
Ministério Público	Além de um ensino que atenda às necessidades do alunado do campo, é preciso que este atendimento seja de qualidade.	

Fonte: Elaboração própria.

Percebe-se, portanto, que as resistências ao EMMT foram identificadas em todos os contextos de implementação da política e estão associados a motivos diversos. Sindicatos e Universidade defendem a manutenção do ensino presencial no campo como defesa de um modelo que preserve os postos de trabalho e a docência formada para lidar com identidades diversificadas presentes na realidade do estado de Rondônia, identidades essas que estão comprometidas em face de um sistema de ensino massificado.

Houve ainda resistência transfigurada em forma de adaptação quando o modelo de ensino implementado no Amazonas foi adaptado pela SEDUC em Rondônia, sendo firmado convênio com o IFRO para transmissão das aulas e inclusão do curso técnico ao currículo do Projeto.

Além disso, houve resistência do Ministério Público nos contextos de influência, produção e da prática, assim como do Conselho Estadual de Educação de Rondônia, de prefeituras e comunidades escolares. Cada um destes segmentos, motivados por questões específicas, modificaram a proposta inicial.

Neste sentido, podemos elencar diferentes resistências: manutenção do caráter presencial do ensino; preservação dos postos de trabalho; adaptações do modelo à realidade de Rondônia; preocupação com a questão da diversidade sociocultural da população do Campo; e, questões de infraestrutura.

Assim, no que se refere à “resistência”, é importante observá-la não como aspecto negativo, mas sim nos resultados que ela produz, a saber: por que existem esses movimentos de resistência? Sob qual ponto de vista ocorrem essas resistências? Diante da proposta, o que seus atores produzem no cotidiano? Como tornam possíveis suas atividades cotidianas? Que subversões praticam? Questões como essas nos fazem pensar a relação entre as pessoas que se relacionam com o projeto, assim como, aquilo em que a proposta se transforma nas práticas cotidianas.

2.3 Disputas e adequações às condições existentes à implementação do Projeto Ensino Médio com Mediação Tecnológica

A implementação de políticas públicas envolve situações denominadas por Eduardo Condé de constrangimentos da política, sendo que esses constrangimentos se manifestam na forma de “[...] conflitos em torno de valores, de princípios, de perspectiva ideológica e também sobre os recursos disponíveis, conflitos isolados ou combinados” (CONDÉ, 2013, p. 81). Nesta

linha de constrangimentos, além da manifestação de diferentes atores, diversas instituições e forças sociais interferem e disputam para decidir a política. Para Condé (2013, p. 83), “as forças sociais tendem a se organizar com base em determinados parâmetros e hesitam em mudar trajetórias temendo os custos agregados a qualquer mudança”. Isso se deve à trajetória histórica que essas forças sociais têm com relação às suas lutas e conquistas. Condé acrescenta que as instituições têm capacidades diversas:

[...] instituições não são máquinas automáticas que se autorreproduzem. Dentro delas e buscando exercer influência sobre elas, estão os atores. Estes têm capacidade e poder de se organizar e mobilizar forças sob o império das instituições, mas também sob o reino de sua vontade. Atores e instituições interagem nos processos das políticas públicas (CONDÉ, 2013, p. 83).

Ou seja, esses atores que interagem visando influenciar os processos das políticas o fazem, na maioria das vezes, a partir de seus interesses e/ou interesses das instituições a que representam, mobilizando esforços e formando redes para influenciar as decisões por todo o ciclo e em todos os contextos da política. Isso envolve, segundo Condé (2013), atores privados – representados por empresários e trabalhadores, bem como sindicatos e associações –, e públicos, com funções públicas, que agem para mobilizar os recursos e atuar sobre as políticas.

Durante o processo de implementação do Ensino Médio com Mediação Tecnológica em Rondônia, estes constrangimentos da política ficam evidentes quando os atores públicos e privados, instituições, forças sociais e políticos se manifestam e lutam para intervir no Projeto. Tendo o EMMT em Rondônia surgido a partir do modelo desenvolvido no Amazonas, adequações foram necessárias para que o Projeto pudesse ser implementado. Considerando que, diferentemente do Amazonas, a SEDUC não possui um Centro de Mídias para veiculação das aulas ao vivo, a parceria com o IFRO foi fundamental para que o ensino mediado por tecnologia se tornasse realidade no Estado.

De acordo com a Diretora Geral de Educação da SEDUC, após a visita ao Amazonas em 2012, a equipe técnica da Secretaria elaborou o Projeto de Rondônia que foi encaminhado ao Conselho Estadual de Educação, sendo aprovado em 2013. Entretanto, este Projeto previa a utilização de estúdios os quais ainda não existiam, sendo a oportunidade aproveitada pelo IFRO, que buscou um convênio com a SEDUC, em novembro de 2015. Conforme fala da Diretora Geral de Educação, que é Pedagoga, Professora efetiva do quadro da Secretaria Estadual de Educação de Rondônia desde 1986, tendo acompanhado a elaboração e implementação do Projeto em Rondônia desde o início, em 2012:

O Projeto foi feito, enviado ao Conselho Estadual de Educação, o Conselho Estadual de Educação só aprovou o Projeto em 2013, em junho de 2013, e, de lá para cá, nós estávamos tentando adquirir estúdios, organizar um Centro de Mídias, mas infelizmente não foi possível, e aí nós recebemos a visita do Instituto Federal de Rondônia (IFRO) que vinha com uma proposta de que tinha estúdios e que esses estúdios estavam ociosos no período vespertino, sabiam do nosso Projeto, sabiam que tínhamos uma proposta de veicular aulas para o ensino médio via satélite. E aí o IFRO veio com essa proposta de que eles teriam os estúdios, já têm o canal de satélite, e que nós então poderíamos fazer uma parceria (ENTREVISTA COM A DIRETORA GERAL DE EDUCAÇÃO DA SEDUC, PORTO VELHO, 2018).

A partir da fala da Diretora, é possível perceber que a iniciativa da SEDUC foi criada sem o aporte financeiro e técnico necessário para a construção de estúdios e implementação da iniciativa. Não fosse a possibilidade de parcerias entre as instituições públicas, que mobilizaram esforços, cada qual com seus interesses, o desenvolvimento do Projeto não seria possível. Desse modo, a parceria com o IFRO foi responsável por significativas alterações no Projeto EMMT de Rondônia que já havia sido aprovado pelo CEE/RO em 2013, necessitando ser novamente aprovado após a reformulação. Nesta reformulação, as principais mudanças foram: aulas transmitidas obrigatoriamente no período vespertino, que é o período em que o IFRO não utiliza os estúdios; substituição da interatividade de som e imagem dos alunos e Professores Ministrantes, conforme acontece no Projeto do Amazonas, por interatividade via *chat* utilizando-se a internet; e a inclusão do curso técnico concomitante na proposta.

Importante destacar que o curso técnico concomitante oferecido pelo IFRO permitiu à instituição aumentar significativamente o número de matrículas, o que foi interpretado pela Diretora Geral de Educação da SEDUC como sendo “[...] uma coisa que casou muito bem, o nosso planejamento para implantar o ensino mediado pela tecnologia e o planejamento deles de ampliar as matrículas em educação técnica no Estado de Rondônia” (Entrevista com a Diretora Geral de Educação da SEDUC, Porto Velho, 2018). Temos, assim, uma influência que por meio da parceria moldou a ideia original da política; uma influência que se mostra direcionada a atender ambos os interesses, tanto da SEDUC como do IFRO. São os constrangimentos apontados por Condé (2013), onde instituições interferem na disputa por recursos e poder.

Além do mais, o IFRO, enquanto instituição acostumada a veicular aulas a distância em seus cursos técnicos, foi percebida como aliada da SEDUC na orientação aos Professores Ministrantes e operacionalização dos equipamentos dos estúdios. De acordo com a Diretora Geral de Educação, a SEDUC investiu nesta parceria R\$ 18 milhões por três anos, sendo que o convênio se encerra no final de 2018. Ainda em relação ao convênio, a Gerente do Projeto na SEDUC, que tem formação em Letras, Professora efetiva do quadro da Secretaria Estadual de

Educação de Rondônia desde 2010, estando na função de Gerente desde o início da implementação do Projeto, relata que: “[...] dentro do convênio estão todos os custos relacionados à veiculação das aulas, horas de estúdio, horas de satélite para veicular as aulas, operacionalização do estúdio e equipe que faz a gravação no estúdio” (Entrevista com a Gerente do Projeto na SEDUC, Porto Velho, 2018).

Oportunamente a SEDUC, após firmar a parceria no final de 2015, agilizou a aquisição de televisores, receptores, antenas e computadores para o imediato início das aulas no EMMT em março de 2016 e, ao mesmo tempo, tratou de divulgar o EMMT, que deveria ser implementado em todas as escolas que atendiam o Ensino Médio do Campo em Rondônia, enquanto procedia as alterações necessárias no Projeto. Temos aqui uma política criada de maneira *top down*, formada do topo, que segundo Condé (2013, p. 86) “[...] deriva, particularmente, da força do poder constituído”, visto que os interessados não foram ouvidos, nem tampouco foram pensadas formas de atender as especificidades da educação do campo.

Naquele primeiro ano de implementação do Projeto (2016), todos os alunos inseridos no EMMT foram contemplados com *netbooks*, que já haviam sido adquiridos pela SEDUC por intermédio do Projeto Aluno Digital. O objetivo do Projeto Aluno Digital é a inclusão digital dos estudantes da rede pública estadual de ensino, e, então, considerando o curso técnico concomitante inserido na proposta, conforme relata a Diretora Geral de Educação da SEDUC, os alunos da Mediação foram contemplados “[...] porque entendemos que o curso técnico exige isso, o aluno no curso técnico precisa ter acesso ao ambiente virtual AVA” (Entrevista com a Diretora Geral de Educação da SEDUC, Porto Velho, 2018).

Durante reunião ocorrida em dezembro de 2015, as 18 Coordenadorias Regionais de Educação foram informadas da implementação do Projeto e convocadas para iniciar o processo de negociação com as prefeituras e divulgação do EMMT nas comunidades, uma vez que a SEDUC, conforme lamenta a Diretora Geral de Educação, não teve condições de percorrer todas as localidades, sendo o tempo para o início das aulas no Projeto curto: “[...] não tivemos como estar no corpo a corpo para fazermos uma divulgação do Projeto, o que eu acho que seria o ideal” (Entrevista com a Diretora Geral de Educação da SEDUC, Porto Velho, 2018).

Apesar do pouco tempo para divulgação do Projeto EMMT, um Professor Presencial de uma turma de EMMT na escola pertencente à Coordenadoria Regional de Educação de Cacoal, com graduação em Letras, Professor efetivo do quadro da Secretaria Estadual de Educação de Rondônia desde 1997 e inserido no Projeto em 2017, descreve que “[...] o governo fez uma divulgação grande, anunciou a ideia da distribuição dos *netbooks*, anunciou o bom funcionamento da Mediação com muita interação, com professores qualificados, enfim, fez

uma propaganda oficial que atraiu muito os jovens” (Entrevista com um Professor Presencial, Cacoal, 2018).

As duas escolas do Campo localizadas no município de Ministro Andreazza tiveram o Projeto implementado em 2016, sendo estes alunos transferidos em 2017 para a Escola Estadual da zona urbana, e, nesta mesma Escola Estadual, tiveram a oportunidade de optar por permanecerem no EMMT ou migrarem para o ensino regular. Com o objetivo de permitir a visualização do quantitativo de adesão dos alunos ao Projeto, na Tabela 7 é possível perceber quantos alunos foram matriculados no EMMT em cada ano escolar.

Tabela 7 – Quantitativo de estudantes matriculados no EMMT em Ministro Andreazza

Ano	1º ano EMMT		2º ano EMMT	3º ano EMMT	Total
2016	12 (Escola A)	19 (Escola B)	-	-	31
2017	32		19	-	51
2018	-		24	16	40

Fonte: Elaboração própria, com dados fornecidos pela Secretaria Escolar.

Destacamos, na Tabela 7, o fato de que já no momento em que os estudantes inseridos no EMMT das duas escolas do Campo (Escola A e Escola B) foram transferidos para a Escola Estadual, dos 31 que cursavam o 1º ano, somente 19 continuaram no Projeto no 2º ano. Essa redução também é visível nos anos que seguem, visto que dos 32 estudantes matriculados no 1º ano em 2017, somente 24 deram continuidade no 2º ano via EMMT, e, dos 19 estudantes que cursavam o 2º ano em 2017, apenas 16 cursam ainda o 3º ano em 2018. Esta redução pode ser entendida como uma forma de resistência ao Projeto, até porque, além da redução de estudantes nas turmas subsequentes, no ano de 2018, não houveram matrículas no 1º ano do EMMT.

Um questionário aplicado aos estudantes do EMMT na escola em Ministro Andreazza em março de 2018 reforça esta ideia, visto que, dos 21 alunos que responderam o questionário²⁶, 7 afirmaram que continuam no EMMT porque não tiveram outra opção, ou seja, estão inseridos no Projeto contra a vontade. Contudo, se analisarmos que depois do remanejamento destes alunos para a escola urbana, que também oferece o ensino regular no período vespertino (mesmo período em que é desenvolvido o EMMT), ainda 7 permanecem matriculados no Projeto contra a vontade deles, é possível que isto se deva ao fato de que dos 21 alunos que

²⁶ O questionário foi aplicado em 16 de março de 2018 e neste dia, sendo que em detrimento da chuva que caiu na véspera e no dia da aplicação deixando as estradas rurais intrafegáveis, um ônibus do transporte escolar não fez o percurso, resultando assim, na ausência de 19 estudantes.

responderam à pesquisa, 18 alunos são menores de 18 anos, ou seja, os pais são responsáveis pela efetivação da matrícula.

No município de Cacoal o Projeto não foi implementado em nenhuma escola do Campo, sendo desenvolvido apenas em uma escola situada no distrito de Riozinho. Contudo, quando analisamos as matrículas nesta Escola, temos um cenário diferente do apresentado no município de Ministro Andreazza. A Tabela 8 apresenta as matrículas no EMMT nos três anos de implementação do Projeto.

Tabela 8 – Quantitativo de estudantes matriculados no EMMT no Distrito de Riozinho

Ano	1º ano EMMT	2º ano EMMT	3º ano EMMT	Total
2016	20	-	-	20
2017	18	21	-	39
2018	26	17	16	60

Fonte: Elaboração própria, com dados fornecidos pela Secretaria Escolar.

Temos no Distrito do Riozinho uma situação que aparentemente nos remete a pensar que o crescimento no número de matrículas, apresentado na Tabela 8, se deve ao fato dos estudantes gostarem do Projeto e, portanto, buscarem esta modalidade de ensino. Porém, o questionário aplicado a estes estudantes em março de 2018 mostra que dos 58 estudantes inseridos no EMMT que responderam à pesquisa, 41 disseram que não tiveram outra opção para cursarem o ensino médio, 10 responderam que escolheram o EMMT por causa do curso técnico concomitante, 4 fizeram a opção considerando que no EMMT existem Professores habilitados em todas as áreas e, 3 disseram que escolheram o Projeto porque nesta metodologia aprendem com mais facilidade.

Diferente da escola situada no município de Ministro Andreazza, no distrito de Riozinho não é ofertado o ensino regular no mesmo período de veiculação das aulas do EMMT, sendo o ensino médio regular ofertado no período noturno, o que impede que muitos estudantes migrem para o ensino regular, visto que dos 58 alunos que responderam ao questionário, somente 12 possuem mais de 18 anos. Ou seja, 46 dependem da autorização dos responsáveis para estudarem no período noturno.

Ademais, problemas relacionados aos investimentos no Projeto podem influenciar na permanência dos estudantes no EMMT. Apesar da boa propaganda realizada pelo governo no início da implementação do Projeto, conforme citado por um Professor Presencial, propaganda esta que divulgou a entrega de *netbooks*, professores capacitados, interatividade com

Professores Ministrantes via *chat*, internet nas Escolas com EMMT, dentre outras questões, o mesmo Professor Presencial relata que:

[...] houve aquele arranque inicial positivo, o que não significa que posteriormente ele ficou assim. [...] as intenções são muitas e o que está no papel é bonito, mas o que vem para a prática é bem distante daquilo que está no papel. Trabalhar com mídia requer muito treinamento. [...] A forma como a aula é conduzida cansa muito os alunos, especialmente nesta faixa etária de adolescentes. Há profissionais no país inteiro dizendo, e, eu concordo com eles, que o ensino virtual é mais viável para as pessoas que já terminaram o ensino médio, pessoas mais adultas porque já tem mais maturidade (ENTREVISTA COM PROFESSOR PRESENCIAL, CACOAL, 2018).

Esta questão da maturidade dos alunos, citada pelo Professor Presencial, já havia sido questionada na Audiência Pública ocorrida em 23 de junho de 2016²⁷ pelo Procurador de Justiça do Estado de Rondônia, Rodney Pereira de Paula, que representou o Ministério Público de Rondônia quando em seu pronunciamento disse que o está analisando o EMMT não só com relação à questão jurídica, técnica, mas também pedagógica, observando os impactos que o Projeto pode exercer sobre o adolescente. Segundo o Procurador:

[...] estamos também fazendo contato, agora iniciamos com psicólogos para saber se essa interação por Mediação Tecnológica é interessante para adolescentes em situação de desenvolvimento. Uma coisa é Mediação Tecnológica para adultos e uma coisa é Mediação Tecnológica para adolescente, nós adultos temos a liberdade de escolher a forma e como nós vamos querer aprender, agora com adolescente, nós temos que ter uma responsabilidade triplicada, nós não podemos agir de forma açodada (RONDÔNIA, 2016).

Essa forma açodada, ou seja, apressada citada pelo Procurador nos remete a Condé (2013, p. 81) quando argumenta da necessidade “[...] de um diagnóstico adequado, um conhecimento efetivo da questão pública em tela”. O autor sugere, inclusive, que quando possível sejam utilizados projetos piloto para identificar se a alternativa escolhida apresenta resultados satisfatórios de modo a ser efetivada.

Entretanto, no processo de implementação do EMMT em Rondônia não foi utilizado um projeto piloto e nem foi realizado um diagnóstico para saber se a localidade ou comunidade a ser contemplada com o EMMT estava preparada para atender o Projeto em todas as suas necessidades. Assim, para um diagnóstico adequado sobre como está ocorrendo a implementação do EMMT, além de contatos com profissionais, o Ministério Público estaria,

²⁷ Conforme ata da 32ª audiência pública para debater sobre a implantação do ensino tecnológico no estado de Rondônia. DOE-ALE/RO Nº 124, Porto Velho, 22 julho 2016.

segundo o Procurador, visitando escolas no interior e na capital com a finalidade de fazer um levantamento no local e produzir uma conclusão a respeito da legitimidade do sistema de Mediação Tecnológica que está sendo implantado no Estado sobre vários aspectos.

Diante das dificuldades de comunicação devido à falta de *netbooks* aos alunos dos 1º e 2º anos, e internet na maioria das escolas, o que dificulta a comunicação via *chat*, foram criados pelos Professores Ministrantes, visando facilitar a comunicação, grupos de WhatsApp²⁸ para as turmas de EMMT existentes em Rondônia, sendo um grupo para os estudantes do 1º ano, um grupo para o 2º ano e outro grupo para o 3º ano do EMMT, uma vez que muitos alunos têm celulares e pacote de dados de internet²⁹. Entretanto, de acordo com um Professor Presencial, com graduação em Matemática, Professor efetivo do quadro da Secretaria Estadual de Educação de Rondônia desde o ano de 1998 e inserido no Projeto em 2016, “[...] em alguns lugares também não funciona porque a localidade não tem torre para celular”, e segundo esse mesmo Professor, “[...] este é o ponto chave do Projeto que tem que ser trabalhado: que a escola tenha uma internet de qualidade e que esta interação a cada dia aumente, que o aluno tenha realmente condições de interagir mais próximo com o estúdio” (Entrevista com Professor Presencial, Cacoal, 2018).

Percebendo que os Grupos de WhatsApp estavam sendo mais efetivos na comunicação entre escolas e estúdios, os técnicos do Centro de Mídias criaram grupos padronizados para o Projeto, sendo batizados de “Chatzap”. O Centro de Mídias faz parte desses Grupos e acompanha a interação realizada estando ciente dessas dificuldades enfrentadas pelos alunos³⁰.

Para a utilização do Chatzap (uma mistura dos termos *chat* e WhatsApp), regras foram estabelecidas pelos técnicos do Centro de Mídias com base na “netiqueta”, uma palavra oriunda da fusão das palavras net (rede) + etiqueta (conjunto de normas de conduta sociais), que representa as normas de boas maneiras e normas gerais de bom senso para a boa convivência dos usuários da internet.

Sendo o Chatzap uma ferramenta exclusiva de comunicação durante as aulas, dentre as regras está a de que estudantes e Professores não podem utilizar estes Grupos nos finais de semana ou feriados e nem tampouco compartilhar neles textos, slides ou outros materiais utilizados para estudos porque este material deve ser enviado por meio de e-mails. Na Figura 5

²⁸ O WhatsApp é um aplicativo de mensagens instantâneas disponível para diversas plataformas de smartphones, que é utilizado para troca de mensagens de texto, vídeos, fotos e áudios através de uma conexão com a internet. Entre outras funcionalidades está a criação de grupos de contatos.

²⁹ Pacote de dados de internet é uma franquia de internet móvel contratada pelo usuário junto à empresa de telefonia.

³⁰ Conforme informação obtida com a Coordenadora do Projeto EMMT na CRE/Cacoal em 18/04/2018.

é possível visualizar os três grupos de Chatzap durante o período de aulas sendo utilizados para a interação entre alunos e Professores Ministrantes.

Figura 5 – Grupos de comunicação utilizados para interação no EMMT



Fonte: *Print Screen* da tela do celular da Coordenadora do Projeto EMMT na CRE/Cacoal em 18/04/2018.

Percebe-se, a partir da Figura 5, que a interação nos grupos acontece durante as aulas, visto que todos os grupos apresentam horários de conversas que variam entre as 14h22min e 14h24min, ou seja, a ferramenta auxilia na comunicação entre escolas e estúdios naquelas comunidades em que há rede de telefonia móvel. Essa interação é gerenciada pela Coordenação Pedagógica de Estúdio, responsável também por inserir nos Grupos os Professores dos componentes curriculares ministrados em cada período, excluindo-os dos Grupos quando o componente é finalizado.

Contudo, o Estado não oferece aos alunos e Professores os aparelhos de celulares, nem tampouco a internet, o que, em linhas gerais, se mostra uma transferência de responsabilidade do Estado aos alunos e Professores, não oferecendo equipamento condizente com a iniciativa e nem sinal de internet adequado. Logo, essa transferência gera resistências, pois o acesso ao ensino deixa de ser gratuito e não garante a sua universalização. Ou seja, o aluno que antes não podia frequentar as aulas em função da distância agora corre o risco de ser excluído por causa das condições financeiras, caso não tenha recursos para adquirir o equipamento e o sinal para a conexão.

De modo geral, ao tratar dos constrangimentos da política educacional, percebemos que o Projeto original do EMMT foi bastante alterado durante os contextos de influência, produção de textos e prática, e, para melhor identificação dessas alterações, o Quadro 7 compara a proposta inicial (2013) com o Projeto de 2016, trazendo informações sobre como vem sendo desenvolvido o EMMT em Rondônia.

Quadro 7 – Alterações no EMMT (2013-2018)

Ponto de Análise	Projeto Inicial (2013)	Projeto Reformulado (2016)	2016 (ano de implementação)	2018
Metodologia utilizada para veiculação/transmissão de aulas:	Centro de Mídias: estúdios da SEDUC para veiculação de aulas diárias ao vivo transmitidas via satélite com canais exclusivos.	Centro de Mídias: estúdios do IFRO para veiculação de aulas diárias ao vivo transmitidas via satélite com canais exclusivos.	O Projeto teve início com aulas gravadas que foram repassadas aos professores por meio de <i>pen drives</i> e inseridos nos televisores para que os alunos pudessem assistir às aulas até que todas as antenas pudessem ser instaladas em Rondônia. As aulas ao vivo tiveram início no mês de abril de 2016.	Os estudantes dos 2º e 3º anos do EMMT assistem aulas ao vivo com transmissão diária, porém os estudantes do 1º ano EMMT, até o mês de maio de 2018 estão assistindo aulas gravadas no pen drive por causa de problemas no canal exclusivo para esta turma.
Curso Técnico Profissionalizante:	-----	Curso Técnico Profissionalizante em Cooperativismo concomitante ao ensino médio pelo IFRO.	Todos os estudantes inseridos no EMMT cursam o Técnico Profissionalizante em Cooperativismo concomitante ao ensino médio pelo IFRO.	Todos os estudantes inseridos no EMMT cursam o Técnico Profissionalizante em Cooperativismo concomitante ao ensino médio pelo IFRO.
Material de suporte tecnológico:	-----	Professores presenciais e alunos matriculados no EMMT contemplados pelo Projeto Aluno Digital e recebendo um <i>netbook</i> .	Todos os estudantes inseridos no Projeto EMMT receberam <i>netbooks</i> .	Somente os alunos que estão no 3º ano do EMMT possuem <i>netbooks</i> porque receberam quando foram matriculados no Projeto em 2016.
Interatividade entre estúdio e salas de aula:	Interatividade com retorno de imagem e voz das comunidades para os estúdios e vice-versa através de equipamentos específicos.	Interação via <i>chat</i> . O aluno, por meio de seu Professor Presencial, interage com os Professores Ministrantes pelo chat, em tempo real, garantindo a completa comunicação entre os participantes do processo ensino e aprendizagem.	Interação via <i>chat</i> comprometida pela falta de internet ou internet precária, dependendo da localidade.	Interação via <i>Chatzap</i> : mediante a formação de Grupos de WhatsApp com regras específicas utilizando celulares e pacote de dados de internet ou, ainda, internet das escolas quando há.
Objetivo de atendimento:	Inserir o EMMT nas localidades de difícil acesso, com demanda reprimida.	Inserir o EMMT nas localidades de difícil acesso, com demanda reprimida e déficit de profissionais habilitados.	85 escolas inseridas: 75 rurais 10 urbanas	114 escolas inseridas: 78 rurais 36 urbanas

Fonte: Elaboração própria.

Percebemos assim que, de 2013 a 2016 as alterações na proposta foram significativas e atenderam principalmente aos interesses do IFRO e da SEDUC. Interessava ao IFRO a negociação dos estúdios e canais de satélite e, a inserção do curso técnico profissionalizante na proposta. E, a partir da parceria com o IFRO, a SEDUC teve possibilidade de implementar o EMMT ampliando o objetivo que em 2013 era atender as comunidades de difícil acesso, com demanda reprimida, para além destas, atender também as localidades com déficit de profissionais habilitados, o que inclui escolas das cidades.

Outrossim, o Quadro 7 permite analisar os principais pontos da proposta e, assim, resta evidente que problemas de investimento também foram responsáveis por alterar a política ao passo que, sem acesso à internet nas escolas e sem receber os *netbooks*, a comunicação deixou de ser via chat e passou a incorporar um novo ingrediente: Grupos de WhatsApp denominados no Projeto de Chatzap.

Com relação ao futuro do Projeto em Rondônia, sabemos que as disputas devem continuar, até porque as resistências persistem: novos atores poderão fazer parte dessa dinâmica, influenciar e alterar o Projeto. Fato é que para a veiculação das aulas, um convênio foi firmado entre SEDUC e IFRO onde são utilizados o satélite e os estúdios do Instituto Federal, convênio este que se encerra no final de 2018. Entretanto, para a continuidade do Projeto EMMT em Rondônia, será necessário a renovação do convênio ou a construção de estúdios para a SEDUC. Por enquanto, esta decisão ainda não está tomada, mas a Diretora Geral de Educação se mostra otimista e diz que “[...] os próximos governantes vão ter um olhar em relação a isso, à necessidade de um Centro de Mídias para a administração” (Entrevista com a Diretora Geral de Educação da SEDUC, Porto Velho, 2018).

Mesmo com tantos problemas estruturais e de manutenção, a SEDUC vê no Projeto Ensino Médio com Mediação Tecnológica já implementado nas escolas do Campo e em algumas escolas urbanas de Rondônia, possibilidades de ampliação. Segundo a Diretora Geral de Educação, considerando a escassez de profissionais habilitados em alguns componentes curriculares, uma possibilidade de ampliação do Projeto é uma forma híbrida de atendimento. Segundo ela:

[...] sempre tivemos também a vontade de fazer um Projeto híbrido para as localidades em que às vezes não se tem o quadro completo de professores, então trabalharíamos de maneira híbrida, onde existe o professor habilitado ele assume o componente, se não tem o professor, então nós ofertaríamos a aula via EMMT, porque a gente entende que dessa maneira nós faríamos uma cobertura total e jamais deixaríamos qualquer aluno sem aula (ENTREVISTA COM A DIRETORA GERAL DE EDUCAÇÃO DA SEDUC, PORTO VELHO, 2018).

Esta “vontade de fazer um Projeto híbrido” destacado pela diretora foi anunciada em Reunião de Coordenadorias Regionais de Educação com a SEDUC no mês de maio de 2018, sendo informado o envio de Projeto ao Conselho Estadual de Educação de Rondônia, visando sua implementação a partir de 2019. Importante destacar que percebemos tal questão como uma simples ampliação do raio de atuação docente em detrimento da busca por políticas de formação de professores. Tal situação impacta diretamente na forma de docência pensada para a educação pública do Estado de Rondônia.

Outra percepção que tivemos é que a SEDUC, ao projetar um modelo híbrido para as escolas, justificado pela escassez de profissionais habilitados e pela necessidade de se garantir que os estudantes tenham aulas em todos os componentes curriculares, ignora a UNIR enquanto formadora desses profissionais. Seguindo ainda a linha de ampliação do Projeto EMMT, a Diretora Geral de Educação destaca a necessidade de melhorar o atendimento à Educação Prisional em Rondônia, o que segundo ela, seria possível mediante adequações específicas no Projeto já existente para que o atendimento no sistema prisional também seja por meio do ensino mediado por tecnologia. Conforme a Diretora:

A nossa meta é fazer um Projeto para atender a educação prisional, para que possamos adequar a Mediação, que não seja online, que seja off-line, mas que resolva também o problema da educação prisional, que é um caos, é um desafio. Enfim, eu acho que o Projeto não se esgota por aqui, ele tem várias possibilidades, ele de fato é uma alternativa que no contexto atual não se pode descartar de forma nenhuma, ao contrário, vamos aperfeiçoando, melhorando o que for preciso melhorar e vamos avançando e, por meio da tecnologia, vamos estabelecer um padrão (ENTREVISTA COM A DIRETORA GERAL DE EDUCAÇÃO DA SEDUC, PORTO VELHO, 2018).

Esse atendimento off-line para a educação prisional aparece no quadro de atendimento do Ensino Médio com Mediação Tecnológica³¹ com uma turma prevista para atendimento à educação prisional em Porto Velho, capital, na Unidade de Internação Socioeducativa II, com *status* de “demanda encaminhada - aguardando início das aulas gravadas.”.

Entretanto, para que essa ampliação aconteça, as decisões independem da Secretaria de Estado da Educação, devendo ter o aval do executivo estadual, o que de acordo com a Diretora Geral de Educação pode não acontecer considerando ser o ano de 2018 um ano de eleições. Assim, visto que as resistências ainda estão muito presentes em diversos segmentos e instituições, principalmente nos Movimentos do Campo, alguns Professores, Sindicatos e

³¹ O quadro de atendimento do Ensino Médio com Mediação Tecnológica é um documento que apresenta o atendimento do ensino mediado por tecnologia em Rondônia, e, foi atualizado pela Gerência do Centro de Mídias e enviado às Coordenadorias Regionais de Educação em maio de 2018.

Universidade, estes possivelmente exigirão um posicionamento dos candidatos acerca do Projeto EMMT. Assim, segundo a Diretora:

[...] esses movimentos não querem de fato dar o braço a torcer, e digo a você, sem sombra de dúvidas, nesta campanha que vem para governador, uma das pautas dos movimentos vai ser Mediação Tecnológica, eles vão exigir dos candidatos que os candidatos se posicionem para dizer: “vamos manter ou vamos acabar, isso nós não queremos”. Acredito que hoje é muito difícil se abrir mão de um Projeto como este, mas temos ainda aí muita coisa, muitos desafios para vencer (ENTREVISTA COM A DIRETORA GERAL DE EDUCAÇÃO DA SEDUC, PORTO VELHO, 2018).

A fala da Diretora expressa a vontade da SEDUC em manter o ensino mediado por tecnologia mesmo que isso signifique contrariar interesses, e, neste caminho de disputas, vencer os movimentos contrários à política se mostra um desafio. Assim, a crítica feita aos movimentos contrários à política bem como o relato de que “abrir mão” do Projeto EMMT atualmente em Rondônia seria muito difícil, demonstra as incertezas para com o futuro do Projeto. Se por um lado ele foi implementado sem a consulta aos principais interessados, fato gerador de resistências, por outro lado, recuar e extinguir o Projeto seria desafiador para a Secretaria considerando a necessidade emergente de contratação de Professores e a necessidade de investimentos em materiais didático-pedagógicos, visto que no ensino mediado por tecnologia os alunos recebem o material virtualmente.

Fato é que, as políticas educacionais, ao serem desenhadas, devem considerar o que pensam os principais interessados e estes devem participar da elaboração dessas políticas, caso contrário, as resistências serão inevitáveis. Desse modo, na próxima seção serão abordados os interesses dos atores resistentes ao Projeto EMMT e como essas resistências têm impactado na operacionalização da política.

2.4 Interesses: quem ganha o que, quando e como

Partindo do quadro de resistências que envolve o Ministério Público, a Universidade Federal de Rondônia, Deputados e Prefeitos, Sindicatos, Professores, estudantes e pais, é possível perceber diferentes motivações para resistir ao Projeto EMMT. Analisar a coleta de dados realizada nos leva a perceber diferentes interesses nos atores que resistem à política, ou seja, “quem ganha o que, quando e como” (LASWELL 1990, *apud* CONDÉ 2013, p. 83).

Heckert (2004, p. 46) enfatiza que “Apreender os processos de resistência requer atenção não apenas aos resultados de um determinado processo, mas, principalmente, à maneira pela qual, neste mesmo processo, engendram-se as práticas sociais”. Ou seja, para compreender as resistências é preciso observar como se dá o processo de implementação de uma determinada política, o que desejam e como agem os atores envolvidos.

Neste sentido, destacamos a maneira como o Projeto foi elaborado. Na sua primeira versão, em 2012, após a visita dos técnicos da SEDUC ao Amazonas, o Projeto foi elaborado por esses técnicos seguindo-se o modelo daquele Estado. Na segunda versão, em 2015, após a parceria com o IFRO, o Projeto foi reformulado pela equipe técnica da SEDUC. Segundo a Gerente do Projeto na SEDUC (Porto Velho, 2018), “o texto legal foi elaborado dentro da Secretaria de Educação, em conjunto com vários setores da Secretaria, a parte técnica e a parte pedagógica, dentro da DGE (Diretoria Geral de Educação), elaborado para contemplar as necessidades, para normatizar o Projeto”.

Fica assim evidente, que não houve a participação da UNIR, responsável pela formação de Professores e, nem tampouco, a participação do SINTERO, enquanto representatividade dos educadores, na elaboração do Projeto EMMT. Da mesma forma que também não foram considerados os desejos dos povos do campo, visto que não foram consultados.

De acordo com a Professora do Mestrado em Educação da Universidade Federal de Rondônia, em momento algum a Universidade foi convidada a participar do processo, além disso, destaca a não participação da comunidade representada pelos Movimentos do Campo. Assim, segundo a Professora, que é Doutora em Educação Escolar, Mestre em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente, Especialista em Educação e Movimentos Sociais, Graduada em Pedagogia e Direito, atuando no Campus José Ribeiro Filho da UNIR/Porto Velho, nos temas de Políticas educacionais, Educação do Campo e das populações tradicionais da Amazônia, Movimentos sociais, Trabalho e Educação, a UNIR:

[...] se posicionou contrária ao Projeto justamente porque não houve participação da comunidade na elaboração, não houve discussão do processo de implementação, então, a Universidade desde o início se posicionou contrária porque não concorda com essa forma de educação para a população. [...] O artigo 14 da LDB rege os princípios da Gestão Democrática que prevê a participação dos profissionais da educação na elaboração do Projeto Pedagógico da escola, a participação da comunidade escolar e local em Conselhos Escolares ou equivalentes, então, sendo assim, para que se cumpra este preceito legal, a implementação de qualquer Projeto na escola deve garantir a participação da comunidade escolar, tendo a apreciação e aprovação do Projeto pelo Conselho Escolar ou pelo colegiado equivalente, com garantias da participação da comunidade e isso não ocorreu. Em nenhum lugar

onde foi implementado isso ocorreu. Então, essa forma autoritária com que foi implementado o Programa fez com que muitas comunidades recorressem ao Ministério Público (ENTREVISTA VIA TELEFONE COM A PROFESSORA DO MESTRADO EM EDUCAÇÃO DA UNIR, CACOAL, 2018).

A questão da não participação da comunidade escolar nas decisões relativas ao Projeto EMMT, como apontado pela Professora da UNIR, mostra-se como uma das causas para as resistências dessas comunidades ao Projeto, tanto que nem mesmo os Gestores Escolares das instituições contempladas com o Projeto foram ouvidos. Conforme questionário aplicado aos Gestores de Ministro Andreazza e Distrito de Riozinho, a decisão de implementar o EMMT nas duas escolas foi da SEDUC, não sendo permitida a opção de não aceitar.

Ao analisar o Projeto Político Pedagógico [2017] das Escolas jurisdicionadas à Coordenadoria Regional de Educação de Cacoal onde o EMMT foi implementado, estes não contemplam o EMMT como proposta de ensino e nem remetem esta modalidade à Proposta Curricular da instituição. Entretanto, as turmas e a lotação dos Professores Presenciais constam nos quadros inseridos no diagnóstico da clientela atendida, evidenciando, dessa forma, que as turmas do EMMT estão na escola, mas a escola não se sente responsável pelo acompanhamento, planejamento, avaliação e replanejamento de ações com vistas ao sucesso escolar desses alunos.

O fato dessas escolas não acolherem pedagogicamente os alunos do EMMT deixa para os Professores Presenciais a responsabilidade em buscar ou não alternativas para intervir e auxiliar nas dificuldades de aprendizagem dos alunos. E, caso o Professor Presencial seja um resistente ao Projeto, não intervir para amenizar as dificuldades de aprendizagem pode ser uma maneira de desqualificar o EMMT.

Com relação ao SINTERO, a Gerente do Projeto na SEDUC (Porto Velho, 2018), destaca que o Sindicato dos Trabalhadores em Educação “Não participou. É como eu falei, a questão deveria ter sido trabalhada antes. Eles não participaram, já vieram com a manifestação contrária mesmo, após a gente iniciar o processo de implantação”. Porém, questionamos: se não foram consultados previamente, por que precisam aceitar depois?

Percebe-se neste ponto, um fator inicial de resistência ao Projeto por parte dessas duas instituições, UNIR e SINTERO, que pela não participação no processo de elaboração da política, foram se manifestando contrárias a proposta, influenciando os Movimentos do Campo, Professores, pais e estudantes a rejeitarem o Projeto Ensino Médio com Mediação Tecnológica.

Outrossim, insistiram por meio de documentos enviados aos Deputados Estaduais, ao Ministério Público e ao Conselho Estadual de Educação de Rondônia que providências fossem tomadas. O SINTERO, por exemplo, se fez presente em todas as reuniões de divulgação do

Projeto realizadas pela Coordenadoria Regional de Cacoal nas Escolas de sua jurisdição, convidando a participação desses espaços, os representantes do Sindicato Rural do município, além de participar de reuniões sobre o Projeto em outros municípios.

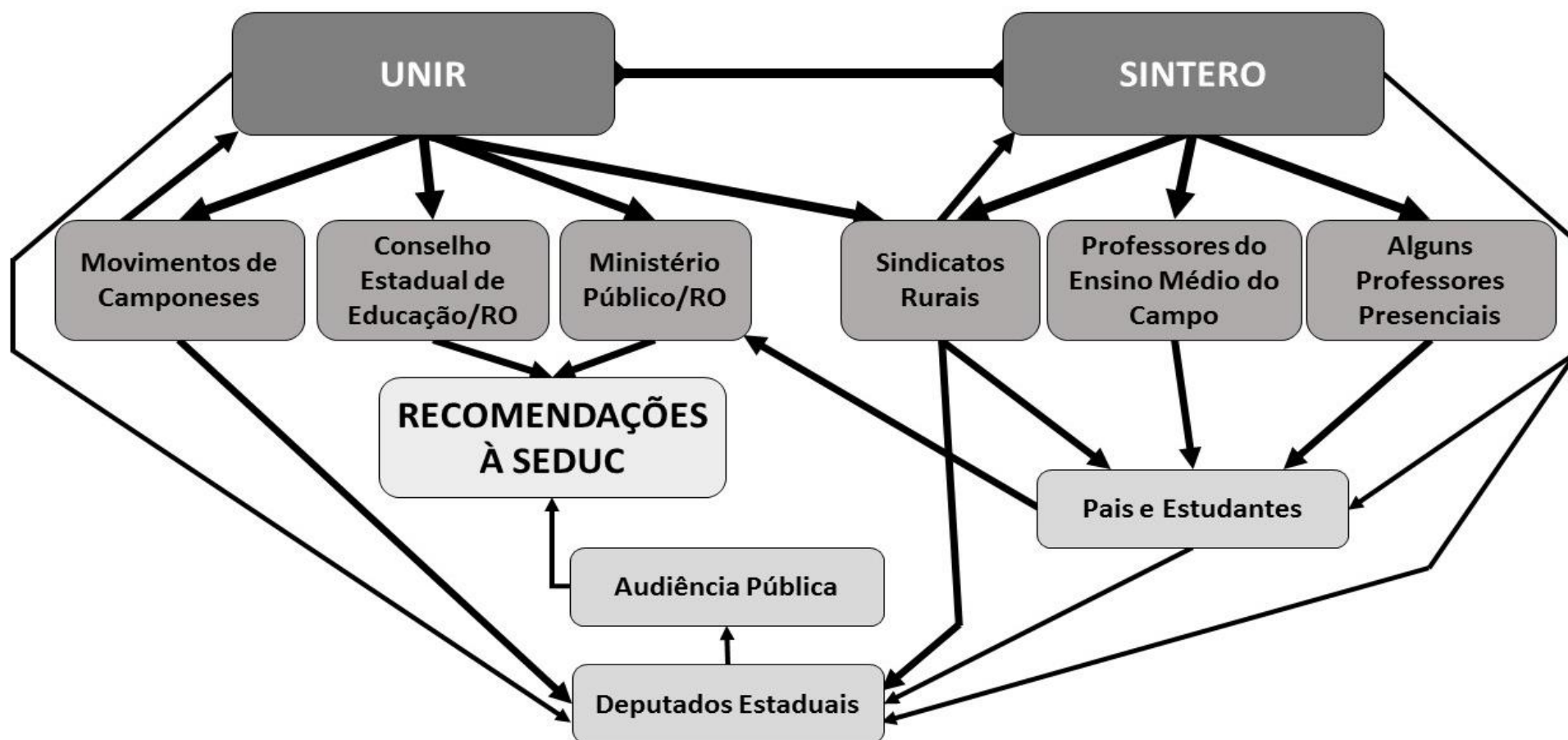
Conforme destacou o representante do SINTERO em Cacoal, Professor de História, sendo Professor efetivo do quadro da Secretaria Estadual de Educação de Rondônia, atuante no Ensino Médio do Campo em Cacoal, o Sindicato dos Trabalhadores em Educação se manifestou em “inúmeras audiências. Eu mesmo participei de audiência em Porto Velho, Rolim de Moura, na região de Ariquemes, enfim, inúmeras audiências. O SINTERO resistiu e ainda resiste enquanto pode na questão da virtualização do ensino” (CACOAL, 2018).

A UNIR por sua vez encaminhou documentos às instâncias que poderiam influenciar a suspensão do Projeto. Importante destacar que a Diretora Geral de Educação da SEDUC disse na entrevista que não entregou o Projeto à UNIR, mas que eles devem ter tido acesso a ele por meio dos Movimentos do Campo que sempre solicitavam cópia do Projeto; logo, esse contato entre as instituições é visível.

Assim, percebemos que a rede de resistências que nasce a partir da mobilização da UNIR e do SINTERO provoca uma série de articulações junto a outros atores que também se mobilizam, resultando em recomendações à SEDUC, o que influencia diretamente em alterações na operacionalização do Projeto.

Temos então, a Universidade Federal de Rondônia (UNIR) e o Sindicato dos Trabalhadores em Educação no Estado de Rondônia (SINTERO) no topo da rede, articulando e influenciando diferentes grupos e instituições a resistirem ao Projeto Ensino Médio com Mediação Tecnológica. A Figura 6 apresenta essa rede que se formou contra o EMMT em Rondônia, representando por setas indicativas a articulação realizada. Assim, as setas sinalizam a direção das influências entre as instituições, bem como o grau de intensidade, sendo que, quanto mais grossas as linhas, maior o foco de resistências. Também é visível que as setas não seguem em uma única direção, elas se espalham, retornando por vezes com novas influências e transformando-se em setas de via dupla.

Figura 6 – Rede de Resistências ao EMMT em Rondônia



Fonte: Elaboração Própria.

Toda essa rede descrita na Figura 6 culminou em recomendações à SEDUC, sendo que, o MP/RO, por meio da 2ª Promotoria de Justiça de Colorado do Oeste/RO, em 15 de março de 2016 emitiu liminar obrigando o Estado a suspender as aulas no Ensino Médio com Mediação Tecnológica até que fossem preenchidos todos os requisitos exigidos pela legislação. O CEE/RO encaminhou Ofício n. 315/2016-CEE/RO, datado de 08 de junho de 2016, solicitando ajustes no Projeto. E, como resultado da Audiência Pública realizada em 23 de junho de 2016, uma série de recomendações foi redigida, sendo:

Que seja criado um projeto para a formação de Educação do Campo, de professores em Educação do Campo, seja construída uma coordenadoria de educação voltada para o campo. Valorizar os educandos do curso de licenciamento em Educação do Campo. Que se cumpra a Lei de Diretrizes de Base que trata a Educação do Campo; que seja elaborado um TAC, um Termo de Ajuste de Conduta entre os envolvidos na educação para estabelecer critérios no projeto de Mediação Tecnológica (RONDÔNIA, 2016).

Dessas recomendações, a SEDUC atendeu ao solicitado pelo CEE/RO, até porque esta era uma prerrogativa para que o Projeto fosse aprovado. De certa forma, mesmo não tendo sido suspenso o Projeto conforme liminar emitida pela Promotoria de Colorado do Oeste/RO, a legislação foi alterada estando o Ensino Mediado por Tecnologia previsto na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira a partir de 2017 através do Decreto nº 9.053 (Regulamenta o art. 80 da Lei nº 9.394). E, das recomendações resultantes da Audiência Pública, a SEDUC não atendeu ao estabelecido e, possivelmente não atenderá visto que o Projeto já foi aprovado em 2016.

Contudo, o MP/RO realizou visitas a todas as escolas inseridas no EMMT para avaliar o Projeto³², e, está finalizando um relatório sobre o Ensino Mediado por Tecnologia em Rondônia, que deverá ser divulgado ainda em 2018³³. Não sabemos o conteúdo e nem tampouco as orientações contidas nesse relatório, no entanto, entendemos que este documento será importante para as decisões políticas e administrativas com relação ao futuro do Ensino Médio com Mediação Tecnológica em Rondônia.

³² Conforme citado pelo Procurador de Justiça Rodney Pereira de Paula na Audiência Pública para debater sobre a implantação do ensino tecnológico no estado de Rondônia. Ata publicada no DOE-ALE/RO Nº 124, Porto Velho, 22 julho 2016.

³³ Informação obtida por telefone junto à assessoria técnica do MP/RO em 23 maio 2018.

3 PROPOSTAS DE MELHORIA PARA IMPLANTAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS COMO O PROJETO ENSINO MÉDIO COM MEDIAÇÃO TECNOLÓGICA

O Projeto Ensino Médio com Mediação Tecnológica foi implementado em Rondônia com o objetivo de ofertar o ensino médio concomitante à educação profissional aos estudantes residentes nas localidades de difícil acesso, com demanda reprimida, e suprir a carência de profissionais habilitados existente na rede estadual de ensino. Porém, as resistências à essa iniciativa dificultaram sua implementação em algumas localidades.

Esta dissertação, portanto, objetivou investigar as resistências que dificultaram a implementação do Projeto EMMT na CRE de Cacoal, sendo para isso realizada uma pesquisa de caráter qualitativo, tendo como instrumentos a aplicação de questionários e entrevistas. A partir da coleta de dados por meio destes instrumentos, da análise dos resultados e de documentos encontrados foi possível mapear as resistências e perceber a existência de uma rede de influências que modificou a política educacional proposta.

Neste terceiro capítulo, o objetivo é propor ações que amenizem as resistências e demais fatores que têm dificultado a implementação do Projeto EMMT. Desta forma, o capítulo está estruturado em três seções, sendo que a primeira apresenta, a partir da análise dos resultados da pesquisa, como será desenvolvido o Plano de Ação Educacional (PAE). Nesta seção, está a descrição da técnica utilizada na proposição de ações, bem como a divisão dessas ações em dois grupos: ações esperadas e ações desejáveis. Na segunda seção apresentamos as ações esperadas no âmbito da Coordenadoria Regional de Educação, visto que são intervenções a serem realizadas nas escolas inseridas no Projeto jurisdicionadas à CRE/Cacoal. E, na terceira seção, estão as ações desejáveis, que sendo de competência da SEDUC sugerem intervenções no Projeto Ensino Médio com Mediação Tecnológica com abrangência estadual.

3.1 Plano de Ação

Os resultados da pesquisa mostraram que resistências surgiram da insatisfação pela não participação dos diversos atores (sindicatos, universidade e movimentos sociais) na elaboração do Projeto, bem como a ausência na proposta, da valorização cultural e regional das diferentes comunidades, sendo que no EMMT, a metodologia aplicada faz com que todos tenham as mesmas aulas independentemente da localidade.

De igual modo, a falta de um diagnóstico inicial para conhecer a viabilidade do Projeto nas diferentes localidades acabou criando resistências nas comunidades que não são de difícil acesso e nem tampouco sofrem com a falta de professores habilitados, resultando em rejeição por parte de Professores, estudantes e pais.

A ausência da inserção de atribuições específicas para a instituição escolar com relação ao Projeto na Proposta Curricular da Escola faz com que as equipes gestora e pedagógica não tenham o EMMT como parte da escola, e sim como um Projeto que utiliza a escola, passando a ser entendida como sendo um Projeto de inteira responsabilidade da equipe da SEDUC. Tal situação provoca resistências dentro da própria instituição escolar, induzindo estudantes a procurarem o ensino médio regular, mesmo em outras escolas.

Por fim, as dificuldades enfrentadas pelos Professores Presenciais em atender os estudantes em suas dúvidas e dificuldades em todos os componentes curriculares têm sido um fator de desconforto para estes profissionais que se dizem carentes de formações que os auxiliem a lidar com as especificidades das disciplinas.

Deste modo, a partir da análise dos resultados apresentamos uma proposta de intervenção que sugere a execução de um plano com dois tipos de ações: i) ações esperadas, no âmbito da Coordenadoria Regional de Educação e, ii) ações desejáveis, de competência da SEDUC. As ações foram assim divididas considerando o raio de abrangência das ações propostas: de um lado, Sindicalistas, Professores, pais e estudantes locais, o que permite ações a serem realizadas pela Coordenadoria Regional de Educação, e, de outro, instituições e movimentos de nível estadual, o que exige que as ações propostas sejam de competência da SEDUC. Importante esclarecer que as ações desejáveis diferem das ações esperadas porque a implementação destas dependem de uma instância superior à Coordenadoria Regional de Educação.

Como ações esperadas destacamos: 1- inserção da Proposta Curricular do EMMT na Proposta Curricular e Projeto Político Pedagógico das escolas inseridas no Projeto; 2- criação de uma sistemática de acompanhamento e monitoramento de ações do EMMT por parte da Coordenação do Projeto na CRE; 3- reuniões mensais entre a Coordenação do Projeto na CRE, os Professores Presenciais e a Supervisão Escolar das escolas inseridas no Projeto. Como ações desejáveis definimos: 1- diagnóstico de viabilidade para saber em quais localidades o projeto deveria ser realmente implementado; 2- inserção na proposta curricular de duas disciplinas escolhidas pela comunidade para incluir a diversidade local; 3- criação de uma sistemática de Formação em Serviço para os Professores Presenciais.

Acreditamos que mediante a execução do Plano de Ação Educacional (PAE), dividido em duas categorias, as resistências e demais fatores que têm dificultado a implementação do Projeto EMMT poderão ser minimizadas ou dissolvidas. Para facilitar a identificação das proposições, no Quadro 8 as ações estão separadas por categorias.

Quadro 8 – Categorias de ações propostas

Categoria	Ação
Ações esperadas	Inserção da Proposta Curricular do EMMT na Proposta Curricular e Projeto Político Pedagógico das escolas inseridas no Projeto.
	Criação de uma sistemática de acompanhamento e monitoramento de ações do EMMT por parte da Coordenação do Projeto na CRE.
	Reuniões mensais entre a Coordenação do Projeto na CRE, os Professores Presenciais e a Supervisão Escolar das escolas inseridas no Projeto.
Ações desejáveis	Diagnóstico de viabilidade do Projeto EMMT nas comunidades.
	Inserção na Matriz Curricular do Projeto EMMT de duas disciplinas escolhidas pela comunidade local.
	Criação de uma sistemática de Formação Continuada em Serviço para os Professores Presenciais.

Fonte: Elaboração própria.

A realização das ações esperadas, descritas no Quadro 8, permitirá reduzir as resistências, principalmente de estudantes, pais e profissionais das escolas inseridas no Projeto, visto que a inserção da Proposta Curricular do EMMT nos documentos das escolas (Projeto Político Pedagógico e Proposta Curricular da Escola), fará com que a equipe escolar assuma responsabilidades para com o Projeto, compartilhando com a comunidade as decisões relativas ao EMMT. Também a sistemática de acompanhamento e monitoramento e as reuniões mensais envolvendo a Coordenação do Projeto na CRE, Professores Presenciais e Supervisão Escolar das escolas, visam reduzir os problemas enfrentados no dia a dia, melhorando o processo educativo e aproximando docentes e discentes da metodologia proposta pelo ensino mediado pela tecnologia.

De igual modo, as ações desejáveis têm o objetivo de reduzir as resistências. O diagnóstico de viabilidade do Projeto EMMT nas comunidades proporcionará a implementação do modelo em localidades específicas, oportunizando, a otimização dos investimentos. Além disso, essas ações poderão amenizar as resistências por meio da inserção na Matriz Curricular de duas disciplinas escolhidas pela comunidade e da proposta de Formação Continuada aos Professores Presenciais, o que permitirá elevar a qualidade do atendimento oferecido no Projeto.

As ações de intervenção foram estabelecidas com base nos resultados da pesquisa de campo, obtidos a partir da análise documental, questionários aplicados aos estudantes inseridos no Ensino Médio com Mediação Tecnológica e gestores das escolas inseridas no Projeto em Ministro Andreazza e no distrito de Riozinho, e, entrevistas realizadas com dois Professores Presenciais (um de Ministro Andreazza e um do distrito de Riozinho), com o representante do Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Rondônia (SINTERO) em Cacoal, com uma Professora do Curso de Mestrado em Educação da Universidade Federal de Rondônia (UNIR), com a Diretora Geral de Educação da SEDUC e com a Gerente do Projeto na SEDUC.

As ações que compõem o Plano de Ação Educacional (PAE) são apresentadas por meio da ferramenta gerencial utilizada na elaboração de projetos denominada 5W2H, que permite mais clareza sobre o quê (ações), por quê (justificativa), onde (local), quando (tempo), quem (responsabilidade), como (método) e quanto custará (custo).

3.2 Ações esperadas, no âmbito da Coordenadoria Regional de Educação

As ações esperadas são sugestões para desenvolvimento, no âmbito da Coordenadoria Regional de Educação (CRE) pois, de acordo com a pesquisa realizada, temos pessoas diretamente ligadas ao Projeto EMMT na escola, como Professores e demais profissionais, estudantes e pais que rejeitaram a proposta de ensino mediado por tecnologia. Espera-se, então, que ações sejam desenvolvidas em âmbito local (Coordenadoria) para a superação dessas resistências.

A CRE possui atuação direta junto às escolas, atendendo as necessidades de informações pedagógicas e administrativas a nível local, e coordenando, orientando, acompanhando e avaliando as ações das unidades escolares da área de sua abrangência. Além disso, à CRE compete implantar e implementar a política de educação da Secretaria de Estado da Educação, nas escolas sob sua jurisdição. Ou seja, percebemos a CRE como instituição capaz de intervir na realidade que se apresenta.

Nesta perspectiva e com o intuito de minimizar as resistências ao Projeto Ensino Médio com Mediação Tecnológica, apresentamos a seguir, três propostas de ações a serem desenvolvidas pela Coordenadoria de Educação junto às escolas inseridas no EMMT jurisdicionadas à regional de Cacoal.

3.2.1 Inserção da Proposta Curricular do EMMT na Proposta Curricular e Projeto Político Pedagógico das escolas inseridas no Projeto

A Proposta Curricular das escolas é um documento que apresenta a estrutura curricular contendo, além dos conteúdos próprios de cada disciplina, as competências e habilidades a serem desenvolvidas pelos estudantes no seu processo educativo e, mais que isso, inclui estudos específicos sobre assuntos que envolvem a clientela escolar de cada instituição. Desse modo, a Proposta Curricular das escolas abrange todas as modalidades e Projetos atendidos na instituição com foco na metodologia adotada.

Já o Projeto Político Pedagógico da escola reúne os objetivos que a instituição deseja alcançar, as metas que precisa cumprir e os sonhos que deseja realizar. Assim, podemos dizer que o Projeto Político Pedagógico é um documento que apresenta ações concretas que deverão ser realizadas durante determinado período de tempo, estabelecendo e organizado as atividades e os projetos educativos necessários ao processo de ensino e aprendizagem da instituição.

Entendemos então, que a ausência da Proposta curricular do Projeto Ensino Médio com Mediação Tecnológica nestes documentos orientadores do trabalho escolar das instituições, desobriga a equipe escolar das responsabilidades frente a esse Projeto. Por isso, no Quadro 9, descrevemos essa ação que visa fazer com que as escolas inseridas no EMMT entendam a metodologia do Projeto e se sintam responsáveis pelo acompanhamento das atividades, suporte aos Professores Presenciais e estudantes, e, ainda, pelos resultados alcançados.

Quadro 9 – Proposta de inserção da Proposta Curricular do EMMT na Proposta Curricular e Projeto Político Pedagógico das escolas inseridas no Projeto

(Continua)

O quê?	Inserir a Proposta Curricular do EMMT na Proposta Curricular e Projeto Político Pedagógico das escolas inseridas no Projeto.
Por quê?	Para melhorar o acompanhamento das atividades, o suporte aos Professores Presenciais e estudantes, e, a responsabilização pelos resultados alcançados nas escolas.
Onde?	Nas escolas inseridas no Projeto.
Quando?	De dezembro de 2018 a fevereiro de 2019.
Quem?	Equipe pedagógica das Escolas e Professores Presenciais, com o apoio da Coordenação do EMMT na CRE.
Como?	A partir do recebimento da Proposta Curricular dos conteúdos a serem ministrados em cada ano escolar do EMMT, juntamente com as competências e habilidades a serem desenvolvidas, a equipe pedagógica das escolas e Professores Presenciais se reunirão para pensar e debater, organizar e atualizar a Proposta Curricular da Escola de modo que o EMMT seja contemplado neste documento; Após a atualização da Proposta Curricular da Escola, a equipe escolar atualizará o Projeto Político Pedagógico de modo a contemplar o Projeto EMMT;

Quadro 9 – Proposta de inserção da Proposta Curricular do EMMT na Proposta Curricular e Projeto Político Pedagógico das escolas inseridas no Projeto

(Conclusão)

	A aprovação de ambos os documentos ocorrerá em Assembleia com a comunidade escolar.
Quanto?	R\$ 200,00 por escola para material impresso e encadernações, a ser financiado pela instituição escolar por meio do Programa de Apoio Financeiro (PROAFI) da Secretaria de Estado da Educação de Rondônia, nos termos da Lei Nº 3.350 de 24 de abril de 2014.

Fonte: Elaboração própria.

Como se pode observar no Quadro 9, as escolas não irão criar uma Proposta Curricular para o Projeto EMMT, mas sim, inserir a Proposta Curricular elaborada pelos Professores Ministrantes e Equipe Pedagógica responsável pelo EMMT na SEDUC nos documentos da escola, apropriando-se da metodologia proposta e ampliando suas ações mediante a colaboração dos Professores Presenciais e da equipe pedagógica de cada instituição inserida no EMMT.

É importante destacar que a Proposta Curricular e o Projeto Político Pedagógico das escolas devem ser atualizados periodicamente e aprovados pela comunidade escolar durante Assembleia. Entretanto, antes de aprovados, os documentos (Proposta Curricular e Projeto Político Pedagógico) devem ser apresentados para a comunidade, geralmente através de explanação realizada por alguém da equipe pedagógica escolar. Após apreciação, ocorre a votação.

Neste processo de aprovação pela comunidade, espera-se quebrar e/ou minimizar uma parcela das resistências ao Projeto por meio do conhecimento acerca da metodologia utilizada, visto que o detalhamento da proposta do EMMT pode responder às dúvidas e questionamentos que têm desafiado pais e estudantes a aceitarem o ensino mediado por tecnologia.

Outrossim, a inserção do EMMT na rotina dos profissionais da instituição escolar, a partir da inserção deste nos documentos oficiais da escola, independentemente de estarem inseridos no Projeto ou não, provoca melhor entendimento da proposta e permite enxergar a oportunidade de se oferecer mais de uma forma de atendimento educacional na instituição.

3.2.2 Criação de uma sistemática de acompanhamento e monitoramento de ações do EMMT por parte da Coordenação do Projeto na CRE

As dificuldades enfrentadas pelos Professores Presenciais para desenvolver suas funções no Projeto, especialmente com relação às atividades e dúvidas dos estudantes nos

componentes curriculares diferentes de sua formação é um fator que gera resistências por parte desses profissionais que não conseguem atender o alunado de forma satisfatória, e, de igual modo, gera resistências dos estudantes que não conseguem um aproveitamento adequado. Portanto, entendemos que apenas inserir o EMMT na rotina escolar não será suficiente para a mudança de postura frente ao Projeto.

Dessa maneira, a proposta de criação de uma sistemática de acompanhamento e monitoramento de ações do EMMT por parte da Coordenação do Projeto na CRE visa, além de melhorar o acompanhamento das atividades, dar suporte aos Professores Presenciais e aos estudantes inseridos no Projeto.

O monitoramento constante gera informações importantes à Coordenação do Projeto, principalmente dos pontos de atenção que necessitam de ações corretivas, sendo que, mediante esse acompanhamento, será possível propor alternativas no menor espaço de tempo possível. No Quadro 10 está a descrição dessa proposta.

Quadro 10 – Proposta de criação de uma sistemática de acompanhamento e monitoramento de ações do EMMT por parte da Coordenação do Projeto na CRE

O quê?	Criar uma sistemática de acompanhamento e monitoramento de ações do EMMT por parte da Coordenação do Projeto na CRE.
Por quê?	Para melhorar o acompanhamento das atividades, o suporte aos Professores Presenciais e estudantes.
Onde?	Nas escolas inseridas no Projeto.
Quando?	Mensalmente.
Quem?	Coordenação do Projeto EMMT na CRE.
Como?	Através de um cronograma de visitas mensais a cada uma das Escolas inseridas no EMMT para assessoramento técnico e pedagógico; Relatório de visitas contendo pontos de destaque e pontos de atenção.
Quanto?	R\$ 20,00 mensais para impressão de Relatórios, a serem financiados com recursos da Coordenadoria Regional de Educação; Veículo com motorista para deslocamento.

Fonte: Elaboração própria.

Conforme descrito no Quadro 10, a sistemática de acompanhamento e monitoramento de ações do EMMT por parte da Coordenação do Projeto na CRE resultará em Relatórios de visitas por escola, contendo pontos de destaque e pontos de atenção. Nos pontos de destaque serão enfatizadas as ações que a escola (Professores, equipe pedagógica e estudantes) tem realizado adequadamente para conquistar os resultados esperados no Projeto. Por outro lado, nos pontos de atenção estarão as situações que devem ser melhoradas, repensadas ou corrigidas.

É importante destacar que cada ponto de atenção deve estar acompanhado de uma medida sugestiva da Coordenação do Projeto na CRE para atacar o problema identificado. Por consequência, tendo sido o ponto de atenção corrigido por meio da intervenção sugerida, o fato deve ser registrado no Relatório de visitas seguinte como ponto de destaque, sendo apresentado seus resultados positivos.

Para o desenvolvimento desta ação é importante estabelecer um cronograma de visitas, de forma que todas as turmas de EMMT sejam contempladas com uma visita mensal da Coordenação do Projeto na CRE, de forma que esse acompanhamento vire rotina e com isso, passe a ser visto com naturalidade tanto por profissionais da escola quanto por estudantes. Essa “naturalidade” é imprescindível para que a Coordenação do Projeto na CRE consiga um panorama das situações vivenciadas nas escolas e, a partir de então, tenha condições de orientar as ações de intervenção para cada ponto de atenção detectado.

Por mais que esta ação seja desenvolvida pela Coordenação do Projeto na CRE, ela irá estimular os Professores Presenciais e a equipe pedagógica escolar a superar os desafios e melhorar os pontos de atenção que serão estabelecidos nos relatórios mensais (Relatórios de Visita). A presença desta Coordenação na escola permitirá ainda, o levantamento de necessidades pedagógicas, tecnológicas e de infraestrutura a serem enviadas à Gerência de Mídias na SEDUC, para providências.

3.2.3 Reuniões mensais entre a Coordenação do Projeto na CRE, Professores Presenciais e Supervisão Escolar das escolas inseridas no Projeto

Além das atribuições pedagógicas, os Professores Presenciais também necessitam realizar atividades burocráticas de registro de aulas, atividades e notas. Mais que isso, a partir de diferentes instrumentos como atividades e avaliações recebidas por e-mails, aulas gravadas, e outros, precisam planejar o gerenciamento das aulas a serem desenvolvidas diariamente e registrá-las no Diário Eletrônico. No entanto, tais afazeres nem sempre são entendidos por todos os Professores Presenciais, o que acarreta em problemas que por vezes a supervisão escolar não consegue resolver.

Outrossim, apesar das visitas mensais e dos Relatórios de Visitas gerados a partir do acompanhamento e monitoramento de ações do EMMT por parte da Coordenação do Projeto na CRE, por vezes surgem situações que não são possíveis de solução apenas mediante orientações contidas em relatório, sendo necessário um atendimento com orientação presencial.

Assim, a próxima proposta é a realização de reuniões mensais entre a Coordenação do Projeto na CRE, Professores Presenciais e Supervisão Escolar das escolas inseridas no Projeto.

A Coordenação do EMMT na CRE utilizará os pontos de destaque (ações que a escola tem realizado adequadamente) e os pontos de atenção (situações que devem ser melhoradas, repensadas ou corrigidas), resultantes da ação descrita na subseção anterior, como subsídio durante as reuniões que terão abordagens pedagógicas (planejamento) e burocráticas (formação técnica), onde muitas questões poderão ser socializadas e problemas resolvidos. No Quadro 11 consta a descrição dessa ação.

Quadro 11 – Proposta de reuniões mensais entre a Coordenação do Projeto na CRE, Professores Presenciais e Supervisão Escolar das escolas inseridas no Projeto

O quê?	Realizar reuniões mensais entre a Coordenação do Projeto na CRE, Professores Presenciais e Supervisão Escolar das escolas inseridas no Projeto.
Por quê?	Para socializar as dificuldades enfrentadas e experiências exitosas do processo pedagógico do Projeto, auxiliando os Professores Presenciais nas questões burocráticas e planejamento coletivo de ações.
Onde?	Na Coordenadoria Regional de Educação.
Quando?	Na terceira segunda-feira de cada mês, período matutino.
Quem?	Coordenação do Projeto EMMT na CRE; Professores Presenciais; Supervisão Escolar das escolas inseridas no Projeto.
Como?	Através da realização de reuniões mensais envolvendo todas as Escolas inseridas no EMMT – Professores Presenciais e Supervisão Escolar - promovendo a discussão permanente de assuntos pedagógicos, auxiliando nas questões burocráticas e planejando coletivamente; Portfólio das reuniões realizadas.
Quanto?	R\$ 100,00 mensais para lanche, café e material impresso a ser utilizado nas reuniões. Considerando 11 meses úteis, o gasto total para esta ação será de R\$ 1.100,00 no ano, a ser financiado com recursos da Coordenadoria Regional de Educação.

Fonte: Elaboração própria.

O planejamento é um instrumento importante para o exercício da docência, tanto para o Professor Ministrante como para o Professor Presencial, porque a partir dele é possível selecionar objetivos específicos para a turma, pensar a execução de atividades e desenvolvê-las na sala de aula.

Então, durante as reuniões mensais entre a Coordenação do Projeto na CRE, Professores Presenciais e Supervisão Escolar das escolas inseridas no Projeto, mesmo que as aulas e atividades propostas estejam planejadas pelos Professores Ministrantes, serão discutidas ações para ajudar os estudantes com mais dificuldade de aprendizagem e estabelecidas estratégias para fortalecer o convívio e a coletividade da turma, bem como da turma para com a escola.

Questões burocráticas também serão abordadas nas reuniões mensais, considerando que o registro das aulas no Diário de Classe, a correção das atividades e avaliações, os instrumentais de necessidade de recuperação, relatórios de cada componente curricular encerrado são de responsabilidade do Professor Presencial. Por fim, a Coordenação do Projeto na CRE manterá um Portfólio atualizado com as discussões e deliberações de cada reunião.

3.3 Ações desejáveis, de competência da SEDUC

Para minimizar as resistências, são necessárias também ações que incluam os diferentes atores envolvidos no processo, respeitando seus interesses e acolhendo suas sugestões de melhoria do Projeto. Importante seria a adoção de uma espécie de “atitude diagnóstica” por parte da SEDUC, que poderia, com o mapa de resistências em mãos, pensar em ampliar as ações desejáveis a partir da conversa com alguns grupos de atores mapeados como “resistentes”, ou seja, procurando e ouvindo esses atores e, desenhando ações que os contemplem. Mediante o atendimento de seus interesses, esses atores passariam a causar menos conflitos, aceitando mais facilmente o EMMT em decorrência de sua participação nas decisões acerca do desenvolvimento da proposta.

Sugerimos então, ações desejáveis, de competência da SEDUC, visto serem de abrangência estadual, e, portanto, além das possibilidades de execução da Coordenadoria Regional de Educação. Entendemos que o desenvolvimento das ações desejáveis descritas nesta seção poderá minimizar as resistências ao passo que aproximam a escola da comunidade e permitem a participação desta nas decisões relativas às atividades desenvolvidas no EMMT. Além disso, proporcionam, a partir da sistemática de Formação Continuada em Serviço de Professores Presenciais, um atendimento educacional com mais qualidade para os estudantes inseridos no Projeto.

3.3.1 Diagnóstico de viabilidade do Projeto EMMT nas comunidades

Uma reclamação muito presente nos discursos de vários atores ligados ao Projeto EMMT e percebida nas entrevistas realizadas durante a pesquisa é a implementação do ensino mediado por tecnologia em lugares que não são de difícil acesso e nem tampouco carecem de

profissionais habilitados – fato gerador de resistências por parte da Universidade e de Sindicatos.

Propomos, então, um diagnóstico de viabilidade do EMMT nas diferentes localidades, a ser realizado pela equipe técnica da Secretaria de Estado da Educação, com o intuito de levantar informações para a tomada de decisão: o Projeto EMMT é viável para determinada comunidade considerando-se a sua localização, a demanda existente e a carência de profissionais?

Outrossim, o diagnóstico de viabilidade para saber em quais localidades o projeto deveria ser realmente implementado é importante para o planejamento da efetivação da política, reduzindo o esforço em se tentar implementar o Projeto nas localidades resistentes, visto que, após o diagnóstico, a SEDUC terá um mapa das localidades em que o EMMT é viável, podendo fazer investimentos pontuais, correndo um risco menor de rejeição à política ou ainda, dependendo do nível de resistência, resultar no encerramento do Projeto. No Quadro 12 está apresentado o Plano de Ação para esse diagnóstico.

Quadro 12 – Proposta de diagnóstico de viabilidade do Projeto EMMT nas comunidades

O quê?	Realizar diagnóstico de viabilidade do Projeto EMMT.
Por quê?	Para identificar as comunidades que realmente necessitam do Projeto EMMT.
Onde?	Nas localidades em que o EMMT já foi implementado e naquelas em que há interesse de se implementar.
Quando?	Setembro, outubro e novembro de 2018.
Quem?	Equipe Técnica da Diretoria Geral de Educação da SEDUC.
Como?	Visita de verificação física às comunidades selecionadas; Análise do seu quadro de lotação de professores e funcionários; Reunião envolvendo a Coordenadoria Regional de Educação à que a escola pertence, a comunidade escolar e local; Relatório de viabilidade do Projeto EMMT na comunidade.
Quanto?	Diárias para as pessoas que compõem a equipe no valor de R\$ 250,00 cada; veículo oficial da SEDUC com motorista para o traslado da equipe. Estimativa: equipe composta de 2 pessoas + motorista = R\$ 750,00 por dia. Tempo médio de 4 dias para cada visita adicionado o deslocamento = 3.000,00 por localidade visitada. Recursos oriundos do orçamento da Secretaria de Estado da Educação (SEDUC).

Fonte: Elaboração própria.

Para otimizar o período de realização do diagnóstico e diminuir os custos da ação, optamos por equipes compostas por 2 pessoas, mais o motorista, para que assim, o primeiro dia seja destinado ao deslocamento da equipe até o município de destino; no segundo dia a dinâmica aconteça em dois momentos, sendo que no período matutino uma pessoa fique responsável pela verificação física, e, outra pessoa fique responsável pela análise do quadro de lotação de

professores e funcionários junto à gestão escolar. Feito isso, no período vespertino, os dois técnicos se reúnem com representantes da Coordenadoria Regional de Educação à que a escola pertence, a comunidade escolar e local para expor a proposta e ouvir sugestões; no terceiro dia a equipe elabora o Relatório de viabilidade do Projeto EMMT daquela comunidade; e, no quarto dia acontece o deslocamento da equipe de volta à capital.

Caso haja naquele município duas comunidades em que exista a intenção de se manter ou implementar o Projeto EMMT, a equipe poderá ser composta de 4 pessoas, mais o motorista, sendo então duas comunidades visitadas concomitantemente por 2 técnicos da SEDUC. Ou ainda, se houverem mais comunidades a serem visitadas no município, cada membro da equipe poderá receber, ao invés de quatro, seis diárias e realizar o diagnóstico de viabilidade do Projeto em até quatro comunidades na mesma semana.

Considerando o período de realização desse diagnóstico ser de 3 meses (setembro, outubro e novembro de 2018), o que equivale a 13 semanas, serão formadas pelo menos 4 equipes para assim, realizar a ação nos 52 municípios de Rondônia.

3.3.2 Inserção na Matriz Curricular do Projeto EMMT de duas disciplinas escolhidas pela comunidade local

Durante a pesquisa foram identificadas resistências à política sob justificativa de que o EMMT não considera as diversidades regionais e econômicas das comunidades camponesas, indígenas e quilombolas, visto que a mesma aula é ministrada para todos os estudantes inseridos no Projeto, independentemente de sua condição cultural.

Então, uma outra ação importante nesta etapa de ações desejáveis é a inserção na Matriz Curricular do EMMT de duas disciplinas escolhidas pela comunidade local. Desse modo, será possível introduzir conteúdos que incluam a diversidade de cada comunidade. Em comunidades indígenas, poder-se-ia incluir, caso a coletividade assim decida, além dos componentes curriculares comuns, uma disciplina de Artesanato e Cultura Indígena e uma disciplina de Língua Materna, por exemplo. Essas disciplinas poderiam ser trabalhadas pelo próprio Professor Presencial, caso tenha habilidades para isso, ou por alguém indicado pela respectiva comunidade local, ou ainda, dependendo da disciplina, ser ministrada por ensino mediado por tecnologia e transmitido para as comunidades que optarem por esta.

De igual modo, as comunidades do Campo, dependendo da região, poderiam optar por disciplinas que contemplassem as vivências desse alunado, como por exemplo, sobre a

pecuária, o cultivo do café, técnicas que possibilitem a obtenção de maior produtividade, entre outros. Nas regiões onde o milho e a soja são a base econômica das comunidades, um tema importante que poderia ser transformado em disciplina seria a rotação de culturas, a partir da prática do manejo no intuito de recuperar o solo, diminuindo o risco de erosão e perda de nutrientes com as enxurradas.

Esta ação tem a função de aproximar a comunidade da Proposta Curricular do EMMT, favorecendo a manutenção e valorização das diferentes culturas dessas comunidades. Desse modo, as resistências poderiam ser minimizadas visto que a comunidade se vê inserida na proposta. No Quadro 13 descrevemos esta ação.

Quadro 13 – Proposta de inserção na Matriz Curricular do Projeto EMMT de duas disciplinas escolhidas pela comunidade local

O quê?	Inserir no EMMT duas disciplinas escolhidas pela comunidade local.
Por quê?	Para valorizar as diferenças culturais e regionais de cada comunidade.
Onde?	Na Matriz Curricular do Ensino Médio Mediado por Tecnologia.
Quando?	Dezembro de 2018.
Quem?	Gerência do Centro de Mídias da SEDUC e Coordenadorias Regionais de Educação.
Como?	Adequação da carga horária dos componentes curriculares da Matriz Curricular do EMMT; Elaboração e homologação de Portaria de alteração da Matriz Curricular do EMMT contendo sugestão de possíveis disciplinas e sua regulamentação, bem como, critérios para a escolha de Professores Ministrantes dessas disciplinas; Reunião via Mediação Tecnológica para orientação às Coordenadorias Regionais de Educação e Escolas inseridas no EMMT para que mobilizem a escolha das disciplinas de livre escolha; Reunião presencial entre os técnicos da CRE e Escolas inseridas no EMMT com a comunidade local para repasse da Portaria de alteração da Matriz Curricular e escolha de duas disciplinas para composição da nova Matriz Curricular do EMMT daquela comunidade.
Quanto?	R\$ 200,00 para realização das reuniões com a comunidade local, a ser financiado pela instituição escolar por meio do Programa de Apoio Financeiro (PROAFI) da Secretaria de Estado da Educação de Rondônia, nos termos da Lei Nº 3.350 de 24 de abril de 2014.

Fonte: Elaboração própria.

Esta ação deve ser pensada em três momentos, sendo que no primeiro, a Gerência do Centro de Mídias da SEDUC precisa adequar a carga horária dos componentes curriculares da Matriz Curricular de modo a contemplar a carga horária das duas disciplinas a serem inseridas a partir da escolha da comunidade. A seguir, será necessário elaborar e homologar a Portaria de alteração da Matriz Curricular do EMMT, com a sugestão de possíveis disciplinas e sua regulamentação, bem como, critérios para a escolha de Professores Ministrantes dessas disciplinas.

No segundo momento, esse material deverá ser compartilhado com as Coordenadorias Regionais de Educação e escolas inseridas no Projeto. Assim como as escolas inseridas no EMMT, cada Coordenadoria Regional de Educação possui televisor, antena e receptor para receber o sinal da Mediação Tecnológica, logo, a reunião seria transmitida dos estúdios do IFRO para todas as Coordenadorias, sendo a comunicação dos técnicos das Coordenadorias e equipe escolar para com a SEDUC, durante esta reunião, realizada por um Grupo de WhatsApp criado exclusivamente para este momento, a exemplo do que acontece nas salas presenciais do EMMT.

A partir dessa reunião entre Coordenadorias, Escolas e SEDUC, em um terceiro momento, a equipe técnica das CREs agirá para mobilizar as escolas e comunidade local para o processo de escolha das duas disciplinas e a reorganização da Matriz Curricular das instituições de ensino inseridas no Ensino Médio com Mediação Tecnológica.

Essa ação está definida como pertencente ao grupo de ações desejáveis porque depende da mobilização inicial da SEDUC. A CRE só conseguirá realizá-la se o primeiro e o segundo momento, conforme descrito anteriormente, forem realizados pela Secretaria de Educação.

3.3.3 Criação de uma sistemática de Formação Continuada em Serviço para os Professores Presenciais

A Formação Continuada em Serviço deve permitir a discussão sobre as questões enfrentadas pelo professor na sala de aula, pois o aprimoramento profissional dentro do ambiente de trabalho é um dos mais eficientes instrumentos para a melhoria do ensino e da aprendizagem.

Neste sentido, ao analisarmos os resultados da pesquisa, temos que Professores Presenciais não têm muita clareza sobre os procedimentos e conteúdos que serão transmitidos durante as aulas e, então, se dizem despreparados para esse desafio, necessitando de formações em serviço para terem condições de desempenharem suas funções a contento.

E então, para finalizar as proposições de ações desejáveis, sugerimos a criação de uma sistemática de Formação Continuada em Serviço para os Professores Presenciais. Esta ação visa auxiliar os Professores Presenciais nos desafios que têm enfrentado para sanar dúvidas e orientar as atividades dos estudantes durante as aulas e assim melhorar o atendimento aos discentes, resultando na diminuição das resistências por parte do alunado inserido no EMMT. Esta ação está descrita no Quadro 14, a seguir:

Quadro 14 – Proposta de criação de uma sistemática de Formação Continuada em Serviço para os Professores Presenciais

O quê?	Criar uma sistemática de Formação Continuada em Serviço para os Professores Presenciais.
Por quê?	Para auxiliar os Professores Presenciais nas suas dificuldades de atendimento aos estudantes durante as aulas.
Onde?	Nos Estúdios localizados em Porto Velho e nas Coordenadorias Regionais de Educação.
Quando?	Na primeira segunda-feira de cada mês, período matutino.
Quem?	Coordenação Pedagógica do EMMT na SEDUC; Professores Ministrantes de cada componente curricular; Professores Presenciais; Coordenação do EMMT nas CREs.
Como?	Encontros mensais de 3 horas de duração nas CREs com transmissão da Formação ao vivo via Mediação Tecnológica para as 18 CREs e interação via Grupo de WhatsApp.
Quanto?	R\$ 150,00 por encontro para lanche, café e material impresso a ser utilizado nas Formações para cada uma das 18 CREs e SEDUC, totalizando R\$ 2.850,00 mensais. O financiamento ocorrerá de duas formas: para a equipe de estúdio será custeado pela SEDUC, e, para o grupo de Professores Presenciais e Coordenação do EMMT na CRE, pelas Coordenadorias Regionais de Educação.

Fonte: Elaboração própria.

Os horários de estudo coletivo devem ser predefinidos, com duração suficiente para o desenvolvimento de estratégias formativas. Nesta perspectiva, a sistemática de Formação Continuada em Serviço será coordenada nos estúdios pela Coordenação Pedagógica do EMMT na SEDUC, sendo a pauta dividida pelos Professores Ministrantes, e, nas Coordenadorias Regionais de Educação, a organização é de responsabilidade da Coordenação do EMMT na CRE. Serão estudados assuntos relativos a conteúdos a serem ministrados durante o mês, bem como assuntos relacionados às atividades que serão sugeridas aos estudantes, e, ainda, assuntos pontuais sugeridos pelos Professores Presenciais considerando suas necessidades. Contudo, a formação será eficiente se levar os professores a repensarem e transformarem sua maneira de acompanhar os estudantes para fazer com que todos eles aprendam.

A escolha pelo formato de estudos via Mediação Tecnológica é proposital para aproximar os Professores Presenciais da metodologia vivenciada pelos estudantes inseridos no EMMT. Então, a sugestão é de que aconteça no período matutino, porque a veiculação das aulas aos estudantes acontece no período vespertino, sendo utilizado assim, o contraturno para que os Professores Presenciais possam participar das Formações Continuidas em Serviço. Tal Formação será mensal, na CRE, e, deverá ter 3 (três) horas de duração, para que os Professores Presenciais tenham condições de deslocamento até a escola de atuação após o momento de Formação, sem prejuízo de horário.

Enfim, entendemos que, se bem estruturada, a Formação Continuada em Serviço desses profissionais, a partir da utilização das mesmas ferramentas de ensino adotadas no modelo de ensino aos estudantes por eles atendidos, pode ser um eficiente instrumento para a melhoria do processo educativo nas salas de aula presenciais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa investigou as resistências no ciclo de uma política pública educacional para o ensino médio no Estado de Rondônia, discutindo as dificuldades de implementação do Projeto Ensino Médio com Mediação Tecnológica (EMMT) nas escolas jurisdicionadas à Coordenadoria Regional de Educação de Cacoal.

A partir da pesquisa temos que, apesar das políticas públicas nascerem de problemas públicos, estas não surgem ao acaso, resultam de interesses de atores específicos ou instituições, que desenham Projetos ou Programas para resolver ou minimizar os problemas e necessidades sociais, mas também, para atender aos seus interesses. Da mesma forma, os atores ou instituições que resistem à determinadas políticas públicas o fazem considerando os seus interesses. Ou seja, o ponto central tanto da elaboração das políticas públicas como das resistências está nos interesses: quem ganha, o que ganha e como ganha.

Temos então um jogo de influências em que todos querem ganhar. No caso do Projeto EMMT, o governo do Amazonas tinha interesse em ampliar o ensino mediado por tecnologia para outros Estados, e então, ofereceu ao Estado de Rondônia o modelo, recebeu a equipe de técnicos da SEDUC em seus estúdios, emprestou antenas, ganhando assim, *status* de idealizador de um Projeto Educacional destaque nacionalmente. A SEDUC de Rondônia tinha interesse em implementar o ensino mediado por tecnologia, porque assim, estaria ganhando ao ampliar o atendimento, levando o ensino médio aos estudantes residentes em localidades de difícil acesso, com redução na necessidade de contratação de professores. O IFRO, por sua vez, procurou fazer a parceria para implementação do Projeto, uma vez que tinha os estúdios, tinha interesse em ampliar o número de estudantes matriculados nos cursos técnicos por ele oferecidos, e, em contrapartida, ainda ganharia financeiramente pelo aluguel dos estúdios e satélite (convênio).

Por outro lado, durante o processo de implementação da política, UNIR e SINTERO também externaram seus interesses, influenciando camponeses, sindicatos, Professores, pais e estudantes a não aceitarem o EMMT, visto que segundo estas instituições, o ensino presencial atende de maneira mais adequada aos estudantes do ensino médio residentes no campo. Também acionaram o Ministério Público e o Conselho Estadual de Educação de Rondônia para que se posicionassem quanto ao modelo de ensino mediado por tecnologia. Para a UNIR, formadora de Professores, a redução na contratação destes profissionais não é interessante porque isso reduz a demanda de formação. E, para o SINTERO, esta redução na necessidade de professores nas escolas não satisfaz uma vez que o sindicato luta por postos de trabalho.

Além dos interesses específicos das instituições resistentes ao Projeto (UNIR e SINTERO), outros fatores também contribuíram para as resistências: a não participação da Universidade e do Sindicato no desenho do modelo; a falta de comunicação e participação das comunidades escolares nas decisões sobre as diversidades regionais; a ausência de um estudo inicial para mapear as localidades onde o EMMT poderia ser implementado, considerando o difícil acesso e a escassez de professores habilitados; a falta de formação para Professores Presenciais; e, a precariedade dos investimentos em infraestrutura e internet.

Diante desse diagnóstico, elaboramos um Plano de Ação Educacional (PAE) de modo a sugerir ações esperadas, no âmbito da Coordenadoria Regional de Educação, e, ações desejáveis, de competência da SEDUC. Destacamos que as ações propostas no PAE não são suficientes para acabar com as resistências ao Projeto Ensino Médio com Mediação Tecnológica (EMMT), mas serão um passo para a diminuição dessas resistências que dificultam a implementação da política educacional em Cacoal e Rondônia.

Por fim, almejamos que as reflexões contidas neste trabalho permitam pensar os atores e instituições envolvidos na política educacional como sujeitos influenciadores, que agem nos contextos de influência, produção de textos e prática, para modificar a proposta de maneira a atender seus interesses. E que tal pensamento permeie as decisões futuras acerca do Projeto Ensino Médio com Mediação Tecnológica e demais políticas públicas que venham a ser implementadas em Rondônia.

REFERÊNCIAS

ANDRÉ, Marli. O que é um estudo de caso qualitativo em educação? **Educação e Contemporaneidade**, Salvador, v. 22, n. 40, p. 95-103, jul./dez. 2013.

BONI, Valdete; QUARESMA, Sílvia Jurema. Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais. **Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC**, vol. 2, nº 1 (3), janeiro-julho/2005.

BRASIL. Decreto Nº 9.057, de 25 de maio de 2017. Regulamenta o art. 80 da Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 26 mai. 2017. Seção 1, p. 3.

BRASIL. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 23 dez. 1996.

CONDÉ, Eduardo Salomão. Abrindo a Caixa: dimensões e desafios na análise de Políticas Públicas. **Revista Pesquisa e Debate em Educação**, Juiz de Fora, p. 78-100, 2012.

COSTA, João Ribeiro. **Atuação do Professor Presencial no Projeto Ensino Médio Presencial com Mediação Tecnológica no município de Parintins/AM**. 2015. Dissertação (Mestrado em Gestão e Avaliação da Educação Pública) – Programa de Pós-graduação em Gestão e Avaliação da Educação Pública da Universidade Federal de Juiz de Fora. Juiz de Fora, 2015.

FRASER, Márcia Tourinho Dantas; GONDIM, Sônia Maria Guedes. Da fala do outro ao texto negociado: discussões sobre a entrevista na pesquisa qualitativa. **Paidéia**, Ribeirão Preto, vol. 14, n. 28, p. 139-152, agosto, 2004.

GIROTTTO, Eduardo Donizeti. A dimensão espacial da escola pública: leituras sobre a reorganização da rede estadual de São Paulo. **Educação & Sociedade**, Campinas, vol. 37, n. 137, p. 1121-1141, out./dez., 2016.

HECKERT, Ana Lúcia Coelho. Exercícios de resistência. In: **Narrativas de resistências: educação e políticas**. 2004. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2004. p.26-59.

HECKERT, Ana Lúcia Coelho. Os exercícios de resistência no contemporâneo: entre fabulações e contágios. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 19, n. 3, p. 469-479, jul./set., 2014.

LIMA, Luciana Leite; D'ASCENZI, Luciano. Implementação de políticas públicas: perspectivas analíticas. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, v. 21, n. 48, p. 101-110, dez., 2013.

MAINARDES, Jefferson. Abordagem do ciclo de políticas: uma contribuição para a análise de políticas educacionais. **Educação & Sociedade**, Campinas, vol. 27, n. 94, p. 47-69, jan./abr., 2006.

MARTINS, Heloisa Helena T. de Souza. Metodologia qualitativa de pesquisa. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, vol. 30, n. 2, p. 289-300, maio/ago., 2004.

MOURÃO, Andreza Bastos. **Educação presencial mediada por tecnologia com interatividade em tempo real**. 2010. Dissertação (Mestrado em Engenharia Elétrica) – Programa de Pós-graduação em Engenharia Elétrica, Escola Politécnica da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2010.

SANTOS, Jean Mac Cole Tavares; OLIVEIRA, Marcia Betania de. Políticas Curriculares no Ensino Médio: Ressignificações no contexto escolar. **Currículo sem Fronteiras**, v. 13, n. 3, p. 497-513, set./dez. 2013.

SOUZA, Alba Regina Battisti de; SARTORI, Ademilde Silveira; ROESLER, Jucimara. Mediação Pedagógica na Educação a Distância: entre enunciados teóricos e práticas construídas. **Revista Diálogo Educacional**. Curitiba, v. 8, n. 24, p. 327-339, maio/ago., 2008.

DOCUMENTOS CONSULTADOS

AMAZONAS. **Projeto Ensino Médio Presencial com Mediação Tecnológica**. SEDUC/AM. Manaus, 2005.

BRASIL. **Lei nº 13.415**, de 16 de fevereiro de 2017. Altera as Leis n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 11.494, de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943, e o Decreto-Lei no 236, de 28 de fevereiro de 1967; revoga a Lei no 11.161, de 5 de agosto de 2005; e institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral. Diário Oficial da União, Brasília, 16 fev. 2017, 196º da Independência e 129º da República.

RONDÔNIA. Assembleia Legislativa de Rondônia (ALE/RO). **Ata da 32ª Audiência Pública para debater sobre a implantação do Ensino Tecnológico no Estado de Rondônia**. Diário Oficial Eletrônico da Assembleia Legislativa de Rondônia, Nº 124, ano V, Porto Velho, RO, 22 jul. 2016. Disponível em: <http://www.al.ro.leg.br/transparencia/diario-oficial/2016/edicao-nr-124-de-22-07-2016.pdf>. Acesso em: 19 mar. 2018.

RONDÔNIA. Conselho Estadual de Educação (CEE). **Ofício Nº 315/2016-CEE/RO**, de 08 de junho de 2016.

RONDÔNIA. Coordenadoria Regional de Educação (CRE), de Cacoal. **Livro Ata**: Registro de Reuniões, Nº 456.

RONDÔNIA. Coordenadoria Regional de Educação (CRE), de Cacoal. **Relatório de fiscalização do Convênio de Transporte Escolar**, 2017.

RONDÔNIA. **Lei Complementar Nº 680**, de 07 de setembro de 2012. Dispõe sobre o Plano de Carreira, Cargos e Remuneração dos Profissionais da Educação Básica do Estado de Rondônia e dá outras providências. Diário Oficial do Estado de Rondônia, Porto Velho, RO, 07 set. 2012.

RONDÔNIA. **Lei Complementar Nº 829**, de 15 de julho de 2015. Dispõe sobre a criação das Coordenadorias Regionais de Educação I e II – CRE e o Núcleo de Apoio à CRE – NAC e dá outras providências. Diário Oficial do Estado de Rondônia, Porto Velho, RO, 24 jul. 2015.

RONDÔNIA. **Lei Complementar Nº 901**, de 12 de setembro de 2016. Dispõe sobre a alteração do Quadro de Direção Superior de Órgãos do Poder Executivo Estadual e dá outras providências. Diário Oficial do Estado de Rondônia, Porto Velho, RO, 12 set. 2016. Caderno Principal, p. 1.

RONDÔNIA. **Lei Nº 3.846**, de 04 de julho de 2016. Institui o Projeto Ensino Médio com Mediação Tecnológica no âmbito da Secretaria de Estado da Educação e dá outras providências. Diário Oficial do Estado de Rondônia, Porto Velho, RO, 05 jul. 2016. Caderno principal, p. 1.

RONDÔNIA. **PORTARIA Nº 1.050/GAB/SEDUC/RO** – Regulamenta o atendimento ao Ensino Médio no Campo de Rondônia, 2007.

RONDÔNIA. **PORTARIA Nº 1.334/2010/SEDUC/RO** – Concede nova autorização para a oferta do Ensino Médio do Campo. Porto Velho, 15 de dezembro de 2010.

RONDÔNIA. **PORTARIA Nº 2.264/2016/SEDUC/RO** – Implanta e implementa o Projeto Ensino Médio com Mediação Tecnológica nas escolas da rede pública estadual de ensino. Porto Velho, 06 de julho de 2016. Diário Oficial do Estado de Rondônia Nº 125, de 08 de julho de 2016.

RONDÔNIA. **Referencial Curricular de Rondônia**. SEDUC/RO, 2013.

RONDÔNIA. **Resolução nº 5/CEE/RO** – Institui o Projeto Ensino Médio no Campo de Rondônia, 2005.

RONDÔNIA. Secretaria de Estado da Educação. **Projeto de Ensino Médio com Mediação Tecnológica**, 2016.

RONDÔNIA. Secretaria de Estado da Educação. **Relatório de visitas das atividades pedagógicas realizadas nas escolas Polos do Projeto de Ensino Médio com Mediação Tecnológica**, 2016.

RONDÔNIA. Superintendência Estadual de Gestão de Pessoas. **Edital nº 237**, de 22 de setembro de 2016, concurso público destinado à seleção de pessoal para o provimento de 672 (seiscentos e setenta e duas) vagas de cargos efetivos, pertencentes ao Quadro de Pessoal Efetivo da Secretaria de Estado da Educação de Rondônia. Diário Oficial do Estado de Rondônia, Porto Velho, RO, 28 set. 2016, p. 10.

RONDÔNIA. Universidade Federal de Rondônia (UNIR). Departamento de Ciências Sociais, Grupo de Estudos e Pesquisas História, Sociedade e Educação no Brasil (HISTEDBR).

Documento enviado ao Conselho Estadual de Educação de Rondônia (CEE/RO), 2016. Disponível em: <https://avaliacaoeducacional.files.wordpress.com/2016/07/histedbr.pdf>. Acesso em: 07 nov. 2017.

SITES CONSULTADOS

AMAZONIAHOJE. **Cidades da Amazônia**: Cacoal. 2016. Disponível em: <http://www.amazoniahoje.com/cacoal/>. Acesso em: 07 nov. 2017.

BRASIL. Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – DNIT. **Hidrovia do Madeira**. Andre Alberti. 2016. Disponível em: <http://www.dnit.gov.br/hidrovias/hidrovias-interiores/hidrovia-do-madeira>. Acesso em: 17 fev. 2018.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP/MEC. **Censo Escolar**: Sinopses. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/web/guest/sinopses-estatisticas-da-educacao-basica>. Acesso em: 12 mai. 2017.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP/MEC. **Área territorial dos municípios rondonienses**. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/cartografia/default_territ_area.shtm. Acesso em: 09 set. 2017.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Síntese do Estado de Rondônia**. Dados 2015/2016. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/estadosat/perfil.php?sigla=ro>. Acesso em 13 ago. 2017.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Projeção da População das Unidades da Federação por sexo e idade**: 2000-2030. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/projecao_da_populacao/2013/default_tab.shtm. Acesso em: 26 mai. 2017.

BRASIL. QEdU. **Matrículas e Infraestrutura**. Disponível em: http://www.qedu.org.br/brasil/censo-escolar?year=2016&dependence=0&localization=0&education_stage=0&item=. Acesso em: 10 set. 2017.

FETAGRO. Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Estado de Rondônia. **Mobilizações**: Grito da Terra Brasil. Disponível em: <http://fetagro.org.br/mobilizacoes/776-grito-da-terra-brasil>. Acesso em: 03 mai. 2018.

NEWSRONDONIA. **A colonização de Rondônia, terras de pioneiros**. Aleks Palitot. 30 nov. 2015. Disponível em: <http://www.newsrondonia.com.br/noticias/a+colonizacao+de+rondonia+terras+de+pioneiros/67590>. Acesso em: 10 set. 2017.

RONDÔNIA. Assembleia Legislativa de Rondônia (ALE/RO). **Implantação do Ensino Tecnológico debatida em Audiência Pública**. Igor Cruz. 23 jun. 2016. Disponível em: <http://www.al.ro.leg.br/institucional/noticias/implantacao-do-ensino-tecnologico-debatida-em-audiencia-publica>. Acesso em: 12 out. 2017.

RONDÔNIA. Blog da Comissão Pastoral da Terra do Brasil. (CPT/RONDÔNIA). **Em Cacoal: Seminário discute Educação do Campo**. 28 abr. 2016. Disponível em: <http://cptrondonia.blogspot.com.br/2016/04/em-cacoal-seminario-discuti-educacao-do.html>. Acesso em: 07 nov. 2017.

RONDÔNIA. Secretaria de Estado da Educação. **Diário Eletrônico**. Desenvolvimento CTIC (Coordenadoria de Tecnologia da Informação e Comunicação). Disponível em: <http://diario.seduc.ro.gov.br>. Acesso em: 12 mai. 2017.

RONDÔNIA. **Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Estado de Rondônia** (SINTERO). Disponível em: <http://www.sintero.org.br/noticia/2016/06/23/mediacao-tecnologica-e-criticada-em-audiencia-publica-na-ale.html>. Acesso em: 12 out. 2017

RONDÔNIA. **Universidade Federal de Rondônia** (UNIR). Disponível em: <https://www.unir.br/index.php?pag=noticias&id=19543>. Acesso em: 07 nov. 2017.

RONDONIAGORA. **Agricultores protestam contra ensino à distância em frente a Seduc em Porto Velho**. Ivanete Damasceno, 07 jul. 2016. Disponível em: <http://www.rondoniagora.com/policia/agricultores-protestam-contra-ensino-a-distancia-em-frente-a-seduc-em-porto-velho>. Acesso em: 07 nov. 2017.

RONDONIANOAR. **Mediação Tecnológica: Educação a distância é revolução no conhecimento, diz governador ao participar de transmissão de aula ao vivo**. Mara Paraguassu, Secom - Governo de Rondônia, 20 mai. 2016. Disponível em: <http://www.rondonianoar.com.br/individual.php?idd=7798#.WhICoFWnHIU>. Acesso em: 19 nov. 2017.

UNESC Cacoal. **Mapa de Rondônia**. 2013. Disponível em: <http://www.unescnet.br/cacoal.asp>. Acesso em: 29 dez. 2017.

APÊNDICE A - QUESTIONÁRIO APLICADO AOS ESTUDANTES INSERIDOS NO PROJETO ENSINO MÉDIO COM MEDIAÇÃO TECNOLÓGICA

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
Faculdade de Educação / Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação
Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública
Linha de Pesquisa: Implementação de Políticas Públicas Educacionais

QUESTIONÁRIO

Este questionário é um instrumento de coleta de dados utilizado como parte da pesquisa desenvolvida em nível de Mestrado Profissional pela pesquisadora Célia Klein, aluna devidamente matriculada no Programa de Pós-Graduação em Gestão e Avaliação da Educação Pública, da Universidade Federal de Juiz de Fora, MG.

A investigação tem o objetivo de colher informações acerca da implementação e funcionamento do Projeto Ensino Médio com Mediação Tecnológica (EMMT) em Cacoal e Ministro Andreazza.

Sua participação é muito importante para esta pesquisa. Assim, este questionário foi elaborado de forma que o sigilo das informações lhe seja garantido e sua identidade preservada.

1. Dados pessoais:

Sexo: ☐ masculino ☐ feminino

Idade: ☐ até 14 ☐ 14-17 ☐ 18-19 ☐ 20-24 ☐ 25 ou mais

2. Ano escolar de matrícula no Ensino Médio com Mediação Tecnológica (EMMT):

☐ 1º ano do ensino médio

☐ 2º ano do ensino médio

☐ 3º ano do ensino médio

I- O Projeto EMMT enquanto proposta de ensino e aprendizagem, os pontos favoráveis dessa iniciativa e o que deveria ser melhorado:

3. Qual o seu grau de satisfação para com o Projeto EMMT?

☐ muito satisfeito.

☐ satisfeito.

☐ pouco satisfeito.

☐ insatisfeito.

4. Como é o funcionamento do EMMT na escola onde você estuda?

a) Pontos positivos:

☐ cumprimento dos dias letivos: as aulas iniciam e terminam sempre conforme previsto no calendário escolar.

☐ existe uma rotina pré-estabelecida, o que favorece a aprendizagem.

- ☐ as aulas são dinâmicas, ou seja, prendem nossa atenção e nos motivam a estudar.
- ☐ as atividades e trabalhos que nos são propostos complementam a aula transmitida.
- ☐ as pesquisas que fazemos (via *netbook* e/ou extra sala) complementam a aula transmitida.

b) Pontos negativos:

- ☐ muitas aulas são perdidas por causa de problemas com transporte e/ou sinal da transmissão.
- ☐ a rotina de transmissão e atividades é cansativa.
- ☐ os Professores Ministrantes, em sua maioria, não conseguem prender nossa atenção às aulas transmitidas.
- ☐ as atividades e trabalhos propostos não contribuem para o entendimento do conteúdo das aulas transmitidas.
- ☐ nem sempre temos a oportunidade de fazer pesquisas via *netbook*.
- ☐ o Professor Presencial não entende o suficiente para nos ajudar nas atividades e assim ficamos com muita dúvidas sobre o conteúdo estudado.

II- Os processos de aceitação e/ou resistência à política educacional assim proposta:

5. Quais os motivos que te levaram a participar deste Projeto?

- ☐ não tive escolha. Foi minha única opção.
 - ☐ entre um ensino presencial sem professores habilitados e o EMMT, que, mesmo sendo à distância, proporciona aulas ministradas por professores habilitados para isso, escolhi o EMMT.
 - ☐ prefiro o ensino à distância porque aprendo com mais facilidade.
 - ☐ escolhi o EMMT por causa do curso técnico que está inserido na proposta.
 - ☐ outro. Qual: _____
-

6. Como foi a aceitação dos alunos ao Projeto EMMT?

- ☐ todos aceitaram bem.
- ☐ alguns reclamaram, mas ainda assim aceitaram o projeto.
- ☐ mesmo com muitas reclamações, após reuniões, a turma acabou aceitando o Projeto.
- ☐ mesmo com muitas reclamações, não nos deram outra opção e fomos obrigados a nos matricular no EMMT.

7. Digamos que um amigo seu está na dúvida entre cursar o EMMT ou o ensino regular. O que você aconselharia?

- ☐ que opte pelo EMMT.
- ☐ que opte pelo ensino regular.

III- Infraestrutura - horário das aulas, transporte escolar, acesso à internet e netbooks e, materiais didáticos:

8. A escola e a sala de aula em que você estuda apresentam condições adequadas para o desenvolvimento do Projeto EMMT?

- ☐ sim. A estrutura tanto da escola como da sala são ótimas para desenvolver o EMMT.

- () não. A transmissão das aulas não possui qualidade, apresenta imagem e som muito ruins.
- () não. Falta internet nas salas da Mediação.
- () não. Pois não temos acesso à biblioteca ou Laboratório de Informática da escola para fazermos pesquisas.

9. Fale sobre a rotina das aulas:

a) você participa de alguma atividade do EMMT no contraturno das aulas?

- () não.
- () sim, participo de aulas de reforço no contraturno.
- () sim, participo de aulas de reforço e faço trabalhos em grupo ou individuais no contraturno.

b) durante as aulas você utiliza a internet para:

- () tirar dúvidas pelo *chat* com os Professores do estúdio.
- () fazer pesquisa sobre o assunto da aula.
- () não tenho acesso à internet durante as aulas.

c) durante as aulas você utiliza o *netbook* para:

- () tirar dúvidas pelo *chat* com os Professores do estúdio.
- () fazer atividades sugeridas pelos Professores.
- () não utilizo durante as aulas, somente em casa.
- () o *netbook* que recebi não funciona.
- () não recebi *netbook*.

d) você utiliza para as aulas algum material didático como suporte pedagógico, ou seja, material que te ajude a ter um melhor aproveitamento nas disciplinas?

- () não. Nenhum material didático foi oferecido como suporte pedagógico.
- () sim. Livros didáticos.
- () sim. Apostilas.
- () sim. Material salvo no meu *netbook*.
- () outro. _____

e) você se sente inserido nas demais atividades realizadas pela escola, como gincanas, feiras, interclasses, passeios, etc?

- () não. Porque a transmissão das aulas é igual para todo o Estado e nós do EMMT temos que assistir todas as aulas.
- () sim. Nós do EMMT sempre participamos de todas as atividades realizadas pela escola porque essas atividades são marcadas em horários que não temos aula.
- () às vezes. Mas neste caso, a aula não assistida precisa ser trabalhada em outro dia como reposição.

f) quando não há condições para a turma assistir a aula, seja por falta de energia elétrica ou outro motivo, mas a aula foi transmitida normalmente, como ocorre a reposição desta aula?

- () o Professor Presencial trabalha a aula de forma gravada em outro dia no contraturno.
- () não acontece a reposição da aula e todos recebem falta neste dia.

() não acontece a reposição da aula, mas todos recebem presença neste dia.

() outro. Explique: _____

10. Você utiliza transporte escolar (ônibus) para chegar à escola?

() sim.

() não, vou à pé para a escola.

() não, vou de bicicleta para a escola.

() não, um familiar (pai/mãe/tio/tia/avó/avô) me leva à escola em outro meio de transporte.

11. Responda esta questão somente se você utiliza o transporte escolar (ônibus) para chegar à escola:

O transporte é adequado às suas necessidades?

() sim, é adequado.

() não, deixa a desejar porque chega atrasado e me faz atrasar nas aulas.

() não, pois sai antes do horário da aula acabar.

() não, porque não nos leva para atividades no contraturno.

APÊNDICE B - QUESTIONÁRIO APLICADO AOS GESTORES DAS ESCOLAS INSERIDAS NO PROJETO ENSINO MÉDIO COM MEDIAÇÃO TECNOLÓGICA

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
Faculdade de Educação / Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação
Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública
Linha de Pesquisa: Implementação de Políticas Públicas Educacionais

QUESTIONÁRIO

Este questionário é um instrumento de coleta de dados utilizado como parte da pesquisa desenvolvida em nível de Mestrado Profissional pela pesquisadora Célia Klein, aluna devidamente matriculada no Programa de Pós-Graduação em Gestão e Avaliação da Educação Pública, da Universidade Federal de Juiz de Fora, MG.

A investigação tem o objetivo de colher informações acerca da implementação e funcionamento do Projeto Ensino Médio com Mediação Tecnológica (EMMT) em Cacoal e Ministro Andreazza.

Sua participação é muito importante para esta pesquisa. Assim, este questionário foi elaborado de forma que o sigilo das informações lhe seja garantido e sua identidade preservada.

1. Dados pessoais

Sexo: () masculino () feminino

Idade: () até 20 () 21-30 () 31-40 () 41-50 () 51 ou mais

Tempo de atuação como gestor (a) escolar nesta escola: _____

2. Nesta escola, o Projeto Ensino Médio com Mediação Tecnológica (EMMT) é desenvolvido desde o ano de _____, atendendo atualmente os seguintes anos escolares:

() somente o 1º ano do ensino médio, totalizando _____ alunos.

() o 1º e o 2º ano do ensino médio, totalizando _____ alunos.

() o 1º, o 2º e o 3º ano do ensino médio, totalizando _____ alunos.

I- O Projeto EMMT enquanto proposta de ensino e aprendizagem, os pontos favoráveis dessa iniciativa e o que deveria ser melhorado:

3. Como gestora, uma de suas funções é acompanhar o desenvolvimento do Projeto. Como é o funcionamento do EMMT na escola onde você é gestor (a)? _____

Pontos positivos: _____

Pontos negativos: _____

II- Os processos de aceitação e/ou resistência à política educacional assim proposta:

4. Quais os motivos que levaram a escola a aderir ao Projeto?

☐ não tivemos escolha. Foi uma decisão da SEDUC.

☐ entre um ensino presencial sem professores habilitados e o EMMT, que, mesmo sendo à distância, proporciona aulas ministradas por professores habilitados para isso, escolhemos fazer a adesão ao EMMT.

☐ aderimos porque não temos na escola, Professores suficientes para atender todos os alunos no ensino regular.

☐ aderimos porque nos informaram que a escola receberia recursos materiais e internet de qualidade.

☐ aderimos por causa do curso técnico que está inserido na proposta.

☐ outro. Justifique: _____

5. Houveram reuniões para debater o Projeto EMMT antes de sua implementação?

☐ sim. A SEDUC realizou reuniões para esclarecer as dúvidas.

☐ sim. A CRE/Cacoal realizou reuniões para esclarecer as dúvidas.

☐ não. Nenhuma reunião foi feita para esclarecer as dúvidas.

6. As reuniões realizadas para debater o Projeto EMMT antes de sua implementação foram suficientes para esclarecer as dúvidas?

☐ sim.

☐ não.

7. Como foi a aceitação de estudantes e pais ao Projeto EMMT? Fale sobre isso.

8. Como foi a aceitação dos Professores ao Projeto EMMT? Fale sobre isso.

9. Digamos que o filho de um amigo seu está na dúvida em cursar o EMMT ou o ensino regular. O que você aconselharia? Justifique. _____

III- Infraestrutura - horário das aulas, transporte escolar, acesso à internet e *netbooks* e, materiais didáticos:

10. A infraestrutura da escola e da sala de aula apresentam condições adequadas para o desenvolvimento do Projeto EMMT?

() sim. A estrutura tanto da escola como da sala são ótimas para desenvolver o EMMT.

() não. Existem problemas que interferem no desenvolvimento do EMMT.

Se a resposta for não, indique quais são estes problemas:

11. Fale sobre a rotina das aulas:

a) os estudantes participam de alguma atividade do EMMT no contraturno das aulas?

() sim () não

Se a resposta for sim, cite quais: _____

b) o Projeto requer internet para a comunicação dos estudantes com os Professores Ministrantes no estúdio, desta forma tiram as dúvidas pelo *chat*. Como é a internet oferecida na escola?

() não há internet na escola.

() não há internet para utilização dos alunos na escola.

() precária, pois os alunos conseguem acessar de vez em quando.

() satisfatória, pois os alunos realizam todas as atividades que o Projeto exige.

c) os alunos utilizam o *netbook* durante as aulas para:

() tirar dúvidas pelo *chat* com os Professores do estúdio.

() fazer atividades sugeridas pelos Professores.

() os *netbooks* recebidos pelos alunos não funcionam.

() nem todos os alunos receberam *netbooks*.

d) assinale o material didático utilizado nas aulas do EMMT como suporte pedagógico:

☐ Nenhum material didático é utilizado como suporte pedagógico.

☐ Livros didáticos.

☐ Apostilas.

☐ Material que o Professor Presencial salva no *netbook* dos alunos.

☐ outro. _____

e) os alunos do EMMT são inseridos nas demais atividades realizadas pela escola, como gincanas, feiras, interclasses, passeios, etc?

☐ não. Porque a transmissão das aulas é igual para todo o Estado e os alunos do EMMT devem assistir todas as aulas.

☐ sim. Essas atividades são marcadas em horários diferentes aula do EMMT.

☐ às vezes. Mas nestes casos o Professor Presencial precisa repor a aula não assistida.

f) quando não há condições para a turma assistir a aula, seja por falta de energia elétrica ou outro motivo, mas a aula foi transmitida normalmente, como ocorre a reposição desta aula?

☐ o Professor Presencial trabalha a aula de forma gravada em outro dia no contraturno.

☐ não acontece a reposição da aula e todos recebem falta neste dia.

☐ não acontece a reposição da aula, mas todos recebem presença neste dia.

☐ outro. Explique: _____

g) os alunos que utilizam transporte escolar (ônibus) têm preservados os horários de chegada e saída de maneira a não perderem aulas do EMMT? ☐ sim ☐ não

Se a resposta for não, comente: _____

h) os alunos que necessitam de aulas (regulares ou de reforço) no período contraturno têm o transporte escolar (ônibus) garantidos? ☐ sim ☐ não

Se a resposta for não, comente: _____

12. Avalie o trabalho dos Professores Presenciais:

a) na organização da disciplina e rotina de aula:

☐ ótimo ☐ bom ☐ regular ☐ ruim

b) na condução das atividades realizadas por alunos em sala:

☐ estão bem preparados para auxiliar os alunos, pois são capacitados frequentemente com cursos pela Seduc.

☐ possuem algumas dificuldades porque são formados em apenas uma área do conhecimento e precisam dar suporte em todas as áreas do conhecimento.

☐ possuem muita dificuldade nas áreas do conhecimento que não são de sua formação, pois a Seduc não proporciona a participação em cursos ou similares para formação em serviço.

c) na condução da recuperação:

() estão bem preparados para auxiliar os alunos, pois recebem todo o suporte necessário dos Professores Ministrantes e equipe da Seduc.

() possuem algumas dificuldades porque são formados em apenas uma área do conhecimento e precisam dar suporte em todas as áreas do conhecimento.

() possuem muita dificuldade nas áreas do conhecimento que não são de sua formação, pois a Seduc não proporciona a participação em cursos ou similares para formação em serviço.

13. A qualidade na educação é um dos assuntos mais debatidos na atualidade pelos estudiosos. Mais do que dar condições de acesso a todos à educação, é preciso que todos tenham uma educação de qualidade com equidade. Neste sentido, avalie o Projeto EMMT observando os resultados internos (aprovação, reprovação e evasão): _____

APÊNDICE C - ROTEIRO DE ENTREVISTA COM A DIRETORA GERAL DE EDUCAÇÃO E A GERENTE DO PROJETO EMMT NA SEDUC

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
Faculdade de Educação / Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação
Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública
Linha de Pesquisa: Implementação de Políticas Públicas Educacionais

ROTEIRO DA ENTREVISTA

Este roteiro de entrevista é um instrumento de coleta de dados utilizado como parte da pesquisa desenvolvida em nível de Mestrado Profissional pela pesquisadora Célia Klein, aluna devidamente matriculada no Programa de Pós-Graduação em Gestão e Avaliação da Educação Pública, da Universidade Federal de Juiz de Fora, MG.

A investigação tem o objetivo de colher informações acerca da implementação e funcionamento do Projeto Ensino Médio com Mediação Tecnológica (EMMT) em Cacoal e Ministro Andreazza.

Sua participação é muito importante para esta pesquisa. Assim, esta entrevista foi elaborada de forma que o sigilo das informações lhe seja garantido e sua identidade preservada.

I- A implementação do Projeto EMMT em Rondônia:

1. Como foi desenvolvido o modelo de ensino mediado por tecnologia adotado em Rondônia? Houve influências da proposta desenvolvida no Amazonas?
2. Quais os fatores que provocaram as alterações no Projeto implementado em Rondônia em 2016 e que vêm influenciando o desenho desta política educacional?
3. Como é a parceria com o IFRO no desenvolvimento do EMMT?
4. Qual a função da Gerência Centro de Mídias na operacionalização do Projeto EMMT em Rondônia?
5. Por que a necessidade de utilizar os estúdios no período vespertino?
6. Existe uma meta definida para o EMMT? Qual é?

II- As resistências ao projeto e as ações desenvolvidas pela SEDUC para minimizar essas resistências

7. Como foi a elaboração do texto legal? Quem participou?
8. Durante o processo de elaboração dos textos políticos para a aprovação do Projeto muitas entidades se manifestaram contrárias ao EMMT. Quais as ações desenvolvidas pela SEDUC para minimizar essas resistências?
9. A UNIR também se posicionou contrária ao Projeto. Como você percebe esse posicionamento? Como foi o diálogo com esta instituição?
10. Como o SINTERO, enquanto representatividade dos educadores, participou do processo de construção e implementação da política?

11. Como foi o diálogo entre os Sindicatos Rurais e a comunidade escolar?
12. Quais as resistências foram percebidas dentro da SEDUC, CREs e Escolas?
13. Quais as providências foram tomadas?
14. Quem resiste ao projeto hoje em Rondônia?
15. O EMMT não foi implementado em todos os municípios rondonienses. Como exemplo, temos o município de Cacoal. A que você atribui essa não implementação?

III- A infraestrutura, os investimentos realizados e aqueles que deveriam ser realizados para o desenvolvimento do Projeto

16. Quais foram os investimentos já realizados para viabilizar o desenvolvimento do Projeto?
17. O que falta investir para que o Projeto tenha o êxito esperado pelo governo?
18. Existem ações que sinalizam para a efetivação desses investimentos?

**APÊNDICE D - ROTEIRO DE ENTREVISTA COM A PROFESSORA DO
MESTRADO EM EDUCAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE
RONDÔNIA – UNIR**

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
Faculdade de Educação / Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação
Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública
Linha de Pesquisa: Implementação de Políticas Públicas Educacionais

ROTEIRO DA ENTREVISTA

Este roteiro de entrevista é um instrumento de coleta de dados utilizado como parte da pesquisa desenvolvida em nível de Mestrado Profissional pela pesquisadora Célia Klein, aluna devidamente matriculada no Programa de Pós-Graduação em Gestão e Avaliação da Educação Pública, da Universidade Federal de Juiz de Fora, MG.

A investigação tem o objetivo de colher informações acerca da implementação e funcionamento do Projeto Ensino Médio com Mediação Tecnológica (EMMT) em Cacoal e Ministro Andreazza.

Sua participação é muito importante para esta pesquisa. Assim, esta entrevista foi elaborada de forma que o sigilo das informações lhe seja garantido e sua identidade preservada.

I- A implementação do Projeto EMMT em Rondônia

1. O modelo de ensino mediado por tecnologia adotado em Rondônia foi desenvolvido a partir do Projeto desenvolvido no Amazonas. Como você vê as adequações que foram realizadas no Projeto desenvolvido em Rondônia?
2. Como você vê a parceria com o IFRO no desenvolvimento do EMMT?
3. O Projeto EMMT atende às necessidades do alunado do campo? Por quê?
4. Uma das justificativas para a implementação do EMMT em Rondônia é a necessidade de suprir a falta de professores habilitados. Como a UNIR avalia esta questão?

II- As resistências ao projeto e as ações desenvolvidas pela SEDUC para minimizar as resistências ao EMMT

5. Durante o processo de elaboração dos textos políticos para a aprovação do Projeto, qual foi o posicionamento da UNIR? Por quê?
6. A UNIR participou de reuniões para debater o Projeto? Como agiu para influenciar a política?
7. Na minha pesquisa encontrei informações sobre uma mobilização feita pela UNIR no sentido de promover uma mesa de debate no dia 14 de junho de 2016, em Porto Velho, com o tema “Discutindo a precarização no âmbito das políticas de Educação em Rondônia. Quem participou deste debate, digo, quem eram os debatedores? Havia representantes de vários segmentos ou apenas da universidade?

8. Este debate, resultou em algum documento? Foi encaminhado à alguma entidade? A UNIR obteve resposta?

III- A infraestrutura, os investimentos realizados e aqueles que deveriam ser realizados para o desenvolvimento do Projeto

9. Na opinião da UNIR, como a SEDUC poderia melhorar o atendimento educacional aos estudantes do campo?

APÊNDICE E - ROTEIRO DE ENTREVISTA COM O REPRESENTANTE DO SINTERO EM CACOAL

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
Faculdade de Educação / Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação
Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública
Linha de Pesquisa: Implementação de Políticas Públicas Educacionais

ROTEIRO DA ENTREVISTA

Este roteiro de entrevista é um instrumento de coleta de dados utilizado como parte da pesquisa desenvolvida em nível de Mestrado Profissional pela pesquisadora Célia Klein, aluna devidamente matriculada no Programa de Pós-Graduação em Gestão e Avaliação da Educação Pública, da Universidade Federal de Juiz de Fora, MG.

A investigação tem o objetivo de colher informações acerca da implementação e funcionamento do Projeto Ensino Médio com Mediação Tecnológica (EMMT) em Cacoal e Ministro Andreazza.

Sua participação é muito importante para esta pesquisa. Assim, esta entrevista foi elaborada de forma que o sigilo das informações lhe seja garantido e sua identidade preservada.

I- A implementação do Projeto EMMT em Rondônia

1. O modelo de ensino mediado por tecnologia adotado em Rondônia foi desenvolvido a partir do Projeto desenvolvido no Amazonas. Como você vê as adequações que foram realizadas no Projeto desenvolvido em Rondônia?
2. Como você vê a parceria com o IFRO no desenvolvimento do EMMT?
3. O Projeto EMMT atende às necessidades do alunado do campo? Por quê?
4. O EMC, nos moldes que vem sendo desenvolvido em Rondônia, atende às necessidades do alunado do campo? Por quê?
5. Uma das justificativas para a implementação do EMMT em Rondônia é a necessidade de suprir a falta de professores habilitados. Como o SINTERO avalia esta questão?

II- As resistências ao projeto e as ações desenvolvidas pela SEDUC para minimizar essas resistências

6. O EMMT não foi implementado em todos os municípios rondonienses. Como exemplo, temos o município de Cacoal. A que você atribui essa não implementação?
7. Durante o processo de elaboração dos textos políticos para a aprovação do Projeto muitas entidades se manifestaram contrárias ao EMMT. Qual o posicionamento do SINTERO sobre isso? Por quê?
8. Foram realizadas reuniões para debater o Projeto? O SINTERO participou dessas reuniões? Como agiu para influenciar a política?

III- A infraestrutura, os investimentos realizados e aqueles que deveriam ser realizados para o desenvolvimento do Projeto

9. Como o SINTERO vê os investimentos já realizados para viabilizar o desenvolvimento do Projeto? O que falta investir?

10. Na opinião do SINTERO, como a SEDUC poderia melhorar o atendimento educacional aos estudantes do campo?

**APÊNDICE F - ROTEIRO DE ENTREVISTA COM OS PROFESSORES
PRESENCIAIS DO EMMT EM MINISTRO ANDREAZZA E NO
DISTRITO DE RIOZINHO**

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
Faculdade de Educação / Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação
Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública
Linha de Pesquisa: Implementação de Políticas Públicas Educacionais

ROTEIRO DA ENTREVISTA

Este roteiro de entrevista é um instrumento de coleta de dados utilizado como parte da pesquisa desenvolvida em nível de Mestrado Profissional pela pesquisadora Célia Klein, aluna devidamente matriculada no Programa de Pós-Graduação em Gestão e Avaliação da Educação Pública, da Universidade Federal de Juiz de Fora, MG.

A investigação tem o objetivo de colher informações acerca da implementação e funcionamento do Projeto Ensino Médio com Mediação Tecnológica (EMMT) em Cacoal e Ministro Andreazza.

Sua participação é muito importante para esta pesquisa. Assim, esta entrevista foi elaborada de forma que o sigilo das informações lhe seja garantido e sua identidade preservada.

I- A implementação do Projeto EMMT em Rondônia

1. O modelo de ensino mediado por tecnologia adotado em Rondônia foi implementado a partir de 2016. Fale como é EMMT na escola em que você atua.
2. Como é a parceria com o IFRO no desenvolvimento do EMMT?
3. O Projeto EMMT atende às necessidades dos alunos? Por quê?
4. Fale sobre a sua atuação junto ao EMMT.
5. Quais as dificuldades que você enfrenta para desenvolver as atividades requeridas pelo Projeto?
6. Você tem acompanhamento suporte pedagógico para desenvolver a função?

II- As resistências ao projeto e as ações desenvolvidas pela SEDUC para minimizar essas resistências

7. O EMMT não foi implementado em todos os municípios rondonienses. Como exemplo, temos o município de Cacoal. A que você atribui essa não implementação?
8. Todos os alunos matriculados nesta escola aceitaram o EMMT ou houveram resistências. Houveram outras formas de resistência ao Projeto na escola? Fale sobre isso.
9. Foram realizadas reuniões para debater o Projeto antes de sua implementação? Você participou dessas reuniões?
10. Como agiu para influenciar a política?

III- A infraestrutura, os investimentos realizados e aqueles que deveriam ser realizados para o desenvolvimento do Projeto

11. Fale sobre os investimentos já realizados para viabilizar o desenvolvimento do Projeto e o que falta investir?

12. Como a SEDUC poderia melhorar o atendimento educacional aos estudantes inseridos no Projeto?

APÊNDICE G - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
Faculdade de Educação / Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação
Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública
Linha de Pesquisa: Implementação de Políticas Públicas Educacionais

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Eu, _____
portador (a) do Registro de Identidade (ou outro documento), nº _____,
concordo em participar da pesquisa intitulada: **“POR QUE MUDAR? RESISTÊNCIAS NO CICLO DE UMA POLÍTICA PÚBLICA EDUCACIONAL PARA O ENSINO MÉDIO DO ESTADO DE RONDÔNIA”**, objeto de estudo da mestranda Célia Klein, da Universidade Federal de Juiz de Fora - MG, sob orientação do Prof. Dr. André Bocchetti, do Programa de Pós-Graduação Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública, para investigar as resistências surgidas com a implementação do Projeto Ensino Médio com Mediação Tecnológica (EMMT) e que dificultam a sua operacionalização.

Assim, tenha conhecimento que:

1. A participação do (a) senhor (a) na pesquisa será respondendo um questionário ou participando de uma entrevista;
2. Suas respostas serão tratadas de forma anônima e confidencial, isto é, em nenhum momento será divulgado o seu nome em qualquer fase do estudo;
3. O benefício relacionado à sua participação será de aumentar o conhecimento científico para a área da Educação, em especial à implementação de políticas públicas educacionais;
4. Os resultados da pesquisa serão destinados exclusivamente à elaboração de trabalhos de pesquisas e/ou publicações científicas em revistas nacionais ou internacionais;
5. Fica assegurada ao (à) senhor (a) a possibilidade de desistir de participar da pesquisa a qualquer momento, ou mesmo recusar-se a responder perguntas que lhe cause constrangimento, sem nenhum prejuízo à sua pessoa;
6. Fica assegurada uma cópia do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido ao participante da pesquisa;

7. A leitura dos itens da pesquisa será feita pausadamente e em tom de voz alta e com esclarecimento de dúvidas quando necessário;
8. Fica esclarecido que o (a) senhor (a) não receberá nenhuma remuneração por estar participando da pesquisa;
9. Caso o (a) senhor (a) tenha dúvidas ou necessite de maiores esclarecimentos, poderá entrar em contato pelo telefone: (69) 98477-9535 ou *e-mail*: celiaklein@gmail.com.

A assinatura a seguir representa o meu aceite em participar do estudo, bem como fica assegurada minha privacidade de acordo com a Resolução 196/96 da CONEP, que regulamenta a realização de pesquisa envolvendo seres humanos.

Cacoal, ____ de _____ de 2018.

Célia Klein
Pesquisadora

Participante

APÊNDICE H - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – RESPONSÁVEIS



UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
Faculdade de Educação / Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação
Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública
Linha de Pesquisa: Implementação de Políticas Públicas Educacionais

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO/RESPONSÁVEIS

O menor _____,
sob sua responsabilidade, está sendo convidado (a) como voluntário (a) a participar da pesquisa intitulada: **“POR QUE MUDAR? RESISTÊNCIAS NO CICLO DE UMA POLÍTICA PÚBLICA EDUCACIONAL PARA O ENSINO MÉDIO DO ESTADO DE RONDÔNIA”**, objeto de estudo da mestranda Célia Klein, da Universidade Federal de Juiz de Fora - MG, sob orientação do Prof. Dr. André Bocchetti, do Programa de Pós-Graduação Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública, para investigar as resistências surgidas com a implementação do Projeto Ensino Médio com Mediação Tecnológica (EMMT) e que dificultam a sua operacionalização.

Caso você concorde na participação do menor, tenha conhecimento que:

10. A participação do (a) menor (a) na pesquisa será respondendo um questionário ou participando de um grupo focal;
11. Suas respostas serão tratadas de forma anônima e confidencial, isto é, em nenhum momento será divulgado o seu nome em qualquer fase do estudo;
12. O benefício relacionado à sua participação será de aumentar o conhecimento científico para a área da Educação, em especial à implementação de políticas públicas educacionais;
13. Os resultados da pesquisa serão destinados à elaboração de trabalhos de pesquisas e/ou publicações científicas em revistas nacionais ou internacionais e para a utilização no banco de dados do PPGP e em dissertações e teses;
14. Você como responsável pelo menor poderá retirar seu consentimento ou interromper a participação dele a qualquer momento. Mesmo que você queira deixá-lo participar agora, você pode voltar atrás e parar a participação, sem nenhum prejuízo à sua pessoa;

15. Fica assegurada uma cópia do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido ao participante da pesquisa;
16. Fica esclarecido que o (a) menor (a) não receberá nenhuma remuneração por estar participando da pesquisa;
17. Caso o (a) senhor (a) tenha dúvidas ou necessite de maiores esclarecimentos, poderá entrar em contato pelo telefone: (69) 98477-9535 ou *e-mail*: celiaklein@gmail.com.

O (A) Sr (a) concorda que o material coletado possa ser utilizado em outros projetos do Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora, sendo assegurado que sua identidade será tratada com padrões profissionais de sigilo, atendendo a legislação brasileira, utilizando as informações somente para os fins acadêmicos e científicos?

() Sim ou () Não

Eu, _____, portador do documento de Identidade _____ fui informado (a) dos objetivos da pesquisa **“POR QUE MUDAR? RESISTÊNCIAS NO CICLO DE UMA POLÍTICA PÚBLICA EDUCACIONAL PARA O ENSINO MÉDIO DO ESTADO DE RONDÔNIA”**, de maneira clara e detalhada e esclareci minhas dúvidas. Sei que a qualquer momento poderei solicitar novas informações e modificar minha decisão de participar se assim o desejar.

Declaro que concordo em participar. Recebi uma via original deste termo de consentimento livre e esclarecido e me foi dada à oportunidade de ler e esclarecer as minhas dúvidas.

Cacoal, _____ de _____ de 2018.

Célia Klein
Pesquisadora

Assinatura do (a) Responsável